

**DANIELE JOHN**

**A RESSIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA:  
TEMPORALIDADE E NARRATIVA NO PERCURSO DA  
ANÁLISE**

São Paulo

2006

**DANIELE JOHN**

**A RESSIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA:  
TEMPORALIDADE E NARRATIVA NO PERCURSO DA  
ANÁLISE**

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica sob a orientação do Prof. Doutor Luis Cláudio Mendonça Figueiredo.

São Paulo

2006

John, Daniele.

A ressignificação da história de vida: temporalidade e narrativa no percurso da análise. – 2006.

Orientador: Dr. Luis Cláudio Mendonça Figueiredo.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Bibliografia: f.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**DANIELE JOHN**

**A RESSIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA:  
TEMPORALIDADE E NARRATIVA NO PERCURSO DA  
ANÁLISE**

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica sob a orientação do Prof. Doutor Luis Cláudio Mendonça Figueiredo.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

---

---

---

---

---

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006

*Para Eduardo Salgado, pelo amor que só cresce, pelo incentivo incondicional e por poder  
compartilhar, entre tantas, mais essa aventura.*

*Para Miguel e Nina (ela, ainda na barriga), que foram gestados junto com esta tese e que  
não param de me ensinar sobre a arte de ressignificar a vida.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Luis Cláudio Figueiredo pelas aulas instigantes, pela orientação precisa e inteligente, pela leitura sempre atenta e pelo rigor e respeito que fazem dele um grande mestre e um excelente orientador.

Ao grupo de orientação composto por Alessandra Ribeiro, Ana Luiza Vessoni, Karin de Paula, Nora Miguelez, Regina Amaral, Sônia Parente, Soraya Martins, Suzana Pastori e Suzete Capobianco, pela incansável leitura e pelas boas críticas que levaram à produção.

Aos membros do grupo de orientação/colegas da PUC que se tornaram parceiros de outras empreitadas de trabalho e, mais que isso, bons amigos, parceiros para a vida: Karin de Paula, Suzy Capobianco, Tiago Corbisier Matheus, Cíntia Jank, Luciana Pires e Eliana Ribas. A Karin agradeço especialmente pela acolhida, pela disponibilidade, pelas colocações inteligentes, pelas dicas de leitura e pela boa vizinhança.

Aos membros da banca de qualificação, Adela Stoppel de Gueller e Mauro Meiches, pela leitura atenta e respeitosa e pelas colocações que permitiram ir adiante.

Às amigas e colegas de trabalho Tatiana Inglez Mazzarella e Grace Lagnado, com quem eu achava que ia dividir um consultório convenientemente situado perto de casa, mas com quem acabei dividindo tantas outras coisas. Obrigada pelas valiosas trocas de experiência clínica e por criarem um clima tão agradável no consultório, o que foi fundamental para encontrar a paz necessária para traçar essas linhas. Para Tatiana, um agradecimento especial pela leitura sempre interessada do texto, pelas contribuições fundamentais, pela bem-vinda ajuda prática no processo final e por estar sempre por perto.

Aos meus alunos, pelas perguntas que possibilitam sempre ainda questionar o que já ia se colocando como óbvio e estabelecido.

Aos meus pacientes, por não deixarem morrer nunca o desafio que impõe a reinvenção diária da psicanálise.

À cidade de São Paulo, que foi “um difícil começo”, mas que aprendi a amar e para a qual, depois de cada saída, volto sempre como quem volta para casa.

À Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, seus pacientes, seus professores e supervisores, onde tive o privilégio de experienciar os primeiros anos de escuta clínica, momento fértil que continua ecoando em mim e se faz presente neste trabalho. Agradeço em especial a Simone Moschen Rickes, com quem aprendi tanto naquela época e com quem continuo aprendendo. Obrigada pela sabedoria e serenidade e pelas dicas preciosas de leitura, que foram fundamentais para tecer este texto.

Aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - onde tudo começou - em especial a Edson Luiz André de Sousa e Liliane Seide Froemming, que marcaram minha trajetória para sempre.

À Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) e seus membros, pelas boas heranças.

A Robson de Freitas Pereira, pela escuta que possibilitou inúmeras ressignificações. A Diana Lichtenstein Corso, com quem aprendi que criatividade e bom-humor são essenciais à escuta.

Aos amigos de Porto Alegre, que o tempo e a distância não conseguiram afastar.

Aos professores, supervisores e colegas da clínica Tavistock de Londres, onde surgiu a primeira idéia, que deu origem a uma dissertação e que, por sua vez, deu origem a esta tese.

Ao meu orientador de mestrado, Bernard Burgoyne, que soube conduzir-me pelo difícil balanço entre os mares ingleses e franceses sem que eu me perdesse, mas, ao contrário, de forma que eu pudesse tirar proveito das diferenças.

Aos meus irmãos, Richard John e Rodrigo John, que me ensinam sempre sobre o valor de poder juntar trabalho e criação, por compartilhar a magia das lembranças de infância e pelos surpreendentes reencontros da vida adulta. Obrigada também pela ajuda com o lay-out.

Aos meus pais, que tiveram a sabedoria de sempre privilegiar a boa educação, não poupando esforços para investir na formação dos filhos e, mais importante ainda, que puderam nos dar o que não tem preço: amor incondicional e respeito por nossas escolhas. Em especial a minha mãe, por estar sempre disponível para o que der e vier e pela tão bem-vinda ajuda prática no final.

“Existe uma deriva própria da narrativa. Pessoalmente duvido que qualquer romance (...) possa ser ‘programado’ de A a B pelo seu autor. Duvido que escrever uma ‘história’ não seja também uma história para aquele que escreve, não constitua de certo modo uma aventura. (...) Só depois é que saberei o que eu queria dizer (...). Descubro, escrevendo, aquilo que eu já sabia”.

**Bernard Pingaud**

## RESUMO

Esta tese busca demonstrar, através de um estudo teórico-clínico, a importância dos processos de ressignificação da história de vida como parte dos efeitos gerados por uma análise. Ela parte da hipótese de que embora tais processos de ressignificação se dêem cotidianamente mesmo fora da análise, o percurso desta cria condições privilegiadas para estes movimentos. A temporalidade psicanalítica e a narrativa são os eixos principais de abordagem do tema, que é debatido apenas no âmbito da neurose. Casos clínicos em forma de vinhetas são trazidos ao longo do trabalho, recortados em função do tema aqui tratado.

A temporalidade envolvida nos processos de ressignificação é compreendida como algo que não se enquadra no modelo científico clássico de um “puro presente”, nem tampouco se resume a um resgate do passado. A noção freudiana de *Nachträglichkeit* é destacada como a dinâmica que permite pensar a história de vida como um processo sempre em construção, que se dá dentro de um tempo heterogêneo e irreversível. As consequências desta temporalidade para a posição do analista, que não pode prever os efeitos de seu ato, são aqui também consideradas.

Quanto à narrativa sobre si mesmo que é construída/desconstruída durante a análise, ela não se enquadra nos moldes tradicionais de uma narrativa com início, meio e fim, mas traz a marca da heterogeneidade do tempo ali implicado, bem como de tudo o que não pode ser dito, porque não foi trazido para o campo da representação. Faz-se uma crítica ao assim chamado “*approach narrativo*”, que vê a análise como a construção de uma versão mais coerente e homogênea para a própria vida.

Por fim, conclui-se que os processos de ressignificação têm um papel importante dentro do percurso da análise, como um dos movimentos que promovem mudanças estruturais no sujeito, desde que a análise possa ser registrada como experiência pelo analisando. A ressignificação é definida como uma constante busca de novos sentidos para a vida ou aspectos dela, efeito de uma demanda da modernidade que exige do sujeito a contínua construção de uma narrativa original e criativa da própria vida. Estes processos de ressignificação envolvem um *trabalho psíquico* que é intensificado no espaço analítico, lugar onde um sujeito pode testemunhar sobre sua condição, promovendo mudança na posição subjetiva ocupada por ele.

**Palavras-chave:** psicanálise, ressignificação, história de vida, temporalidade, narrativa.

## ABSTRACT

This is a clinical-theoretical study, which aims to demonstrate the importance of life history resignification processes as part of the effects generated by analysis. It parts from the hypothesis that, although such processes happen in everyday life even for the ones who are not in analysis, the experience of analysis creates privileged conditions for such movements. The theme is addressed through two main topics: psychoanalytical temporality and narrative. We restrict the debate to the field of neuroses. Short clinical passages are brought out throughout the paper and are edited according to the main theme.

The temporality involved in resignification processes is understood as not fitting into the classic scientific model of “pure present”, neither can it be described as a rescue of the past. The Freudian notion of *Nachträglichkeit* is highlighted as the dynamic which allows one to think of life history as a process always in construction, which happens within a heterogeneous and irreversible time. The consequences of such temporality to the analyst position, who can not foresee the effects of his act, are also addressed.

As for the self narrative which is constructed/deconstructed along analysis, it does not fit in the traditional models of a narrative with beginning, middle and end, but it brings the marks of the heterogeneous time implied there, as well as of everything that can not be said because it has not been brought to the field of representation. A criticism of the so-called “narrative approach”, which sees the process of analysis as the construction of a more coherent and homogeneous version of life, also takes place here.

As a conclusion we confirm that the resignification processes do have an important role in the analysis process as one of the movements which promote structural changes in the subject, as long as the analysis is registered as an experience by the analysand. The resignification of life history is defined as a constant reach for new meanings for life or aspects of life, as a result of modernity’s demand imposing onto the subject a constant construction of an original and creative narrative of one’s own life. Those processes of resignification involve a *psychic work*, which is intensified in the analytical space, a place where a subject can testify about his condition, promoting change in the subjective place he/she occupies.

**Key-words:** psychoanalysis, resignification, life history, temporality, narrative

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 TEMPORALIDADE PSICANALÍTICA .....	10
1.1 O tempo .....	10
1.2 O tempo em Freud.....	15
1.3 Atemporalidade e arqueologia .....	16
1.4 A noção de Nachträglichkeit .....	23
1.5 A teoria da sedução e o tempo do trauma .....	25
1.6 Tempo não linear .....	34
1.7 Martha e suas heranças .....	37
1.8 Apropriar-se de um legado, encarregar-se de uma herança .....	42
1.9 Resignificar, nomear, elaborar .....	47
2 UM SABER QUE SE ATRASA .....	53
2.1 Saber não saber .....	53
2.2 Sou onde não penso e ali está a minha verdade.....	60
2.3 Enunciado e enunciação .....	64
2.4 O ato analítico.....	69
2.5 Posição do analista.....	71
3 O AUTOBIOGRÁFICO, A NARRATIVA E A ANÁLISE .....	81
3.1 Quem conta um conto aumenta um ponto.....	81
3.2 A modernidade e a construção autobiográfica.....	85
3.3 O “approach narrativo”.....	89
3.4 A questão da coerência .....	92
3.5 Quem escuta o enredo se enreda .....	99
4 O PERCURSO DA ANÁLISE E SEUS EFEITOS .....	110
4.1 De que narrativa se trata, afinal?.....	110
4.2 Do romance ao conto .....	112

4.3 O enigma sobre a origem e a ficção .....	116
4.4 A constituição do sujeito e o fantasma fundamental.....	120
4.5 A função materna e os pais suficientemente narrativos .....	125
4.6 Clarissa, para quem faltavam as palavras.....	129
4.7 O soldado calado, o velho e o viajante: transmissão da experiência em Walter Benjamin.....	134
4.8 Morte, transmissão e castração.....	137
4.9 Outra narrativa, outra posição subjetiva .....	141
4.10 A análise como experiência.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS .....	167

## INTRODUÇÃO

Perseguir as questões que nos perseguem e fazer da inquietação produção. Entre outras coisas, é disso que se trata quando nos colocamos diante da empreitada de um ato de criação, seja ele qual for. A escrita de uma tese não é exceção. Na busca por dar testemunho de uma experiência, a palavra é sempre falha e insuficiente. Há entre a experiência mesma e o que se relata dela um espaço vazio, impossível de ser preenchido. O que dizemos nunca é exatamente o que gostaríamos de ter dito. Resta-nos a tentativa, o trabalho pelas bordas.

A escrita nos coloca diante da castração de modo exemplar. Escrevemos para que as idéias não nos escapem, escrevemos para tentar guardar, para deixar algum tipo de marca na passagem impiedosa do tempo que nos arrasta a cada dia para mais perto do fim. Na presença impressa da palavra, a evidência de uma ausência. A palavra representando o que já não está. Em última instância, a escrita está invariavelmente remetida à morte. Como diz o poeta Waly Salomão, “escrever é vingar-se da perda”<sup>1</sup>

Escrevemos sobre o que não sabemos, sobre o que nos ultrapassa, em uma tentativa teimosa de apreensão daquilo que se recusa a ser pego. **Escrevemos para tentar dar voz àquilo que nos interroga, nos incomoda, nos inquieta, para descobrir escrevendo o que queremos dizer e que não nos é**

**dado saber de antemão.** Na deriva que a escrita impõe, é preciso deixar-se ir, sem saber bem para onde. Partimos de idéias soltas, de restos, de fragmentos, de questões que ficaram em aberto em outros trabalhos, fazemos do antigo novo, reciclamos. E assim nossos planos iniciais vão mudando, tomando outros rumos e direções antes inesperadas.

E não é assim também o trabalho analítico, onde o encontro de analista e analisando não fornece roteiros fixos nem garantias? Também ali é necessário sustentar a angústia de não saber exatamente o que está por vir, a impossibilidade de prever o caminho a ser seguido. **Também ali se trata de lidar com os restos, os fragmentos, as questões que ficaram para trás no meio do caminho.** Uma análise é uma tentativa de dizer o que não pode ser dito, de dizer o que não se sabe, como já dizia Freud.

Na tarefa de descobrir escrevendo aquilo sobre o que quero escrever, deparo-me com o próprio tema que me proponho abordar e se, como dissemos, não há outra alternativa a não ser **trabalhar pelas bordas**, este verbo é mesmo o mais apropriado. Só depois, ao vislumbrar o caminho já traçado, é que saberei o que queria dizer. **No ir e vir que tece um texto a palavra não é mais que provisória**, é preciso sempre reescrever, mas sem cair na armadilha de não poder dar à tese UM fim possível, já que, tanto quanto a análise, ela facilmente se apresenta como infinita. Que o começo fique para o final, ou seja, que a introdução seja sempre a última coisa a ser escrita, é em si ilustrativo da dimensão temporal aí implicada: algo que a psicanálise chama de **a posteriori**.

---

<sup>1</sup> “Poema Jet-lagged”, in: Salomão, W. (1996) *Algaravias*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Um forte e antigo interesse pela interlocução entre literatura e psicanálise levou-me a propor como dissertação de mestrado um trabalho que buscou traçar paralelos e contrapontos entre o processo de análise pessoal e o processo de escrita autobiográfica<sup>2</sup>. Julgava haver entre eles algo que os aproximava: a construção de uma narrativa sobre si mesmo, as ficções implicadas neste narrar biográfico, a especificidade de uma temporalidade que se impunha a este contar-se e recontar-se e o efeito de tais processos para os sujeitos em questão. Com Freud (1907[1906]) aprendemos que o escritor criativo sempre antecipa o homem comum e o cientista no que concerne ao conhecimento sobre a mente, por isso fui buscar na autobiografia de Vladimir Nabokov (1967), *Speak Memory: an autobiography revisited*, elementos que pudessem contribuir para o fazer e o pensar clínicos.

Como não poderia deixar de ser, deste trabalho restaram inúmeras questões em aberto e a vontade de prosseguir. Se tanto a análise quanto a escrita autobiográfica levam os sujeitos ali implicados a um recontar da própria história que favorece às ressignificações, qual seria o papel de tais processos nos efeitos de uma análise? Em que medida as mudanças geradas a partir de um percurso de análise se devem à possibilidade de construir novos sentidos para a vida? O que exatamente estaria implicado em tais mudanças? Quais seriam seus limites? Que diferença faria a experiência analítica em relação ao modo como um sujeito se

---

<sup>2</sup> JOHN, D. (2000) *When our fictions are our truth: construction and reconstruction of life history in analysis and autobiography*. Tavistock Clinic, Londres. Dissertação de mestrado.(inédito).

conta? Trataria-se de criar uma nova versão para a própria vida? A proposta desta tese é a de aprofundar o debate iniciado com a dissertação, desta vez tendo como foco principal a clínica psicanalítica. **De uma forma mais geral, o presente trabalho pretende contribuir para se pensar por quais vias se dão os efeitos de uma análise. De forma mais particular, indaga, a partir da noção de Nachträglichkeit, sobre os processos de resignificação da história de vida instaurados pela escuta analítica, seu papel durante este percurso e sua importância como parte dos movimentos deflagrados durante uma análise.**

Este trabalho propõe a discussão desta problemática através de um **estudo teórico-clínico** que se restringe a pensar tais questões no campo da **neurose**. Vários **fragmentos de casos clínicos** são trazidos ao longo do texto, sem o intuito de dar conta das especificidades de cada um deles, mas **tendo sempre como ponto norteador a temática em questão**. Assim, a opção feita foi por apresentá-los através de pequenas **vinhetas** que foram recortadas em função do assunto tratado. Tal recurso, diga-se de passagem, certamente não resolve a dificuldade, sempre encontrada no campo da psicanálise, de poder transpor para a escrita o que se passa na experiência clínica. Assim, não é pretensão desta tese que as vinhetas clínicas aqui apresentadas possam **“demonstrar”** a questão da resignificação, mas que possam servir como um material precioso para enriquecer este debate que, como já foi afirmado, só pode ser feito pelas bordas.

Sabemos que diferentes processos de resignificação da história de vida ocorrem com todas as pessoas cotidianamente, independentemente de estarem ou não em análise. A própria passagem do tempo, a simples experiência

de estar no mundo, **convocam o sujeito a constantemente ressituar-se diante de sua própria história.** Porque tal história não se resume aos fatos, porque a memória não é fidedigna, porque as experiências vividas ao longo do tempo modificam o lugar subjetivo que um sujeito ocupa no mundo, **sua história é sempre em construção.** Nem o sujeito nem o rio são os mesmos cada vez que ele se banha.

**Se a análise não é o único lugar possível para que processos de resignificação da história de vida se dêem, ela é, acredito, um espaço privilegiado para tanto.** Apesar de toda a falta de garantias, há uma aposta de que algum tipo de mudança possa se dar em uma análise (ou já teríamos desistido de nosso laborioso ofício diário há muito tempo). Que tipo de mudança é essa que nos empenhamos em operar? Uma primeira resposta possível é que ela se insere em uma ética própria que não necessariamente coincide com os ideais sociais vigentes. Assim, não há promessa de felicidade, enriquecimento rápido, alívio imediato, nem tampouco a garantia de que o processo em si não será doloroso. Desde esse ponto de vista, **pensar sobre como opera a análise é sempre também pensar sobre sua ética.**

O sujeito que busca uma análise em geral vem motivado por algum tipo de padecimento psíquico. Uma das tarefas iniciais do trabalho analítico, a transformação de uma queixa em uma demanda de análise, inclui a possibilidade de que o sujeito em questão possa vir a perguntar-se sobre sua própria implicação neste sofrimento. A quem oferece seu sofrimento? Que gozo está colocado nele? Como responde ao Outro? **O que move o desejo do analista é a esperança de**

**que, ao poder de alguma maneira encaminhar tais perguntas, o sujeito possa livrar-se minimamente das amarras de uma repetição compulsiva e encontrar, quem sabe, uma outra maneira de se posicionar frente ao Outro.**

Porque é a partir de uma demanda do Outro que um sujeito se constitui, ao longo de uma análise há que se lidar também com uma pergunta sobre as origens. **O que é meu e o que é do Outro? De que maneira me aproprio de tudo o que me é oferecido, daquilo que herdo? Como me situo diante de minhas origens?** São perguntas com as quais o analisando precisa deparar-se para dar conta de um processo de historicização que é invariavelmente deflagrado em uma análise.

Como coloca Lacan (1953/1954) no Seminário 1, a restituição da história do sujeito deve ser considerada como o principal objetivo de uma análise. Mas ele salienta que isso não significa colocar acento no passado. “A história não é o passado. A história é o passado na medida em que é historiado no presente – historiado no presente porque foi vivido no passado.” (1953/1954, p.21).

Sabemos que no senso comum a psicanálise é tida como uma prática que trabalha com o passado. Não é raro encontrarmos pessoas que alegam não estarem interessadas em fazer análise porque estão mais preocupadas com seu presente ou seu futuro. *Inútil remoer o passado*, parece ser seu mote. Até

mesmo certas práticas terapêuticas inserem-se aí nesta mesma alegação<sup>3</sup>, diferenciando-se da psicanálise justamente por este ponto: sua proposta é de trabalhar com o que é atual na vida do sujeito, nada de ter que levantar antigos fantasmas. O passado já passou. Curiosa formulação esta de que seria possível pensar um sujeito feito só de presente!

Mas se também não cabe dizer que a psicanálise trabalha com o passado, que temporalidade encontramos no trabalho analítico? Como veremos, a questão do tempo para a psicanálise não se coloca assim de forma tão simples. Se a ressignificação só é possível *no* tempo, este não é o tempo reversível dos relógios, tampouco o tempo cronológico do desenvolvimento. **Pensar a análise enquanto espaço de ressignificação a partir da noção de Nachträglichkeit implica pensar em um tempo que caminha em múltiplas direções.**

Assim, a história de vida referida aqui não se coloca como aquela das anamneses, não se trata de uma história dada, de um relatar de fatos, mas de uma construção (que sempre implica também em uma desconstrução, se levamos em conta que parte dessa história já foi escrita antes do sujeito nascer) a ser feita e refeita dentro do espaço transferencial. Isso também não quer dizer que ela seja totalmente inventada, criada ao longo da análise. **Se concebemos o sujeito como assujeitado à linguagem, há que se considerar que ele parte de alguns determinantes, e que ele “é falado” pela matriz simbólica que o antecede,**

---

<sup>3</sup> Em artigo recentemente publicado no New York Times (“More and more favored psychotherapy lets bygones be bygones”, By Alix Spiegel. 14 de fevereiro de 2006), alega-se que as terapias cognitivistas provaram cientificamente que rever o passado não é apenas desnecessário para a

**tanto quanto também fala em nome próprio.**

Ao abarcar a questão da resignificação da história de vida na análise, o tema da narrativa se impõe, já que o processo de contar-se em análise não deixa de ser também uma forma de narra-se. Mas que narrativa seria essa? Veremos como, ao longo do processo analítico a narrativa que se tece é de uma história feita de restos, de imagens, de buracos, de ficções. Ao psicanalista interessam os detalhes aparentemente irrelevantes, as frases soltas, as lembranças aos pedaços, os “enganos”, as palavras esquecidas, qualquer coisa sobre o que se fala, bem como aquilo sobre o que se cala. **Assim, se de um lado temos uma temporalidade multidirecional, de outro temos uma narrativa que não se reduz aos moldes tradicionais de uma história homogênea com início, meio e fim.**

A análise não visa à montagem de uma história mais coerente e mais bem acabada para um sujeito. Pelo contrário, seus efeitos de ruptura buscam a desconstrução do romance que o neurótico tende a construir para tentar dar conta do que seria, como nomeia Ana Costa (1998), a *ficção do si mesmo*. Pensar no que está envolvido nos processos de resignificação da história de vida em uma análise é pensar em como um sujeito pode narrar-se, contar-se/recontar-se e em como ele pode dar conta de colocar em palavras o que é da ordem de uma experiência – a experiência de estar no mundo. Se a análise pode ser pensada como um meio que permite ao sujeito a legitimação de uma experiência, algo cada vez mais difícil no contexto moderno, esta tese propõe pensá-la também como uma experiência, que

marca o sujeito em seu corpo, gerando, entre outras coisas, a possibilidade de ressignificar a própria história.

Se tanto a escrita quanto a análise colocam o sujeito diante de sua castração, talvez o mais difícil em relação à construção de uma tese seja justamente lidar com o que ficou de fora. O caminho traçado aqui é apenas um entre inúmeros outros que poderiam ter sido feitos. Resta lamentar as perdas das quais, apesar da tentativa, não foi possível vingar-se pela escrita. Mas há também que poder celebrar o que foi possível fazer, bem como a inevitável existência dos **restos**, que são a garantia de que o desejo continua e, quem sabe, também as produções!

# 1 TEMPORALIDADE PSICANALÍTICA

## 1.1 O tempo

“O tempo é um ponto de vista dos relógios”

**Mário Quintana**

Apesar da existência de todos os relógios do mundo, insistindo em demarcar com precisão a passagem do tempo, apontando para sua concretude, é de forma radicalmente subjetiva que o homem o sente. Aperfeiçoou-se na arte de esticá-lo, matá-lo, fazê-lo render, torná-lo eficiente, perdê-lo, ganhá-lo, desperdiçá-lo, otimizá-lo. O tempo lhe escapa, passa sempre rápido demais ou devagar demais, dificilmente condizendo com o que dizem os relógios. Tempo e desejo articulam-se em uma equação que faz do primeiro algo sempre variável de acordo com o segundo, mesmo que os relógios e os calendários demarquem a passagem de um tempo igual.

As reflexões sobre o tempo sempre foram um tema caro à filosofia, à ciência e ao homem comum, bem como fonte inesgotável de inspiração para escritores e poetas. Decifrar seus enigmas tem sido uma tarefa instigante e infinita para o ser humano há milhares de anos. A simples separação do tempo em passado, presente e futuro, por exemplo, parece tão óbvia e fácil de aceitar a princípio, mas assume complicações diversas quando a submetemos ao menor dos

questionamentos. Se o passado é o que já passou, o futuro é o que está por vir, então o presente é o que está acontecendo agora. Mas como apreender este “agora” se o tempo não pára de passar? Já não é o “agora” do qual falo também passado no momento em que acabo de falar? Já não me encontro no futuro em relação à primeira frase escrita neste texto? Estas perguntas são bastante antigas e já podem ser encontradas nas reflexões de Santo Agostinho (397-8) sobre o tempo:

De que modo existem estes dois tempos – passado e futuro, – uma vez que o passado não mais existe e o futuro ainda não existe? E quanto ao presente, se permanecesse sempre presente e não se tornasse passado, não seria mais tempo, mas eternidade. Portanto se o presente, para ser tempo, deve tornar-se passado, como poderemos dizer que existe, uma vez que a sua razão de ser é a mesma pela qual deixará de existir? Daí não poderemos falar verdadeiramente da existência do tempo, senão enquanto tende a não existir (p.318).

Tomar o tempo como objeto de estudo imediatamente implica em uma série de dificuldades que já começam por sua definição. O que é o tempo? A célebre colocação de Santo Agostinho (397-8) é de que embora o tema lhe seja *tão familiar, tão conhecido*, ele só o sabe se ninguém lhe perguntar. Se tem que responder a alguém, já não o sabe. Como explica Gondar (1996), qualquer definição do tempo seria um contra-senso, uma vez que definir é justamente dizer o que algo é a despeito de qualquer mudança, ou seja, afirmar o que permanece o mesmo, apesar da passagem do tempo. Passadas várias páginas nas quais discorre sobre o tempo, Santo Agostinho (397-8) demonstra que o impasse continua:

Confesso-te, Senhor, que não sei ainda o que é o tempo, e, no entanto, sei que pronuncio estas palavras no tempo. Sei também que há muito estou falando do tempo, e que este “muito” não é outra coisa senão uma duração de tempo. Como posso saber isso, se ignoro o que seja o tempo? Será que não sei exprimir o que sei? Ai de mim, que nem ao menos sei o que ignoro! (p.328).

Uma das conseqüências imediatas desta situação paradoxal em relação a conceitualização do tempo é que terminamos utilizando um modelo espacial para tentar dar conta de representá-lo. O próprio Santo Agostinho (397-8) já apontava para isso: “Todavia, o que medimos nós, senão o tempo tomado no espaço?” (p.324). Apesar de não ser o único meio através do qual fazemos esta espacialização do tempo, o relógio é talvez o exemplo mais claro disso. Ao reduzirmos o tempo a uma distância percorrida entre dois pontos, estamos também tornando-o reversível (a distância entre um ponto A e um ponto B é a mesma que entre o ponto B e o ponto A). “O relógio não nos oferece qualquer possibilidade de diferenciar qualitativamente o antes e o depois. É possível atrasá-lo ou adiantá-lo, sem que isso faça qualquer diferença com relação ao tempo” (Gondar, 1994, p.2).

**Ou seja, a dimensão qualitativa do tempo se perde com sua espacialização.**

No entanto, sabemos que a característica mais essencial do tempo é justamente sua passagem, sua irreversibilidade, o que significa que entre um antes e um depois “algo se produz e ou algo se perde, instaurando uma diferença qualitativa que impede a reversão da operação” (Gondar, 1996, p.68).

Quanto à filosofia clássica, ela tem como modelo a eternidade. Sua preocupação sempre foi a de poder falar do que permanece imutável, já que a verdade reside naquilo que continua igual ao longo do tempo. O mesmo se dá com

a ciência clássica. Em sua busca do conhecimento absoluto, o tempo não é mais que uma ilusão, um obstáculo, pois ele irremediavelmente traz o novo. **A ciência clássica busca o absoluto, ou seja, leis que possam ser estabelecidas como eternas, que continuem verdadeiras apesar da passagem do tempo.** (Gondar, 1994).

Este destaque dado ao presente como único tempo possível já aparece em Santo Agostinho (397-8). Se o passado não existe mais e o futuro ainda não chegou, ele conclui que, então, só o presente existe. No entanto, ao pensar sobre a duração do presente, este também se coloca como de difícil apreensão. Deduz que 100 anos poderiam ser considerados um presente longo, mas desses 100 anos, os que já transcorreram são passado, os que estão por vir são futuro, restando apenas o ano que vivemos agora como presente. Mas se o ano é feito de meses, os meses de dias, os dias de horas, as horas de momentos, então resta concluir que o presente mesmo não tem extensão, já que não há como conceber “um espaço de tempo que não seja suscetível de ser dividido em minúsculas partes de momentos” (p.320). Mesmo depois de concluído isto, Santo Agostinho (397-8) insiste na idéia de que é do presente que se trata quando falamos de passado ou futuro, porque é no presente que o fazemos. De onde conclui que há, sim, três tempos, mas ele os chama de: *presente dos fatos passados, presente dos fatos presentes e presente dos fatos futuros*. “O presente do passado é a memória. O presente do presente é a visão. O presente do futuro é a espera” (p.323).

Depois de percorrido este longo caminho, Santo Agostinho (397-8),

ao constatar que a maioria das vezes falamos impropriamente do tempo, ou seja, sem nenhuma exatidão, decide “repousar das perguntas dos homens” e estabilizar-se em Deus, que é seu molde. Ao comparar-se com Deus, dirá que o Criador não conhece do mesmo “modo grosseiro o passado e o futuro” (p.335), já que Ele é verdadeiramente eterno, enfim, está acima destas questões tão humanas. Como coloca Gueller (2001) há uma hierarquia que situa a eternidade como superior, visão plena e absoluta, clarividência, enquanto a divisão entre passado, presente e futuro é defeituosa e deficitária, isto é, demasiadamente humana.

Faz parte da nossa milenária herança intelectual atribuir ao que verdadeiramente é, ao que nos aparece como indiscutivelmente sendo, uma presença plena. (...) Ser implicaria em manter-se na plenitude de uma presença estável e constante, manter-se numa identidade e numa pura coincidência consigo mesmo. (Figueiredo, 2002, p. 18).

Figueiredo (2002) aponta que há diversos autores trabalhando, cada um a sua maneira, no sentido de fazer uma crítica, bem como propor a “superação”, daquilo que Heidegger chamou de “metafísica da presença”. A crença de que “houve ou haverá um perfeito ‘agora’ como residência privilegiada do *ser*” (p.20) encontra expressão tanto nas buscas nostálgicas de uma origem perdida, como na “utopia messiânica de uma totalização ou completude prometida” (p. 20). Uma das conseqüências da “metafísica da presença” seria “a concepção do tempo como linear, contínuo, unidirecional, recuperável e previsível” (p. 20). Em contraste com esta noção de uma presença plena e sem brechas, a crítica da “metafísica da presença”, proposta por Heidegger, Lévinas e Derrida, articula e reconhece a heterogeneidade da *presença*, ou seja, o fato de que ela é feita de traços, vestígios,

antecipações, fraturas, ausências.

## 1.2 O tempo em Freud

E como situar a psicanálise diante da questão do tempo? Embora Freud nunca tenha falado sobre o tema de forma sistemática, a psicanálise é atravessada pela temática do tempo em inúmeros aspectos. Ele se faz presente quando a etiologia da neurose é situada na infância, quando Freud postula a atemporalidade do inconsciente, quando lança mão do conceito de recalque, quando formula o conceito de compulsão à repetição ou propõe a noção de *Nachträglichkeit* (a posteriori) e do trauma – para citar apenas alguns destes pontos.

Mesmo que Freud tenha estado sempre imbuído de forte espírito científico e tenha se empenhado para dar a sua invenção este tipo de status, em coerência com seus próprios postulados, o produto de seu trabalho foi muito além do que era sua intenção consciente. Se, na busca da verdade absoluta, a ciência clássica toma o tempo como um obstáculo, uma ilusão, para Freud o que é ilusório não é o tempo, mas a própria eternidade. Seu pensamento reafirma de forma contundente a finitude, tanto do homem como do saber. Neste sentido, ele não apenas não se enquadra no modelo de eternidade oferecido pela racionalidade clássica, como vai na direção oposta. Além disso, a problemática do tempo em Freud não pode obedecer aos mesmos princípios da física e da metafísica, já que para ele o que interessa não é a natureza do tempo em si, mas sua relação com o sujeito (Gondar, 1994).

De modo geral, a psicanálise desafia o entendimento do tempo como linear e cronológico, tal como expresso pela “metafísica da presença”, e vários autores estão de comum acordo ao afirmarem que a temporalidade encontrada em Freud é heterogênea e complexa, expressando um tempo multidirecional<sup>4</sup>. É claro que isso nem sempre é tão óbvio em Freud, a complexidade de seu pensamento deixa inúmeras questões em aberto e espaço para leituras diversas. A seguir, faremos um recorte de algumas passagens freudianas, importantes para se pensar sua concepção temporal, para que, então, possamos falar das implicações disso para a prática clínica e para a questão da ressignificação.

### **1.3 Atemporalidade e arqueologia**

Uma das características especiais que Freud atribui ao sistema inconsciente é justamente sua falta de referência ao tempo.

Os processos do sistema Ics. são intemporais; isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema Cs. (Freud, 1915, p.214).

---

<sup>4</sup> André Green (2002) fala de um tempo “éclaté”, em inglês traduzido por “shattered”, isto é, um tempo espalhado, espedaçado, que vai em diversas direções.

Mas o que afinal isso significa? Que tipo de registro é esse que ignora a passagem do tempo? Estaria aí embutida uma idéia de tempo reversível, no sentido de que, se o recalcado permanece imutável, intacto, inalterado pelo tempo, poderia ser resgatado tal qual lá se apresenta? Ao postular a atemporalidade do inconsciente, estaria Freud aproximando-se do modelo de eternidade da filosofia clássica e, por conseqüência, inserindo-se na referida “metafísica da presença”? Antes de tentar encaminhar tais questões, prossigamos em nosso pequeno recorte. Destaquemos uma nota de rodapé que Freud (1901) acrescenta a *Psicopatologia da Vida Cotidiana* em 1907, que ficou conhecida por ser sua primeira menção explícita à atemporalidade do inconsciente:

No caso dos traços mnêmicos recalcados, pode-se constatar que eles não sofrem nenhuma alteração, nem mesmo nos mais extensos períodos de tempo. O inconsciente é totalmente atemporal. O caráter mais importante e também mais estranho da fixação psíquica é que todas as impressões são preservadas, não só da mesma forma como foram originalmente recebidas, mas também em todas as formas que adotaram nos desenvolvimentos posteriores, o que constitui uma situação que não se pode ilustrar por nenhuma comparação retirada de outra esfera. Teoricamente, cada estado anterior do conteúdo da memória pode ser restituído à lembrança, mesmo que seus elementos tenham trocado há muito tempo todas as suas relações originárias por novas relações (Freud, 1901, p.236).

Aqui há algo diferente, não se trata apenas de um registro que possibilita a permanência inalterada de seus processos apesar da passagem do tempo. Nesta passagem Freud fala da possibilidade de registrar impressões não apenas na forma como foram originalmente recebidas, mas também nas formas que adquirem posteriormente. **Mas como pensar em desenvolvimentos posteriores,**

**ou em *novas relações* se não *no tempo* ou *ao longo do tempo*?**

Em tese intitulada “Sobre a (a)temporalidade: os paradoxos do tempo no pensamento freudiano e sua incidência nos processos de constituição psíquica”, Adela Stoppel de Gueller (2001) trabalha as dificuldades encontradas por Freud em descrever a lógica do inconsciente e os limites que suas metáforas arqueológicas, escriturais e espaciais ou tópicas encontram para dar conta de seu postulado sobre a atemporalidade dos processos inconscientes. Segundo a autora, as metáforas freudianas revelam-se insuficientes justamente porque tentam espacializar um modelo que é basicamente temporal.

Embora Freud tenha afirmado que o tipo de preservação feita no inconsciente não se presta a ilustrações por “nenhuma comparação retirada de outra esfera” (Freud, 1901, p. 236), ele mesmo, em ocasiões diversas, utilizou-se de metáforas arqueológicas para pensar os processos psíquicos, em especial o mecanismo do recalque. Tais quais as peças que colecionava em seu consultório haviam sido resgatadas depois de anos de preservação embaixo do solo, o mesmo aconteceria com os conteúdos recalcados que, embora inacessíveis ao consciente, encontrariam-se preservados no inconsciente. Que concepções de temporalidade estariam colocadas por tais metáforas?

Em *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen* (1907[1909]) Freud dirá que “não existe melhor analogia para o recalque<sup>5</sup> – que preserva e torna algo inacessível na mente – do que um sepultamento como o que vitimou Pompéia, e do qual a cidade só pôde ressurgir pelo trabalho das pás” (p. 47). Em *O Mal-estar na civilização* (1930[1929]) proporá o exercício de imaginar Roma como uma entidade psíquica, onde todas as fases anteriores de desenvolvimento continuam a existir, paralelamente à atual. Isto permitiria presentificar toda a sua história de uma só vez, isto é, veríamos ali construções arquitetônicas de diferentes épocas históricas, sobrepostas umas às outras. Mas, lembrando a lei da física de que dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo, Freud apontará para a dificuldade de representar em termos pictóricos as características da vida mental. Apesar de não ser fisicamente possível, a capacidade de preservar os inúmeros períodos históricos de um sujeito seria um fenômeno típico do mundo psíquico. Já mais para o final de sua obra, em *Construções em análise* (1937), Freud fará uma longa comparação entre o trabalho do analista e do arqueólogo, apontando semelhanças e diferenças entre os mesmos:

Os dois processos são de fato idênticos, exceto pelo fato de que o analista trabalha em melhores condições e tem mais material à sua disposição para ajudá-lo, já que aquilo com que está tratando não é algo destruído, mas algo que ainda está vivo. (...) Mas assim como o arqueólogo ergue as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas pelas depressões no chão e reconstrói as decorações e as pinturas murais a partir dos restos encontrados nos escombros, assim também o analista procede quando extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise. Ambos possuem direito indiscutido a reconstruir por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram (Freud, 1937, p.293).

---

<sup>5</sup> O termo utilizado na Standard Edition é “repressão”, mas utilizaremos a palavra recalque.

Além da vantagem de encontrar seu material preservado – em oposição ao material quebrado pelo processo de escavação que o arqueólogo normalmente encontra – o analista teria ainda a vantagem de contar com as repetições de reações infantis que o sujeito da análise está fadado a fazer, bem como com todo o material transferencial, para os quais não há equivalentes na arqueologia.

No mesmo texto de 1937, Freud falará novamente de Pompéia, colocando a cidade em um lugar de exceção em relação a comum destruição dos objetos arqueológicos. A instantaneidade do sepultamento teria garantido sua preservação. No entanto, em mais uma referência ao exemplo da cidade petrificada, Freud dirá ao Homem dos Ratos (1909) que “a destruição de Pompéia só estava começando agora que ela fora desenterrada” (p.180). Ou seja, se em alguns momentos Freud utiliza-se das analogias arqueológicas justamente para salientar a conservação integral dos conteúdos recalçados, em outros momentos ele também admite que o próprio processo de escavação, de exumação, implica sempre em algum grau de destruição<sup>6</sup>. Como coloca Gueller (2002), “o enxadão não penetra na lava sem causar estragos. Ele destrói a completude e a integridade de Pompéia” (p. 74).

O que estaria em jogo, então, no retorno do recalçado? Se a exumação implica em destruição já não é mais possível pensar em um resgate de

---

<sup>6</sup> Porge, E. (1993) aponta que a afirmação freudiana de que os processos inconscientes são intemporais foi fonte de muitos mal-entendidos. Ele diz que o desmentido mais explícito de tal

processos inconscientes inalterados. Trata-se aqui da impossibilidade de tornar a lembrança inconsciente consciente, uma vez que ao chegar ao consciente, ela já é outra coisa. Assim, o exemplo de Pompéia, destruída no momento de sua descoberta, equivaleria ao que acontece com o traço mnêmico ao ser tocado pela palavra:

Em ambos os casos trata-se de restos não completáveis, não re-integráveis, salvo por construção. Construção e destruição não são então simples opostos mas um par indissociável. Não há construção sem que algo fique destruído, assim como é na destruição que se faz a construção. A lógica totalizante da presença deve ser substituída por uma outra, na qual o que se produz, o excedente, tem como correlato que algo fique a menos. (Gueller, 2002, p.74).

Assim, se no próprio ato de passagem a lembrança recalcada deixa de ser lembrança, temos aí um processo que é **transformador**, que implica em uma mudança de estatuto, o que aponta também para a irreversibilidade do tempo.

Trata-se então de um presente nunca coincidente consigo mesmo, nem na forma do passado, entendido como aquilo que um dia foi, nem na forma de um presente pleno. Neste sentido, Freud se encontra nos antípodas do pensamento agostiniano e, por extensão, de toda a linha do que Derrida denominou de metafísica da presença. Não há, sequer por um instante, um presente plenamente presente, ou seja, recuperação da lembrança inconsciente (Gueller, 2001, p.22).

Por um lado, as metáforas arqueológicas muitas vezes acabaram

servindo para pensar uma psicanálise preocupada em resgatar lembranças intactas, uma clínica do levantamento do recalque, que vê a neurose como uma doença da memória (Laplanche, 1999a) na qual o simples ato de lembrar poderia trazer a cura e que se insere em um modelo de tempo reversível; ou ainda, como coloca Gueller (2001), o mito de uma psicanálise das profundezas, do oculto, do enterrado que precisa ser trazido à luz, da busca de um passado que precisa ser resgatado. Por outro lado, o fato de que tais metáforas não dão conta do fenômeno psíquico que Freud pretende descrever, os paradoxos que estas tentativas revelam, indicam já um caminho para se pensar uma psicanálise de temporalidades heterogêneas.

Para Gueller (2002) os exemplos de Pompéia e Roma seriam complementares na tentativa de ilustrar o funcionamento psíquico:

Roma nos apresenta um tempo de acúmulo, de continuidade, de duração, de sobrecarga. Pompéia, o tempo da captura, do corte, do instante, da unicidade, mais totalizante. O sonho de Freud é encontrar um modelo que dê conta de Roma e Pompéia juntas, pois o aparelho psíquico é as duas em uma. Os traços mnêmicos estão todos sempre ali, porém sua ascensão à superfície é seletiva. Todas as virtualidades são registradas, mas as atualizações na consciência são feitas pontualmente. O inconsciente, o recalado, fica representado ou bem pela ficção fantástica de Roma ou bem por Pompéia sob as lavas do vulcão, e, num caso como no outro, como aquilo que nunca se dá como presença plena. (p. 76).

Como vemos, as metáforas arqueológicas das quais Freud faz uso para tentar descrever os fenômenos psíquicos são paradoxais. Elas confirmam a complexidade da temporalidade psicanalítica, que não se enquadra em uma concepção de tempo reversível, como também não pode ser definida como “puro

presente”. **A partir da constatação freudiana de que a “recuperação” do que foi “guardado” como recalçado implica em alguma perda, alguma transformação, podemos pensar que a construção/reconstrução que um sujeito faz de sua própria história envolve também sempre, ao mesmo tempo, destruição. Neste sentido, os processos de construção/reconstrução da própria história – que incluem o que estamos chamando de processos de ressignificação – colocam-se, ao mesmo tempo, como processos desconstrutivos<sup>7</sup>.**

#### **1.4 A noção de Nachträglichkeit**

Outro ponto importante a ser destacado na obra freudiana quando nos dedicamos ao tema da temporalidade psicanalítica é o que Freud chamou de Nachträglichkeit. **Esta idéia é de interesse especial para esta tese, uma vez que ela está no cerne da dinâmica envolvida nos processos de ressignificação da história de vida.** A proposta aqui é acompanhar como esta noção aparece em Freud, bem como seus desdobramentos pós-freudianos.

Embora Freud nunca tenha formulado uma definição precisa, ou uma teoria geral para a noção de Nachträglichkeit, ela foi adquirindo, aos poucos, um status mais conceitual dentro da psicanálise, principalmente depois de ter sua

---

<sup>7</sup> Como veremos mais adiante ainda neste capítulo, isso se deve também ao fato de que a história do sujeito é em parte construída antes mesmo dele nascer, ou seja, o processo de construção de sua própria história sempre implica, também, em alguma desconstrução do que lhe determina.

importância ressaltada por Lacan e a escola francesa.

Seja em sua forma adjetiva (*nachträglich*) ou substantiva (*Nachträglichkeit*), o termo - que em português é geralmente traduzido por *a posteriori* - tem hoje um largo uso dentro da psicanálise, o que muitas vezes contribui para uma certa perda de sua especificidade conceitual. Parte da confusão existente em torno do termo deve-se à questão da tradução<sup>8</sup>. Enquanto Freud fazia o uso de um termo apenas (mesmo que desdobrado nas formas adjetiva e substantiva), em inglês, por exemplo, temos o emprego de diversas palavras, dependendo do contexto em que se encontrava o termo original. Outra parte do problema se deve a nuances relativas às diferenças entre as várias escolas da psicanálise e a interpretação e o lugar que cada uma delas dá a esta noção.

Em um primeiro momento, tal como aparece na teoria da sedução, o sentido do termo em Freud é bastante pontual. Está referido a um acontecimento orgânico, qual seja, um amadurecimento sexual que permite o acesso a sensações corporais antes negadas ao sujeito em função de sua imaturidade biológica. No entanto, o uso do termo hoje, principalmente dentro da linha francesa da psicanálise, foi adquirindo um caráter bem mais amplo. Este inclui uma idéia de **processo e elaboração** que garantem ao sujeito **novos níveis de compreensão** de certos acontecimentos de sua vida. Se analisarmos a definição oferecida por Roudinesco e Plon (1998) em seu dicionário, vemos como ela se distancia do uso

---

<sup>8</sup> Ver nota de rodapé número 9. Algo relativo a estas diferenças será abordado mais adiante. Para mais sobre este tema ver Laplanche, J. (1999b). "Notes on afterwardness". In: Laplanche, J. *Essays on otherness*.

do termo dentro da teoria da sedução em Freud:

Palavra introduzida por Freud em 1896, para designar um processo de reorganização ou reinscrição pelo qual os acontecimentos traumáticos adquirem significação para o sujeito apenas num a posteriori, isto é, num contexto histórico e subjetivo posterior, que lhes confere uma nova significação. Esse termo resume o conjunto da concepção freudiana da temporalidade, segundo a qual o sujeito constitui seu passado, reconstruindo-o em função de um futuro ou de um projeto. (p.32)

Para que fique mais claro o caminho traçado até que se chegasse a uma definição como essa – que certamente relaciona-se mais de perto com o que se pretende nesta tese – vamos primeiro retomar a origem do termo em Freud.

### **1.5 A teoria da sedução e o tempo do trauma**

A primeira hipótese sobre a etiologia da histeria, a assim chamada teoria da sedução, dá ao trauma um papel central. Caracterizado por sua intensidade, o trauma é uma experiência excessiva e intolerável, frente a qual o sujeito é incapaz de reagir adequadamente. Impossibilitado de integrar tal experiência a sua personalidade consciente, resta-lhe o recurso do recalque. Nos primeiros tempos da psicanálise, o trauma está geralmente referido a uma experiência sexual passiva e precoce – daí o uso da palavra sedução – ou seja,

uma situação na qual uma criança é submetida a algum tipo de coerção sexual por um adulto ou por alguém mais velho que ela.

Com a teoria da sedução surge um aspecto importante no que diz respeito à temporalidade, qual seja, a necessidade da existência de dois tempos distintos para que o trauma se efetive. Ao postular que o trauma não acontece no momento da sedução propriamente, mas é desencadeado por um evento posterior – relacionado ao primeiro por um vínculo associativo – Freud estabelece a necessidade de uma segunda cena para que a situação experienciada adquira seu efeito traumático. Ou seja, o trauma só ganharia tal status em um segundo momento.

Esta idéia aparece muito cedo em Freud (1950[1895]) e já encontramos importante parte de sua formulação no *Projeto para uma psicologia científica*. Ali Freud (1950[1895]) trará o caso de Emma, uma moça que sofre de uma estranha impossibilidade: não consegue entrar em lojas sozinha. Em associação com seu sintoma ela traz uma lembrança de seus 12 anos, quando entrou em uma loja e saiu correndo ao perceber que os dois vendedores riam de sua roupa. Não satisfeito com esta explicação, que julga insuficiente para justificar o sintoma de Emma, Freud (1950[1895]) continua sua investigação. Emma termina lembrando de uma outra cena, esta ocorrida quando ela contava apenas 8 anos de idade: ela entra em uma confeitaria para comprar doces quando tem suas partes genitais agarradas, por cima da roupa, pelo homem que a atende.

A cena traumática, a primeira a acontecer do ponto de vista cronológico, não teria surtido nenhum efeito no momento mesmo em que ocorreu. É apenas anos mais tarde, ao vivenciar uma outra cena, que a primeira adquire o caráter de traumática. Isto se daria essencialmente porque, na época da primeira cena, Emma, ainda criança, não era sexualmente desenvolvida. É só quando vivencia uma experiência que traz vínculos associativos com a primeira cena (loja, roupas) e já de porte de uma maturidade sexual, é que o primeiro episódio torna-se traumático.

Freud (1950[1895]) afirma que são as mudanças trazidas pela puberdade que permitem que Emma tenha acesso ao conteúdo sexual da primeira cena, que na época não lhe causou nenhuma impressão. “Ora, esse caso é típico do recalçamento na histeria. Constatamos invariavelmente que se recalcam lembranças que só se tornaram traumáticas por *ação retardada*<sup>9</sup>. A causa desse estado de coisas é o retardamento da puberdade em comparação com o resto do desenvolvimento do indivíduo” (p.478). Freud (1893-1895) dará um exemplo similar no caso de Katharina, em *Estudos sobre Histeria*. Ele volta ao tema no artigo *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa*, onde dirá que as investidas sexuais contra crianças pequenas tendem a não causar nenhum efeito por acontecerem com “pessoas não desenvolvidas sexualmente”. (Freud, 1896, p.155). Dirá ainda: “...não são as experiências em si que agem de modo traumático, mas antes sua revivescência como *lembrança* depois que o sujeito ingressa na maturidade sexual” (Freud, 1896, p.156). Enfim, o trauma se dá como um efeito a

---

<sup>9</sup> Na língua inglesa os termos alemães *Nachträglichkeit* e *nachträglich* tiveram traduções variadas,

*posteriori*. É como se do desenrolar da primeira cena algo ficasse depositado no sujeito, à espera de uma segunda cena que venha a desencadear o potencial traumático da primeira. Aqui já temos os indícios de uma temporalidade que não caminha apenas em uma única direção.

Como vemos, até este momento da obra freudiana, o mecanismo em jogo nos dois tempos do trauma está estritamente vinculado à maturidade orgânica adquirida na puberdade, quando o acesso do sujeito à sexualidade torna possível a ele assimilar um evento sexual que antes não tinha lhe gerado nenhum efeito. Isso significa que estamos falando de um Freud pré descoberta da sexualidade infantil. Nesta época, qualquer manifestação sexual por parte de uma criança só poderia ser explicada pela interferência inadequada de um adulto, que tornaria o inocente prematuramente excitável. Ou seja, qualquer expressão da sexualidade infantil era entendida como patológica.

Mas, então, como ficaria a fundamentação da lógica temporal que acabara de apresentar sobre o trauma, depois da importante constatação de que as crianças normais não eram “inocentes” de desejos sexuais? Como é que Freud lida com a noção de *Nachträglichkeit* depois da descoberta da existência da sexualidade infantil?

Pode-se dizer que a noção de *Nachträglichkeit* não perde sua força com a descoberta da sexualidade infantil, Freud continuará fazendo uso desta

---

entre elas a expressão “deferred action”, que equivaleria à expressão aqui utilizada em português.

expressão ao longo de sua obra. O caso do Homem dos Lobos é talvez o melhor exemplo disso. Ali vemos o mecanismo de *Nachträglichkeit* ocorrendo ainda na tenra infância, quando Freud (1918[1914]) cogita que seu paciente estaria ressignificando, aos 4 anos, uma cena que teria ocorrido quando ele tinha apenas 1 ano e meio. Em uma nota de rodapé, Freud (1918[1914]) fala da compreensão da cena primária que é feita em um momento *a posteriori*:

Quero dizer que ele o compreendeu na época do sonho, quando tinha quatro anos, e não na época da observação. Recebeu as impressões quando tinha um ano e meio; sua compreensão dessas impressões foi protelada, mas tornou-se possível na época do sonho devido ao seu desenvolvimento, às suas excitações e pesquisas sexuais (p.55).

Freud (1918[1914]) também nos lembra que o homem que ali lhe fala tem mais de 25 anos e a forma como conta sua história infantil inclui palavras que ele jamais poderia ter usado na época em que ela realmente ocorreu. **Aí temos a brecha para pensar o fenômeno de *Nachträglichkeit* de uma forma mais abrangente, ou seja, ele não precisa estar necessariamente vinculado a episódios pontuais, traumáticos, mas pode ser compreendido como um mecanismo que envolve novos entendimentos da história de vida do sujeito como um todo.** Como ele coloca no início do caso, ao apontar as diferenças entre tratar diretamente uma criança, ou acessar sua infância através do discurso do adulto:

(...) mas é preciso que levemos em conta a distorção e a reelaboração às quais o passado de uma pessoa está sujeito,

quando visto na perspectiva de um período posterior. (Freud, 1918[1914], p.21).

Esta forma mais abrangente de entender a noção de *Nachträglichkeit* aproxima-se mais da forma como autores contemporâneos têm feito uso do termo. O fenômeno de *Nachträglichkeit* é associado à obtenção de novos níveis de entendimento, de compreensão, de revisão de sentido, de elaboração, enquanto sua formulação inicial estava ligada simplesmente a uma maturidade orgânica que dava acesso a sensações corporais antes impossíveis de serem sentidas.

É justamente este uso mais geral do termo que possibilita pensar que ao construir/reconstruir/desconstruir sua história de vida em análise um sujeito invariavelmente também a ressignifica. A própria passagem do tempo permite ao sujeito ocupar diferentes posições subjetivas em relação a sua história, que vão dando a ele outros recursos para poder *contar-se*. Ao pensarmos um sujeito sempre em movimento, marcado pela passagem do tempo, referido a todas as *outras cenas* que constituem sua vivência, temos também uma história que está em constante processo de construção/reconstrução/desconstrução/ressignificação.

Cabe ainda ressaltar que a teoria do trauma sofreu importantes alterações ao longo da obra freudiana. A famosa carta a Fliess, de 1897, na qual Freud confessa “não acreditar mais na sua neurótica”, é o testemunho de uma virada em suas primeiras hipóteses sobre as causas da histeria. O que ficou

conhecido como o abandono da *teoria da sedução* inaugura uma maior consideração dada ao papel da fantasia no mundo psíquico e, conseqüentemente, abre o questionamento em relação às dificuldades de acesso à história de vida do paciente “tal como ela realmente aconteceu”.

O conceito de *realidade psíquica* surge como solução para o impasse criado em torno da disputa entre verdade versus fantasia. Na mesma carta referida acima, Freud esclarece o que está no cerne desta formulação: “Não há indicações de realidade no inconsciente, de modo que não se pode distinguir entre a verdade e a ficção que foram catexizadas pelo afeto” (Masson, 1986, p.266). Ou seja, Freud desloca o infrutífero debate sobre a busca de uma diferenciação entre fantasia e realidade – questão impossível de resolver – para um ponto bem mais interessante. O que é dito em análise deve sempre ser escutado como a verdade daquele sujeito, como *realidade psíquica*. Se o efeito de uma fantasia no mundo psíquico é o mesmo daquele causado por um fato real, não caberia ao analista confrontar o paciente, conferir na vida real se aquilo aconteceu mesmo assim, mas escutar sua fala dando a ela um estatuto de verdade e trabalhar com ela enquanto tal. Além disso, a memória está sujeita aos mesmos mecanismos de distorção (condensação e deslocamento) encontrados no trabalho do sonho. Até mesmo aquilo que se apresenta como uma lembrança vívida e detalhada, pode não ser mais que uma *lembrança encobridora* (Freud, 1899). Portanto, não se trata, em uma análise, de uma reconstrução factual da própria história, é preciso considerar que há sempre algo de ficcional na narrativa que o sujeito constrói sobre si mesmo e

que é de ficção que se faz sua verdade<sup>10</sup>.

É dentro deste contexto que esta tese propõe pensar a análise como um espaço que permite ao sujeito, a partir de uma relação transferencial, um *contar/recontar* de sua própria história que favorece os processos de ressignificação. É importante ressaltar, no entanto, que falar em ressignificação da história de vida não é o mesmo que falar na montagem de uma versão mais “adequada” da própria vida, mas em um *contar-se/recontar-se* que leve em consideração a impossibilidade de narrar uma história linear, a heterogeneidade do tempo ali implicado, as ficções ali envolvidas, as rachaduras, as incongruências e tudo o que ficou sem registro.

Neste sentido, podemos pensar o trauma como o que ficou fora do tempo, não na condição de eterno, de puro presente, mas na condição do que não pode “a-presentar-se”, justamente porque sequer está. O trauma como o irrepresentável remete ao que não pode ser dito, mesmo que seus efeitos se façam sentir pelo analisando e pelo analista a todo o momento.

A *não-representação* corresponderia a um estado psíquico que, pela ausência nele da qualidade ‘representação’ assim como da qualidade ‘sensorial’, por sua incapacidade de excitar pela via progressiva o pólo Cs, só pode ser descrita mediante uma terminologia negativa. Mas é preciso compreender que

---

<sup>10</sup> Este tema será retomado em vários momentos ao longo da tese.

este `negativo` não a define em absoluto, assim como a noção de atemporalidade não define o lcs. A *não representação* é vivida pelo eu como um excesso de excitação; e se o psiquismo não consegue uma vivência de inteligibilidade acessível ao sistema de representações por meio de uma transformação, o eu a viverá como traumática (Botella, 2003, p.160).<sup>11</sup>

Se uma análise trabalha na direção de poder trazer para o campo do simbólico algo do real, ela também precisa lidar com o fato de que sempre haverá restos que não são simbolizáveis, mesmo na posterioridade. Por mais que se fale, nem tudo pode ser trazido para o campo do sentido. Daí a importância de reconhecermos também os limites dos processos de ressignificação. Se esta tese propõe pensar a ressignificação como um aspecto importante dos efeitos de uma análise, o que se coloca como resto, como impossível de ser dito, como o real que insiste em não se inscrever, se faz presente na história do sujeito tanto quanto as ressignificações que ele pode fazer ao longo do percurso de análise.

Ora, tudo é passível de representação, mas não há objeto ou fragmento do real que se deixe representar todo. Toda representação evoca não só a ausência da coisa, mas também a distância que a separa da coisa; toda representação contém seu traço de saudade e seu resto de silêncio – de algo que já não está, de algo que nunca se entregou inteiro à simbolização (Kehl, 2000, p.140).

---

<sup>11</sup> Tradução livre da autora.

## 1.6 Tempo não linear

É normalmente em torno de referências à noção de *Nachträglichkeit* que giram os comentários sobre uma temporalidade psicanalítica não linear. No entanto, nem todos os autores parecem concordar que esta especificidade temporal já se encontre na época da teoria da sedução. Em artigo sobre o tema, Laplanche (1999b) distingue pelo menos três sentidos diferentes para o termo em Freud. O primeiro equivaleria simplesmente a um “mais tarde”, ou “depois”, que Strachey normalmente traduziu por “subseqüentemente”. O segundo seria o encontrado na teoria da sedução e seguiria a direção do tempo do passado para o futuro. Somente um terceiro uso – que Laplanche (1999b) alega ser raro em Freud – é que inverteria o sentido do tempo do futuro para o passado, trazendo à tona a idéia de retroatividade. Ou seja, Laplanche (1999b) alega que o uso do termo no contexto da teoria da sedução, não traria nenhum aspecto especial em relação ao tempo, mas seguiria o caminho do tempo cronológico e seria essencialmente determinista, no sentido de que o que ocorreu no passado determinaria o que virá depois.

Por sua vez, Gondar (1994) sugere que o Freud da teoria da sedução já traria elementos para se pensar um tempo não linear. A autora alerta que a idéia da existência de dois tempos no trauma aparece ainda em Charcot. O mestre francês havia postulado que entre a situação traumática e o aparecimento do sintoma havia sempre um lapso de tempo, algo que ele chamou – sem dar muitas explicações a respeito – de “período de elaboração”. Segundo Gondar (1994), Freud partirá desta idéia inicial, mas fazendo algumas mudanças

importantes. Além de introduzir a dimensão sexual ao trauma, trará uma lógica temporal mais complexa que a de seu mestre – esta última ainda muito presa a um tempo cronológico, no qual o hiato temporal diz respeito a um simples atraso no aparecimento do sintoma. Em Charcot, “o lapso temporal é de espera, mas não de produção” (Gondar, 1994, p.51); caberá a Freud pensar o que se passava durante tal lapso. Gondar (1994) atribui já ao Freud da teoria da sedução uma temporalidade mais complexa, que não ficaria restrita ao tempo cronológico.

Como foi afirmado antes, o fato de que Freud nunca tenha feito uma sistematização da idéia de *Nachträglichkeit* que lhe desse um caráter de conceito, gerou diferentes usos e interpretações do termo entre os pós-freudianos. Para Gondar (1994) as próprias traduções distintas seriam um indicativo de interpretações que vão em sentidos diversos. A tradução inglesa por *deferred action* indicaria uma idéia mais linear de tempo, uma linha que viria do passado para o presente, sendo que o sentido do presente já teria sido dado no passado. Enquanto a escola inglesa advogaria um tempo progressivo<sup>12</sup>, a tradução francesa por *après-coup* (mais próxima do termo usado em português, *a posteriori*) desprezaria qualquer idéia de linearidade em relação à temporalidade psíquica:

(...) o passado perde a condição de fixidez para ganhar um caráter mais plástico, mais fluido: a história de um sujeito deixa de constituir uma linha reta, através da qual um instante já dado determina o que lhe segue, e torna-se uma história toda cheia de volteios, podendo ser reescrita a cada momento. Mais do que manobrar ou simplesmente manipular o passado, seria possível criá-lo: é essa a concepção de tempo que se expressa na tradução francesa do *Nachträglich*. (Gondar, 1994, p.47).

---

<sup>12</sup> André Green (2002) salienta que a psicanálise anglo-saxã optou por um único ponto de vista para pensar o tempo, isto é, aquele do desenvolvimento.

Embora os argumentos levantados por esta tese a coloquem do lado dos que pensam a noção freudiana de *Nachtäglichkeit* como possibilitando pensar a história de um sujeito dentro de uma temporalidade não linear, embora concordemos com Gondar quanto a fluidez e plasticidade que o passado adquire quando da construção da história de um sujeito, temos uma importante ressalva a fazer em relação à citação acima. **Será que se trata mesmo de criação?** Gondar não estaria fazendo tudo parecer um pouco fácil demais?

A autora fala como se fosse possível reinventar a própria história, reescrevê-la a cada instante e de uma maneira absolutamente nova<sup>13</sup>. Se por um lado nenhum analista poderia continuar trabalhando se não acreditasse que seus analisandos pudessem realizar mudanças em suas vidas, se só faz sentido pensar em uma análise que de um jeito ou de outro seja capaz de gerar rupturas, a prática clínica nos mostra que elas não acontecem assim tão facilmente. A maioria dos sujeitos que embarca em uma análise se vê confrontada com questões que não consegue mudar, tendo que lidar com os paradoxos entre a vontade de poder viver de uma outra maneira e a constatação de que está fadada a repetir, entre o sofrimento trazido pelo sintoma – que o impulsiona a querer mudar – e o gozo trazido por este mesmo sintoma – que o impede de fazê-lo. **Não nos afastaríamos demais dos pressupostos da psicanálise ao pensar este sujeito tão capaz de reinventar-se? Não somos sempre referidos a um lugar de partida com o qual temos que nos haver antes de poder criar uma vida totalmente nova?**

## 1.7 Martha e suas heranças

“Ora, se não sou eu quem mais  
vai decidir o que é bom pra mim?  
Dispensando a previsão!  
Ah, se o que eu sou é também  
o que eu escolhi ser  
aceito a condição”.

**Rodrigo Amarante (Los Hermanos)**

Martha me descreve como foi entrar no apartamento do pai depois de sua morte, que ocorreu há dois anos. Era preciso decidir o que fazer com todas aquelas coisas, mas cada visita ao apartamento era um mergulho nas histórias reveladas por cada objeto, nos fragmentos de sua própria vida. Acabava sempre revendo fotos, relendo cartas e documentos, folhando livros, e aquele trabalho tão urgente não seguia adiante. Ficava decidido que ela não moraria ali. Era um apartamento amplo, muito mais confortável que o que ela vivia com sua família, mas o condomínio era alto e concluiu que seria mais razoável alugá-lo. Seria um dinheiro bem-vindo para o orçamento familiar. Mas para alugá-lo logo era necessário desfazer-se de toda a *tralha*<sup>14</sup>. *Aquela velharia toda não me interessava... sou uma pessoa prática, o que não me serve joga fora. O que eu queria mesmo era mandar chamar um caminhão para levar tudo de uma vez, sem que eu precisasse olhar.*

---

<sup>13</sup> Ver capítulo III. Quando falamos sobre o “*approach narrativo*”, levantamos a questão da falsa oposição realismo X construtivismo.

<sup>14</sup> Nos fragmentos clínicos apresentados ao longo desta tese, as palavras e frases que aparecem em itálico referem-se à fala dos próprios pacientes.

Mas seu pragmatismo não se revelava assim tão eficiente neste caso. Foram visitas intermináveis ao apartamento do pai e, ainda hoje, dois anos depois, há objetos guardados em sua casa com os quais não sabe o que fazer. A irmã, que mora no exterior, escolheu poucas coisas, o irmão não quis saber de quase nada e, já que o apartamento ficara para ela, cabia-lhe também esta árdua tarefa de decidir o destino dos pertences do pai. Ela logo separou o que lhe era mais caro, essencialmente alguns livros raros que guarda até hoje com muito cuidado e que lhe dão imenso prazer. Outras coisas estão ainda ocupando um quatinho de empregada em sua casa, um lugar que remete a uma função de limbo, entre elas um relógio antigo, que não manda consertar, mas do qual também não consegue se desfazer. Relógio parado sustentando a ilusão de um tempo que não passa, que não traz mudanças nem mortes. Mas também um relógio parado de uma vida que pára no tempo e não consegue sair do lugar, que fica estagnada, emperrada, suspensão de um luto ainda por fazer. Estes objetos ocupam espaço, demandam uma decisão que é sempre adiada e sua presença incomoda. Acabam tomando uma dimensão maior, representando tudo que é deixado para trás, por fazer, as atitudes que deveria tomar e não toma, as questões em aberto em sua vida.

Questiona-se sobre o que realmente vale a pena guardar. Ela não é de guardar coisas, sua casa sempre teve apenas *o essencial*.

— Trata-se de saber separar a *tralha* da relíquia, eu digo, sugerindo

que essas decisões não eram assim tão práticas porque envolviam bem mais do que os objetos em si, mas as outras heranças deixadas pelo pai, suas marcas, suas influências. Estava também em questão saber o que ficaria dele nela, e o que seria desejável poder abrir mão...

Surge uma associação sobre umas jóias de família. Lembra que quando tinha 15 anos ia a um baile, foi até a casa da avó ? que morava ao lado da sua ? com seu vestido longo para perguntar se estava bem. A avó então lhe disse que ela estava linda, mas que faltava um toque final. Foi buscar um colar e brincos. Colocou-os na neta e disse que aquilo era um empréstimo, que cuidasse muito bem das jóias e não deixasse de devolvê-las na volta. Martha sentia-se deslumbrante, importante por estar usando as jóias da avó, valorizada por ela. Pois foram justamente estas jóias, que desde este episódio tomaram um valor especial para Martha, que foram deixadas para ela pela avó como herança. *Isto sim valia a pena guardar.* Então me conta com tristeza que um dia entraram em seu apartamento e as levaram. *Por isso é que eu digo, que sentido tem guardar as coisas?*

O que vale a pena guardar? O que é possível guardar? O que se perde com a passagem do tempo? Quantos lutos são necessários ao longo da vida e o que fica deles como resto, como impossibilidade? O que pode ser trabalhado, elaborado, ressignificado e o que não pode? E qual o papel da análise nestes processos? Quais seus limites?

Martha nos fala do sofrimento envolvido no tempo que passa e das

perdas irreparáveis que ele traz, o que, entre outras coisas, levanta a questão de como o trabalho de luto ou a noção de elaboração psíquica poderiam ser articulados com os processos de ressignificação e seus efeitos em uma análise. Deixaremos este ponto em aberto por enquanto, para podermos dar espaço para um outro tema trazido por Martha: aquele que diz respeito a uma herança, herança complexa que transcende a materialidade do apartamento deixado para ela pelo pai, ou das jóias que a avó lhe oferece.

Poderíamos pensar este fragmento clínico como metáfora de algo que, mais cedo ou mais tarde, sempre se passa em uma análise. Deparar-se com um legado, com suas tralhas e relíquias, e ter que situar-se diante delas. Ocupar um lugar na sucessão intergeracional e fazer-se responsável pelo que tomamos daquilo que nos é oferecido. Não é este também o trabalho de uma análise? Poder reposicionar-se diante da própria história, perguntar-se sobre a própria origem, reconhecer o que herdamos e encontrar um lugar possível para si mesmo?

Enfim, o que fazer com o “pacote” que cabe a cada um de nós?

Esta alusão ao “pacote” tiro do livro de Carlos Heitor Cony (1997), *Quase memória – quase romance*. O próprio título do livro já merece, de passagem, um comentário: o uso da palavra *quase* em frente à palavra *memória* e o subtítulo de *quase romance* indicam que não passa despercebido ao autor o quanto o

gênero memórias não é assim tão facilmente separável do gênero ficção<sup>15</sup>. Tema este caro à psicanálise, que de um jeito ou de outro sempre defendeu a idéia de que é a partir de ficções que um sujeito se constitui.

No livro, o protagonista da história (no caso, o próprio autor) recebe um embrulho com as seguintes palavras em cima: “Para o jornalista Carlos Heitor Cony. Em mão”. Não é preciso muito tempo para que ele descubra que aquilo vinha de seu pai.

Era a letra de meu pai, a letra e o modo. Tudo no embrulho o revelava, inteiro, total. Só ele faria aquelas dobras no papel, só ele daria aquele nó no barbante ordinário, só ele escreveria meu nome daquela maneira, acrescentando a função que também fora a sua. Sobretudo, só ele destacaria o fato de alguém ter se prestado a me trazer aquele embrulho. Ele detestava o correio normal, mas se alguém o avisava que ia a algum lugar, logo encontrava um motivo para mandar alguma coisa a alguém por intermédio do portador. (...) Até mesmo o cheiro – pois o envelope tinha um cheiro – era o cheiro dele, de fumo e água de alfazema. (...) Recente, feito e amarrado há pouco, tudo no envelope o revelava: ele, o pai inteiro, com suas manias e cheiros (Cony, 1997, p.11).

Até aqui tudo bem, um pacote do pai, o que haveria demais nisso? Mas a informação que o leitor recebe a seguir é que vem acrescentar a perplexidade ao fato. O pai estava morto há exatamente 10 anos! Como explicar a presença daquele pacote, tão característico dele, que ainda carregava até mesmo o seu cheiro, ali nas mãos do filho, tanto tempo depois da morte do pai?

---

<sup>15</sup> Este tema será abordado com maior profundidade no capítulo III.

Não é esta a pergunta que Cony (1997) tentará responder ao longo do livro, este mistério fica em suspenso. De qualquer modo, vale dizer que esta “presentificação” do pai através de um pacote tão cheio de vestígios recentes dele nos faz pensar no tempo do inconsciente, que transpõe as barreiras materiais e se faz presente sem convite, com direito aos aspectos sensoriais mais realistas.

Tampouco o mistério sobre o que há dentro do embrulho é o que interessa, a não ser como recurso de narrativa, já que o autor leva a curiosidade do leitor às últimas conseqüências, chegando até o final do livro sem abrir o tal pacote. Como coloca Pereira (1998), o que ele faz é recontar suas memórias/as de seu pai, a partir de cada traço, cada detalhe do pacote que vai lhe evocando diferentes associações, mas sem precisar abri-lo. “As memórias fluem na medida em que o sujeito nem precisa abrir o pacote. Ele já sabe que é algo vindo do pai. Os objetos reais que porventura pudessem estar no interior não interessam para a reconstituição, o reencontro com a história de sua filiação” (Pereira, 1998, p.47).

### **1.8 Apropriar-se de um legado, encarregar-se de uma herança**

É nesta direção, a do reencontro com a história de uma filiação, que esta tese propõe pensar a resignificação da história de vida na análise. **Se a noção de Nachträglichkeit permite pensar em um tecer de novos sentidos que se faz ao longo do tempo, isso não quer dizer que se trate de pura criação, invenção de uma história totalmente nova, mas do resgate e da apropriação**

**subjetiva de uma história que já havia começado bem antes daquele sujeito existir.** Como coloca Daisy Wajnberg (1994) “O discurso do sujeito em análise seria aquela narrativa pela qual virá a constituir a sua história que, paradoxalmente, já está escrita e, ao mesmo tempo, se reescreve somente ao contá-la” (p.158).

Se falamos em termos de uma ordem simbólica, tal qual propôs Lacan, então não podemos pensar em um sujeito totalmente autônomo, capaz de inventar a si mesmo do nada. Ele invariavelmente terá que se haver com tudo o que lhe antecede, com o que herda sem sequer saber, com os ditos e não ditos que já estavam lá antes dele nascer, isto é, com os significantes primordiais que recebe ao entrar num mundo de linguagem que já existia antes dele chegar.<sup>16</sup>

Se ao nascer herdamos um “pacote”, não é possível ignorá-lo, ele terá seus efeitos em nós queiramos ou não. É a forma particular, própria, singular, através da qual cada sujeito se apropria de tal legado que possibilitará a cada um a “reinvenção” de sua própria história. Este processo infinito, que se dá mesmo para as pessoas que nunca fizeram análise, é, ao meu ver, incentivado, alimentado e acelerado em uma análise, que abre um espaço de escuta e de fala que, entre outras coisas, favorece às ressignificações.

Embora constitua-se como uma tarefa cotidiana, poder habitar um lugar subjetivo nesta cadeia que nos antecede nem sempre é assim tão simples.

---

<sup>16</sup> Este tema será retomado no capítulo IV.

Por quanto tempo precisamos falar de nosso pai e nossa mãe em uma análise? Quantos acertos de culpa e dívida em relação a eles precisamos fazer ao longo de um tratamento analítico (e ao longo da vida)? Quantas vezes nos vemos envolvidos na difícil (ou mesmo impossível) tarefa de diferenciar o que é “nosso” do que é “deles”?

Resultado que é do desejo de um Outro, um sujeito se situa referido à pergunta “o que quer o Outro de mim?”, enigma que a montagem de um fantasma tenta responder. A trajetória de uma análise, segundo Lacan, seria a da **travessia deste fantasma**, o que implicaria em um **remanejamento das defesas** e numa **modificação do sujeito em sua relação com o gozo**. Na tentativa de responder ao Outro, muitas vezes o neurótico arma arapucas pra si mesmo e se prende a uma forma de gozar que também lhe traz sofrimento. Em análise, numa relação transferencial que faz com que este Outro fique temporariamente encarnado na função analista, o neurótico tem a oportunidade de se re-situar diante desta pergunta ou até mesmo de desmascarar o vazio por trás dela.<sup>17</sup>

Kafka (1992), em sua famosa *Carta ao pai*, expõe com maestria uma boa dose do que está implicado neste processo de situar-se diante de uma filiação, especialmente no que diz respeito à dívida para com o sobrenome paterno:

Naturalmente não digo que me tornei o que sou só por influência sua. Seria muito exagerado (e até me inclino a esse exagero). É bem possível que, mesmo que tivesse crescido totalmente livre da sua influência, eu não pudesse me tornar um ser na medida do seu

---

<sup>17</sup> Este tema será aprofundado no capítulo IV, quando trabalharemos em mais detalhe os processos envolvidos na trajetória de uma análise.

coração. (...) Eu teria sido feliz por tê-lo como amigo, chefe, tio, avô, até mesmo (embora mais hesitante) como sogro. Mas justo como pai você era forte demais para mim, principalmente porque meus irmãos morreram pequenos, minhas irmãs só vieram muito depois e eu tive, portanto, de suportar inteiramente só o primeiro golpe, e para isso eu era fraco demais. Comparemo-nos um com o outro: eu, para expressá-lo bem abreviadamente, um Löwy com certo fundo Kafka, mas que não é acionado pela vontade de viver, fazer negócios e conquistar dos Kafka, e sim por um aguilhão dos Löwy, que age mais secreto, mais tímido, numa outra direção, e muitas vezes cessa por completo. Você, ao contrário, um verdadeiro Kafka na força, saúde, apetite, sonoridade de voz, dom de falar, auto-satisfação, superioridade diante do mundo, perseverança, presença de espírito, conhecimento dos homens, certa generosidade. (...) Seja como for, éramos tão diferentes e nessa diferença tão perigosos um para o outro, que se alguém por acaso quisesse calcular antecipadamente como eu, a criança que se desenvolvia devagar, e você, o homem feito, se comportariam um com o outro, poderia supor que você simplesmente me esmagaria sob os pés e que não sobraria nada de mim. (p. 11).

O que mais se herda junto com um nome?

Em *O mito individual do neurótico*, Lacan (1953) salientará a importância do que ele chama de *a constelação familiar do sujeito*, sua pré-história, ou seja, tudo aquilo que o antecede. Utilizando-se do exemplo do Homem do Ratos, ele demonstra a relação existente entre os sintomas atuais do paciente de Freud e a história de seus pais. Esta já apresentava pelo menos dois elementos de suma importância no desenrolar da patologia do Homem dos Ratos, tais quais, o dilema enfrentado por seu pai entre uma moça pobre e uma moça rica para casar (ele escolheu a rica) e uma dívida que nunca foi paga. Lacan (1953) nos mostra como seu paciente se enreda nesta história repetindo a seu próprio modo em sua vida as questões que ficaram ali em aberto, a serem resolvidas na vida do pai. É claro que, como toda a repetição, ela não se dá de forma absolutamente idêntica, mas carrega

novos elementos, que reordenam a situação original:

Tudo se passa como se os impasses próprios da situação original se deslocassem para um outro ponto da organização mítica, como se o que num lugar não está resolvido se reproduzisse sempre noutra. (Lacan, 1953, p.60).

Lacan (1953) salienta ainda que “essa relação não é evidentemente elucidada pela forma puramente factual como a expus, já que ela só se valoriza com a apreensão subjetiva que dela teve o sujeito” (Lacan, 1953, p.59). Assim se constituiria um *cenário fantasmático* no qual se manifesta o que Lacan chama de *mito individual do neurótico*.

Se a construção deste mito implica em uma apropriação do sujeito em relação àquilo que herda, podemos pensar, com Lacan, que tal herança inclui sempre algo de “não resolvido”. A diferença que uma análise pode fazer, acreditamos, coloca-se justamente entre simplesmente **carregar** este “pacote”, sem de fato haver-se com ele, repetindo o que não foi elaborado das gerações anteriores, ou **encarregar-se** dele, isto é, apropriar-se do que foi herdado, deixar-se trabalhar por esta herança, elaborá-la, ressignificá-la, transformá-la em algo que é próprio.

## 1.9 Resignificar, nomear, elaborar

Aqui talvez seja importante chamar à atenção para as diferenças entre o que é herdado através do recalque – que como sabemos, desde Freud, sempre retorna – e o que passa para as gerações seguintes como irrepresentável, como um real que nunca teve inscrição no campo do simbólico. Podemos pensar que o terreno da resignificação seria aquele do recalque, uma vez que o que está em jogo é o trabalho com algo que já se encontrava no campo do sentido. Se a própria raiz do termo resignificar implica em dar um outro sentido, uma nova significação, isto quer dizer que quando falamos em resignificação está implícito que estamos falando de algo que já estava inscrito no campo do simbólico. Ou seja, resignificar não é o mesmo que trazer algo para o campo representacional pela primeira vez, mas refere-se a um dar novo sentido a algo que já estava lá.

Contudo, talvez possamos pensar em uma articulação possível entre estes processos, ou seja, talvez coubesse perguntar, em que medida os processos de resignificação podem auxiliar este outro movimento, que é o de nomeação de algo que antes pertencia ao campo do irrepresentável? Se uma aposta da análise é a de que, ao circundar o real através da palavra, tentar abordá-lo (como dissemos na introdução, trata-se sempre de um trabalho pelas bordas) possamos trazê-lo, pelo menos em parte, para o campo representacional, será que os processos de resignificação não teriam uma contribuição neste sentido?

Poderíamos supor que a abertura para novos sentidos trazidos pelos processos de ressignificação permitiriam uma ampliação das redes de significação, que influenciariam também o trabalho de nomeação daquilo que antes era impossível de dizer. À medida em que tece novas relações de sentido, o sujeito abre caminho para novas ligações possíveis, permitindo também uma ampliação do trabalho de “puxar” elementos do real para dentro do campo do simbólico, nomear o que antes sequer podia ser dito. É claro que tais processos implicam sempre em que algo fique de fora. Encontramos os limites dos efeitos da ressignificação em uma análise tanto na idéia de que há sentidos que jamais são refeitos, quanto no fato de que restará sempre algo do real que nunca terá acesso ao simbólico.

Dito isso, vamos agora pensar um pouco nas articulações possíveis entre alguns conceitos freudianos que, como levantado a partir do caso de Martha, apresentam alguma vizinhança com a idéia de ressignificação. Em que medida podemos aproximar luto e ressignificação? O que têm estes processos em comum com a noção de elaboração psíquica<sup>18</sup>?

Ao que parece, cada um a sua maneira, tais movimentos relacionam-se diretamente com os efeitos de ruptura que uma análise pretende gerar. Em qualquer dos casos, há um processo que se desencadeia, dentro de um

---

<sup>18</sup> É bastante conhecido o neologismo criado por Laplanche e Pontalis (1982) para traduzir o termo alemão “durcharbeiten” (em inglês “working through”) que é o de “perlaboração”. Os autores o diferenciam dos termos Verarbeitung, Ausarbeitung e Aufarbeitung, traduzidos por “elaboração psíquica”. Enquanto o termo elaboração psíquica refere-se a um trabalho do próprio aparelho psíquico, o termo perlaboração enfatiza o papel da interpretação feita na análise para o trabalho de elaboração. Contudo, os próprios autores admitem uma inevitável aproximação entre as duas noções, pois, “existe uma analogia entre o trabalho do tratamento e o modo de funcionamento

lapso temporal, durante o qual algo se modifica no sujeito. Assim, o trabalho psíquico envolvido tanto no luto quanto na elaboração está também presente nos processos de resignificação. Algo da ordem de uma experiência<sup>19</sup> se dá durante aquele espaço de tempo, modificando a posição subjetiva do sujeito.

Sabemos que Freud utilizou-se do termo trabalho (Arbeit) em várias de suas expressões, tais como, trabalho do sonho, trabalho de luto, ou trabalho de elaboração. Trata-se, segundo Laplanche e Pontalis (1982), de um emprego original do conceito de trabalho, aplicado a operações intrapsíquicas, que remete à noção freudiana de que o aparelho psíquico transforma e transmite a energia que recebe. **Assim, se há um trabalho intrapsíquico que acontece espontaneamente no aparelho psíquico, há também um processo análogo que é incentivado pela experiência de análise<sup>20</sup>.**

Poder colocar em palavras, integrar, assimilar, digerir, acomodar, elaborar. Tais operações são parte essencial do trabalho de análise desde seus primórdios e, de certa maneira, já estavam esboçadas na noção de ab-reação, quando a análise ainda era uma terapia da catarse<sup>21</sup>. Se a psicanálise foi tornando-se uma teoria e uma prática cada vez mais complexa à medida em que os anos se passaram, algo relativo ao efeito da palavra já estava lá desde o início, como evidencia a expressão cunhada por Anna O.: já naqueles tempos a psicanálise era uma “talking cure”.

---

espontâneo do aparelho psíquico” (Laplanche e Pontalis, 1982, p.144). Por esta razão, no presente estudo, optamos por adotar o uso de um termo apenas, qual seja, o de elaboração psíquica.

<sup>19</sup> O tema da análise como experiência será aprofundado no capítulo IV.

<sup>20</sup> Ver nota de rodapé número 18.

<sup>21</sup> Como vimos anteriormente (ver item **Tempo não linear**, neste capítulo), uma certa noção de elaboração já se esboçava até mesmo em Charcot.

E o luto, em que medida se avizinharia com a resignificação? Como já foi dito antes, a elaboração psíquica, o luto e a resignificação são processos vinculados aos efeitos de ruptura em uma análise, mas que acontecem também de forma espontânea no aparelho psíquico. Ao diferenciar o luto da melancolia, Freud (1917[1915]) dirá que a simples passagem do tempo se encarregaria do primeiro: “Confiamos que seja superado após certo lapso de tempo, e julgamos inútil ou mesmo prejudicial qualquer interferência em relação a ele” (p. 276). No senso comum se costuma dizer que o tempo cura tudo. No caso do luto, este lapso de tempo permitiria ao sujeito retirar sua libido do objeto perdido, liberando-a para novos investimentos – algo que não ocorre na melancolia. **No luto, há um trabalho psíquico que só se faz possível com a passagem do tempo e que se dá de forma “natural”, o que não impede de pensarmos a análise como um espaço a serviço deste trabalho.**

Esta idéia de que o tempo permite uma **operação interna** que modifica o sujeito está presente nos três termos vistos aqui. Se no caso da resignificação, compreendida a partir da noção de Nachträglichkeit, o lapso de tempo permite que novos sentidos se teçam, no luto temos uma mudança de estatuto frente ao objeto perdido. Em ambos os casos, no entanto, o sujeito coloca-se aberto para fazer novas conexões, novas ligações, sejam elas novas redes associativas ou novos investimentos libidinais. **Neste sentido, talvez pudéssemos arriscar dizer que há um certo trabalho de luto envolvido nos processos de resignificação, bem como há resignificações envolvidas no trabalho de luto.**

O luto remete a um tempo que fica em suspenso, como se a vida

parasse, perdesse o sentido, até que o movimento de resgate da libido possa ser feito. Para Martha há um relógio parado simbolizando um luto ainda por fazer, bem como os demais objetos do pai que ocupam um espaço que sente precisar liberar. Será que o tempo agora já pode voltar a correr?

Martha está às voltas com a tarefa de poder acomodar a *tralha* e a relíquia que recebeu de herança. Não só do pai, mas da mãe, dos avós, de todas as gerações que a antecederam e que participam de seu mito individual. Há poucos dias comentava que no clube que frequenta – no qual seu pai teve presença atuante – um senhor a reconheceu e veio dizer-lhe que era mérito de seu pai tal e tal empreendimento realizado no clube. Martha diz ter se sentido muito gratificada por este reconhecimento. Ela sempre sentiu forte apelo de manter a história do pai e constantemente sente-se em dívida com esta tarefa. Lamenta por ter jogado coisas importantes fora e pelas que mantém com tão pouca ordem. Gostaria de organizar tudo em forma de um livro de memórias, como fez uma prima. Comento o quanto ela toma como tarefa sua esta de preservar a memória do pai, mas que isso se dá também para além do seu controle, como mostra o comentário de um senhor desconhecido do clube que dá a seu pai o reconhecimento de um legado. *É verdade, ela diz, mas temo que isso se perca com esta geração de senhores. Queria mesmo era ver lá uma placa com o nome do pai, em agradecimento aos seus esforços...*

No final desta sessão ela dirá: Pensando bem, talvez eu não devesse ficar me lamentando por tudo o que não fiz, mas pegar o que restou e ver o que é possível fazer com isso.

As coisas do pai não precisam mais ser vistas apenas como um empecilho ou algo do qual precisa livrar-se, mas talvez possam ser fonte de uma produção. Um livro de memórias? Que bom seria ter algumas garantias de que há coisas que ficam, uma biografia do pai, uma placa atestando ao mundo que ele passou por ali, existiu e foi alguém que fez diferença. Se a passagem impiedosa de um tempo irreversível produz perdas inevitáveis, é ela também que permite que algo se altere, que algo se produza. É *no* tempo que os processos de ressignificação se fazem possíveis. Se em um primeiro momento a vontade era de poder livrar-se de *tudo de uma vez*, mandando chamar um caminhão, *sem precisar olhar*, a análise vai justamente convocá-la a olhar, a fazer o trabalho de luto, a encontrar um lugar possível para si mesma em meio a toda *tralha*, podendo encontrar também nela o que há de relíquia. Ao longo da análise Martha vai apropriando-se de seu “pacote”, abrindo espaço para fazer com *isso* o que é *possível* fazer.

## 2 UM SABER QUE SE ATRASA

### 2.1 Saber não saber

Vimos no capítulo anterior que a noção de *Nachträglichkeit* nos permite pensar em uma temporalidade que caminha em diversas direções e que a história de um sujeito se compõe no ir e vir deste tempo heterogêneo. O que propõe-se pensar agora é como esta temporalidade marca também o trabalho do analista, trazendo questões importantes para o seu posicionamento ético.

Um analista não tem como antecipar os efeitos de suas intervenções e seu acesso às conseqüências de seu ato só pode se dar em um tempo *a posteriori*. Assim, encontra-se impossibilitado de fazer predições e não pode sequer responder a simples pergunta daquele que inicia a análise: *Quanto tempo vai levar?* Como afirma André Green (2002), o analista não pode respondê-la “não porque ele quer manter um senso de mistério, mas porque, na verdade, ele simplesmente não sabe” (p.45). Assim, embora esteja sempre referido a um corpo teórico que lhe serve de norte, há uma dimensão de não-saber que acompanha o analista diante de cada novo paciente e um eterno descompasso entre seu saber e seu ato. Como coloca Pommier (1992), “seu saber se atrasa” (p.9).

Se uma análise não oferece garantias, o que sustenta a prática de um analista? O que ou quem o autoriza? Se o psicanalista, como dizia Lacan, é

aquele a quem um outro supõe um saber, se este saber lhe é apenas *suposto*, o que garante sua intervenção? Cotidianamente, na clínica, como objeto que somos da suposição de saber, é desde o lugar daquele que sabe que somos indagados, seja pelos próprios pacientes, seja pelos pais ou profissionais que deles se ocupam. Como intervir junto aquele que busca uma palavra com valor de verdade, verdade essa que o psicanalista não possui? Em que lugar colocar-se para permitir tal suposição de saber, tão fundamental à transferência, sem, no entanto, encarná-lo? Saber não saber é talvez a parte mais difícil de ocupar a função analista, algo que, como veremos, depende muito mais de ter passado por uma experiência – a da análise – do que de algo que se transmita pela via do conhecimento.

Com Lacan aprendemos que o inconsciente é um saber que não se sabe. Freud dirá algo que se aproxima disso em *A questão da análise leiga* (1926), quando defende a idéia de que a análise não é, como querem alguns, uma prática moderna da confissão. **A diferença que as marca, dirá ele, é que se no confessional dizemos o que sabemos, na análise dizemos o que não sabemos.**

No sentido lacaniano, um saber diferencia-se do conhecimento. Ele não é um conteúdo ideativo que está lá em algum lugar esperando para ser apreendido, não se trata de uma significação, algo a ser compreendido, mas é corporal, inconsciente e só pode ser apropriado pela experiência<sup>22</sup>. Lacan (1972/1973) dizia que a presunção da análise seria a de poder constituir um saber

sobre a verdade, o que não é o mesmo que construir um conhecimento, uma conscientização, uma explicação que advém do domínio cognitivo. Se assim fosse, poderíamos pensar que bastaria que alguém estudasse a teoria psicanalítica para que, conhecedor profundo do funcionamento dos sintomas, pudesse facilmente livrar-se dos seus próprios, quem sabe até sendo capaz de tomar medidas profiláticas.

Freud (1913) mesmo, embora tenha flertado com uma “psicanálise educativa”, que incluía explicações teóricas a seus pacientes, constatava, por exemplo, que, apesar de familiarizados com a teoria psicanalítica, os psicanalistas não estavam imunes a depararem-se com resistências em suas próprias análises: “Quando isto acontece, somos mais uma vez lembrados da dimensão da profundidade da mente, e não nos surpreende descobrir que a neurose tem suas raízes em estratos psíquicos nos quais o conhecimento intelectual da análise não penetrou” (Freud, 1913, p. 168). Portanto, a análise dos analistas ou dos candidatos a analistas é uma análise como qualquer outra.

*Eu sei o que eu faço errado, mas não consigo mudar.* Esta é uma reclamação constante que encontramos na clínica e que demonstra que não é pela via de um saber no sentido de conhecimento, ou ainda, pela via da conscientização do problema que os efeitos de uma análise se dão. Muitas vezes o efeito de uma intervenção, dirá Pommier (1992), nem ao menos passa pela compreensão consciente. Ele opera no significante, sem que o analisando sequer se dê conta

---

<sup>22</sup> Voltaremos a este tema no capítulo IV.

disso. Como coloca Lacan (1972/1973) **“A análise veio nos ensinar que há um saber que não se sabe, um saber que se baseia no significante como tal”** (p.129). Isso justifica a preferência lacaniana por intervenções não explicativas, que privilegiam o sublinhamento de certos elementos do discurso do paciente, a pontuação, que abra para novos sentidos a serem buscados, mas que mantenha o enigma. Ou seja, o trabalho da análise é o trabalho com o significante. “A cura psicanalítica registra resultados terapêuticos antes mesmo que o analisando compreenda o que pôde determinar sua história e sem que o analista tenha pronunciado uma única palavra” (Pommier, 1992, p.51).

Para Lacan, o mais fundamental aspecto da intervenção do analista é a produção de um efeito. Assim sendo, o enigma, o corte, o humor, são considerados mais efetivos do que interpretações explicativas. Ele critica as tentativas de tradução daquilo que o paciente diz, como se o analista tivesse a capacidade de enxergar o que “realmente” está “por trás” do que é dito pelo analisando. Lacan sempre chamou a atenção dos analistas para os riscos de se compreender demais, para os riscos de uma relação que permanece essencialmente no registro imaginário. “Recordo aqui que qualquer um que recrutamos com base em ‘compreender os doentes’ se alista a partir de um mal-entendido que não é sadio como tal” (Lacan, 1967, p.259). No Seminário 2, ele aponta para dois perigos que um analista corre no campo clínico, o primeiro deles seria o de não ser suficientemente curioso, o segundo, compreender. “Compreendemos sempre demais, especialmente na análise. Na maioria das vezes nos enganamos” (Lacan, 1953/1954, p.135).

É claro que a descoberta de algo sobre a causa de seu desejo, muitas vezes gera no sujeito uma “jubilação intelectual” (Pommier, 1992, p.59), cujo prazer tem mais a ver com um certo alívio da angústia do que com uma mudança estrutural que poderá se opor à formação do sintoma. Não que algum alívio da angústia não seja muitas vezes bem-vindo ao longo de um processo de análise, tantas vezes marcado por enorme sofrimento, e não que tal alívio não possa ser uma consequência de um remanejamento estrutural do sujeito. No entanto, a psicanálise sempre se diferenciou de práticas que visam, em primeiro lugar, o bem-estar do paciente. Freud falava que seu objetivo primeiro não era a remoção dos sintomas, mas que isso podia ou não se dar como consequência de um trabalho de reestruturação psíquica. Lacan dizia que a análise não visa o bem do paciente. Tais colocações, acredito, dizem respeito a um posicionamento ético que revela também uma estratégia técnica. Isto é, para que “funcione”, uma análise precisa desprender-se dos imperativos de felicidade e bem-estar impostos pelo senso comum.

Tentar compreender o porquê de certos atos ou sentimentos, procurar dar conta da origem do sofrimento, é comumente o que move um sujeito a iniciar uma análise. Se por um lado podemos dizer que esta busca de um saber é sintomática – herança da estruturação edípica na qual o neurótico supõe um saber ao pai – por outro, tal busca é o que garante que haja análise. É a suposição imaginária de que há um outro/Outro que pode revelar a minha verdade que permite a instauração de uma relação transferencial, sem a qual não haveria análise. **No entanto, é preciso não esquecer que o neurótico sofre de excesso de sentido, portanto, uma análise que escolhe a via da injeção de sentido, caminharia para o reforço do sintoma.**

Saber não saber implica em sustentar uma posição paradoxal. Um analista não pode prescindir de um referencial teórico que oriente seu trabalho, ou cairia nos riscos da pura intuição. Mas também precisa desprender-se suficientemente de tais referenciais para não ser ensurdecido por eles, sob o risco de “escutar a teoria” e não o analisando, enquadrando o paciente em um saber prévio, fazendo uma “aplicação” da psicanálise que em nada lembrará o que realmente entendemos como psicanálise.

Leclaire (1986) comenta o impossível que está em jogo nesta posição, que exige do analista uma *escuta sem preconceitos*: “em se tornando analista, aceitou nova gama de preconceitos e se apresenta, muitas vezes, como um homem que já tomou posição” (p.21). A questão estaria, então, em que tipo de uso um analista faz de seu referencial teórico. Um analista, para exercer tal função, precisa justamente ocupar este lugar paradoxal, marcado por uma *dupla exigência*. “O rigor do desejo inconsciente, a lógica do desejo”, conclui Leclaire (1986), “só se revelam a quem simultaneamente respeita essas duas exigências da ordem e da singularidade, aparentemente contraditórias” (Leclaire, 1986, p.24).

Assim, ao mesmo tempo em que não pode trabalhar sem uma teoria que lhe sirva de referência, precisa “esquecer-se” dela diante de cada novo paciente. Freud (1912), em *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise*, já advertia contra os perigos de tentar reunir a estrutura do caso, ou predizer seu progresso futuro, como acontece quando pesquisa e tratamento

coincidem. Ele coloca que **“os casos mais bem sucedidos são aqueles em que se avança, por assim dizer, sem qualquer intuito em vista, em que se permite ser tomado de surpresa por qualquer nova reviravolta neles, e sempre se os enfrenta com liberdade, sem quaisquer pressuposições”** (Freud, 1912, p. 153).

Como vemos, há uma dimensão de não-saber que se coloca durante um processo analítico, tanto para o analista quanto para o analisando. Como coloca Pommier (1992), a psicanálise “não propõe ao paciente nenhum significante mestre da cura, senão os que o analisando descobrirá por si mesmo. O psicanalista os ignora e os percebe no mesmo instante que seu analisando” (Pommier, 1992, p.51). **Se um sujeito está sempre em trânsito, habitando um tempo que não pára de passar e de imprimir mudanças nele, também para o analista nunca haverá um *perfeito agora*<sup>23</sup> no qual a “essência” de seu paciente seria capturável ou compreensível. Também o analista em seu trabalho está submetido à temporalidade do *Nachträglichkeit*, ao ir e vir de um tempo heterogêneo que coloca para ele a possibilidade de poder sempre ressignificar o que escuta à medida que o analisando continua falando.** Deixar-se tomar por esta temporalidade, sem compreender rápido demais<sup>24</sup>, sem tamponar a própria angústia de não saber com construções teóricas que se “colam” ao que o paciente diz, é essencial para que possa manter-se na posição de analista.

---

<sup>23</sup> Esta questão foi trabalhada no capítulo I.

<sup>24</sup> Lacan, em suas formulações sobre o tempo lógico, postula a existência de três tempos distintos da intervenção analítica: o instante de ver, o tempo de compreender e o momento de concluir. Não é neste sentido que empregamos aqui o termo “compreender”, mas em seu sentido corriqueiro. Para este tema em Lacan ver LACAN, J. “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada”. In:

## 2.2 Sou onde não penso e ali está a minha verdade.

“Dois judeus se encontravam no trem; interrogado sobre o seu destino, o primeiro diz que vai a Cracóvia. Ao que o outro responde indignado: por que me mentes se dizes que vais a Cracóvia, exatamente para que eu creia que vais a Lemberg, quando na verdade vais a Cracóvia?”

Se por um lado temos um saber que não se sabe, por outro temos uma verdade que é não-toda. Quando Lacan (1972/1973) diz que a *presunção* da análise seria a de poder constituir um saber sobre a verdade, podemos entender que o uso da palavra *presunção* se deve justo ao fato de que não é possível dizer toda a verdade. “(...) toda a verdade, é o que não se pode dizer. É o que só se pode dizer com a condição de não levá-la até o fim, de só se fazer semi-dizê-la” (Lacan, 1972/1973, p.124).

Os meios pelos quais o homem pode aceder à verdade têm sido tema de debates nas ciências e na filosofia desde seus primórdios. Não é uma questão a qual a psicanálise se furta. Desde a invenção do inconsciente freudiano sabemos que há algo em nós que desconhecemos e que, ao mesmo tempo, nos determina. Mas como ter acesso a esta verdade que nos escapa? Como ultrapassar os limites dos subterfúgios que muitas vezes nós mesmos criamos justamente para continuarmos alienados dela?<sup>25</sup>

---

LACAN, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Ver também PORGE, E. (1998) *Psicanálise e tempo: o tempo lógico de Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

<sup>25</sup> No capítulo IV falaremos mais sobre isso, quando abordaremos a questão da paixão do homem

Para os pensadores do empirismo crítico interessava investigar como é possível ao ser humano obter conhecimento sobre o mundo, aceder à verdade, sem, contudo, recorrer às autoridades da Igreja ou a Aristóteles, como na Idade Média. Com a ascensão da lógica, passa-se a aceitar a idéia de que cada um pode tentar descobrir as coisas por si. Descartes (1596-1650) foi figura fundamental desta época. Para responder sua pergunta a respeito de qual seria a primeira verdade, postulou que, em primeiro lugar, era necessário eliminar tudo aquilo que pudesse enganá-lo. Levando a dúvida até as últimas conseqüências, ele termina por concluir que sua única certeza era a de que duvidava, tudo o mais poderia ser ilusão auto-enganadora. Através dessa única certeza, chega ao famoso cogito cartesiano: *penso, logo, existo* (“*Cogito, ergo sum*”).

Descartes, esclarece Ribeiro (1995), representa muito bem as premissas que fundam a modernidade, visto que, a partir de seu pensamento, o sujeito adquire um grau inédito de soberania<sup>26</sup>, tornando o *eu* o único responsável pelo pensamento e ação dos indivíduos. Partindo de uma concepção de autonomia da consciência, sua busca do fundamento último da verdade não prescinde, no entanto, de uma metafísica: apesar da liberdade atribuída ao homem para a busca da verdade através da razão, é Deus quem permite que ele não se engane.

Contudo, embora ainda precise desta garantia divina, Descartes faz uma inversão de perspectiva considerada revolucionária. Antes dele, a verdade se manifestava fora do âmbito do sujeito, que poderia acercar-se dela através do

---

pela ignorância.

filosofar ou da fé. A partir de Descartes, é o sujeito quem descobre as verdades, o que o joga numa independência radical. (Ribeiro, 1995).

As contradições encontradas no pensamento cartesiano deram margem a várias leituras diferentes, entre elas predominando a que reduz o sujeito cartesiano ao sujeito da ciência. Assim, apesar de que se justificaria denominá-lo como o “pai” da modernidade, uma vez que os principais traços desta época encontram-se no seu pensamento – a crença na liberdade do sujeito e no progresso cumulativo da ciência – tais leituras ignoram o que há de mais inovador em Descartes: o fato de que seu pensamento encontra-se *centrado na idéia de “sujeito”* (Ribeiro, 1995).

O mérito da filosofia cartesiana é o de não furtar-se de considerar a dificuldade de estabelecer uma teoria definitiva acerca da relação entre sujeito e verdade. Mesmo sem ser esta sua intenção, a filosofia de Descartes termina por revelar que o pensamento não pode aceder a uma verdade absoluta, a não ser pela via da fé. Enfim, “é o fato do pensamento cartesiano constituir a origem dos impasses que marcam a subjetividade contemporânea, que o torna importante para a psicanálise” (Ribeiro, 1995, p.78).

É bastante conhecido o trocadilho que Lacan faz a partir do cogito cartesiano: *Penso onde não sou, portanto sou onde não me penso*. O que ele vem apontar com isso é justamente a grande virada que faz Freud ao introduzir o

---

<sup>26</sup> Voltaremos a esta questão do homem moderno nos capítulos III e IV.

inconsciente. Depois de Freud, o eu é deslocado do lugar central que ocupava na filosofia clássica. Condenado à alienação de si mesmo no Outro, o sujeito ignora aquilo que é da ordem do seu desejo, sua verdade inconsciente. O sujeito é onde *não pensa*, porque é exatamente ali onde a razão lhe escapa, na rachadura, na falha, no inesperado, no que foge de seu controle, que o inconsciente emerge, revelando sua verdade. Por isso, aquilo que vem do inconsciente, suas manifestações, geralmente têm efeito de surpresa ou estranhamento para o sujeito, pois nestes momentos ele se depara com algo de si que ele mesmo desconhece.

Assim, o sujeito do desejo, por estar apenas representado em seu próprio discurso na linguagem, não pode falar por si mesmo sua verdade. Ele apenas pode fazê-la falar:

O sujeito, na verdade de seu desejo, está, portanto, oculto de si mesmo pela dimensão da linguagem. Inversamente, quanto ao desejo do sujeito, isso fala dele em seu discurso, sem que ele saiba (Dor, 1990, p.114).

Freud adverte que a equivalência entre eu e consciente não é possível. É nesta perspectiva que Lacan (1954/1955), ao longo do Seminário 2, dedica-se à noção de eu<sup>27</sup>. Ele compara a descoberta freudiana do inconsciente a

---

<sup>27</sup>Faz-se necessário explicar que, tal como consta nas “Notas do Tradutor” deste Seminário, Lacan utilizou-se da distinção existente na língua francesa entre os pronomes pessoais da primeira pessoa, o *Je* e o *Moi*, para diferenciar o sujeito do inconsciente (*Je*), de sua função imaginária (*Moi*). Na língua francesa, o *Je* funciona unicamente como sujeito, enquanto que o *Moi* pode ocupar todas as funções, inclusive a de sujeito. A solução encontrada pelo tradutor foi de utilizar o *[eu]*, entre colchetes, toda a vez que se tratar do *je*, e simplesmente *eu*, quando se tratar do *moi*.

uma outra revolução copernicana, na medida em que ela traz um novo descentramento do sujeito. Assim, o eu não seria esta entidade coerente, consciente, detentora de uma unidade, que garantiria uma identidade. Esta aparente consistência egóica seria da ordem do imaginário: “O inconsciente escapa totalmente a este círculo de certezas no qual o homem se reconhece como um eu” (Lacan, 1954/1955, p.15).

Assim, Lacan (1954/1955) discorda da leitura que muitas vezes é feita de Descartes de que a ordem do mundo estaria segura através da razão. O que ele vai apontar é justamente a insuficiência desta categoria de eu e o quanto o seu lugar não está assim tão claro. Afinal, que eu é esse do *eu penso* cartesiano? Para dar conta desta pergunta, Lacan (1954/1955) trabalhará a diferença existente entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação.

### 2.3 Enunciado e enunciação

Em uma análise interessaria mais saber **de onde** fala o analisando, de que lugar, do que propriamente **o que** ele fala. Quando nos perguntamos sobre a posição daquele que enuncia, destacamos as condições de enunciação sobre o enunciado. Para Lacan, o sujeito do inconsciente (Je), ou seja, a verdade de um sujeito, estaria na enunciação e não no enunciado.

A enunciação seria, em termos lingüísticos, o ato de enunciar, e o enunciado, o resultado deste ato de enunciação, uma criação do sujeito falante. O sujeito do enunciado é o sujeito gramatical, ele normalmente atualiza-se através do uso do pronome *eu*. Contudo, há também enunciados que neutralizam esta presença subjetiva, sobretudo os científicos que, com o intuito de buscar maior neutralidade, impõem uma distância entre o sujeito do enunciado e a enunciação (como, por exemplo, os enunciados nos quais o sujeito está oculto: “diz-se que...”). Tal distanciamento, apesar de tender a diminuir quando o sujeito diz *eu*, ainda assim não desaparece, uma vez que este *eu* não passa de um representante do sujeito no discurso.

Dor (1990) coloca que esta oposição entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, termina por duplicar a oposição existente na divisão do sujeito, o *Je* e o *Moi* dos quais falamos anteriormente. Assim, tanto o sujeito quanto sua verdade advém pela linguagem, no próprio ato da articulação significante, ou seja, através da enunciação. A oposição enunciado/enunciação, ou dito/dizer, ao atualizar a divisão do sujeito, impõe a ele a dimensão do não-saber:

O inconsciente emerge, pois, no dizer, ao passo que no dito a verdade do sujeito se perde, por somente aparecer sob a máscara do sujeito do enunciado, onde ela não tem outra saída, para se fazer ouvir, senão se meio dizer (Dor, 1990, p.118).

Uma vez que a enunciação está invariavelmente “presa” a um enunciado, mascarada por ele, a verdade nunca pode ser dita em sua totalidade,

ela é sempre parcial. No Seminário 20, Lacan (1972/1973) lembra que o termo verdade tem origem jurídica. As testemunhas, ainda nos dias de hoje, são convocadas a dizer “toda” a verdade, como se isso fosse possível. A verdade seria, então, um ideal do qual a palavra se faz suporte, mas que não se atinge em sua totalidade.

Lacan (1964), no Seminário 11, abordará esta questão da importância do sujeito da enunciação para a psicanálise, trazendo um enunciado de difícil resolução para a filosofia: quando alguém diz *eu minto*, está mentindo ou dizendo a verdade? Se assumo estar mentindo, então isso não é uma verdade? Lacan (1964) coloca como “absurdo” de um “pensamento logicista demasiado formal” (p. 132) o fato de os filósofos considerarem tal enunciado como uma “antinomia da razão”, visto que “o *eu* que enuncia, o *eu* da enunciação, não é o *eu* do enunciado” (Lacan, 1964, p. 133).

Nesse caminho de tapeação em que o sujeito se aventura, o analista está em posição de formular esse *você diz a verdade*, e nossa interpretação jamais tem sentido senão nessa dimensão (Lacan, 1964, p.133).

Enfim, a verdade do sujeito independe do que diz o sujeito do enunciado. Este pode estar mentindo, e esta mentira será sua verdade do ponto de vista da enunciação. A verdade do sujeito, ela emerge na sua fala, sem que ele se dê conta disso, diga ele o que disser. Por isso, para a psicanálise não se trata de conferir com a realidade se o sujeito mente ou diz a verdade, importa, sim, a quem

se endereça tal enunciado e de que lugar de enunciação o sujeito implicado fala. Como exemplo disso, podemos trazer o caso de uma menina de 5 anos que, ao me perceber grávida, afirma que sua mãe também está esperando um bebê. Embora essa não fosse uma verdade factual, sua afirmação dizia algo sobre sua verdade inconsciente que seria desperdiçado pela analista se ela tomasse aquilo como uma simples “mentira”.

É por isso também que Lacan (1964), neste mesmo Seminário, critica as práticas analíticas que ficam presas ao eixo imaginário, levando em conta apenas a relação de eu a eu que ali se estabelece. Tais práticas terminam por preocupar-se com a possibilidade de o analisando “enganar” o analista, sem se dar conta de que não é a relação com a realidade que está em jogo. É importante ainda salientar que não se trata de tomar o inconsciente como um código paralelo<sup>28</sup>, ao qual acessamos toda vez que, por engano, cometemos um ato falho. O sujeito inconsciente da enunciação está na fala, ele é a condição para que se fale.

(...) Este sujeito está falando em mim, está mesmo, diria, sustentando a minha fala, e na minha fala a significação que eu estou produzindo é justamente o que oculta o lugar do qual eu falo, de onde eu estou falando (Calligaris, 1991, p.178).

Deste modo, o lugar do qual o sujeito fala não é evidente, e toda a significação do que diz tende a camuflar ainda mais este lugar. Assim como no caso do enunciado *eu minto*, Lacan (1964) propõe que coloquemos o cogito cartesiano

sobre este mesmo esquema, considerando a diferença de lugares do sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. Feito isso, a certeza do *eu penso*, enquanto enunciado, tal como o *eu minto*, já não quer dizer nada.

A crítica que Lacan faz a Descartes é de que o sujeito não nasce no *cogito*, pelo contrário, é um sujeito que o enuncia. E, se aí existe alguma verdade em jogo, ela não pode ser encontrada no enunciado, mas, sim, nas condições de enunciação, marcadas pela dúvida e pelo desejo. (Ribeiro, 1995, p.57).

Quando pensamos no sujeito que se narra, uma das questões interessantes que a narração proporciona é justamente a oportunidade de ocupar diferentes posições em relação à história que é narrada. Como coloca Rudelic-Fernandez (1993), enquanto um diálogo coloca-se como uma troca de palavras entre interlocutores enunciativamente estáveis,

(...) uma fala ou um texto narrativos distinguem-se, precisamente, pela complexidade do lugar enunciativo que o sujeito neles ocupa em relação a seu próprio discurso: sujeito da enunciação ou do enunciado, autor, narrador ou personagem, o sujeito aparece ali, simultaneamente, em diversos níveis enunciativos, e a narratividade do texto deriva, não de um lugar enunciativamente estável e definível que o sujeito ocupe em relação a seu discurso, mas da série de deslocamentos enunciativos que se operam nele continuamente e que o relato é o único capaz de gerar. (p.724)

---

<sup>28</sup> Ou como algo que surge das profundezas, como vimos no capítulo I.

## 2.4 O ato analítico

Como vimos, para Freud, na análise falamos sobre o que não sabemos. Para Lacan, o inconsciente é um saber que não se sabe e a verdade do sujeito do inconsciente se coloca ali onde ele não pensa. Assim, **se de um lado temos um analisando que não sabe o que diz – uma vez que o sentido de seu enunciado recobre seu lugar de enunciação – do outro, temos um analista que não sabe o que faz, uma vez que não pode antecipar os efeitos de seu ato.** Por ato analítico Lacan toma a intervenção do analista na análise, na medida em que ela provoque rompimento da repetição, ou seja, permitindo um remanejamento da estrutura psíquica.

Tais efeitos são tão desejáveis quanto impossíveis de prever. Como vimos anteriormente, só é possível ter acesso às conseqüências que a intervenção do analista tem para o analisando ao longo das sessões que sucedem ao ato, à medida que este continua falando. **Em outras palavras, a intervenção do analista não pode ser calculada de antemão e só temos acesso aos seus efeitos em um tempo *a posteriori*.**

Quinet (1991) resume as três principais características do ato analítico, tais como expostas por Lacan no Seminário 15<sup>29</sup>: ele situa-se no campo

---

<sup>29</sup> Lacan, J. (1967/1968). O Seminário. Livro 15. *O Ato Analítico*. (inédito).

da linguagem, é promotor de ultrapassamento (ou seja, provoca mudança radical no sujeito) e é acéfalo. Na medida em que desvincula-se do pensamento, o ato é um agir sem pensar que se aproxima ao aspecto acéfalo da pulsão. Ele é, nas palavras de Quinet (1991), incalculável e incontrolável. “O sujeito que pensa não age” (p.120), afirma o autor, lembrando da hesitação característica do neurótico frente ao ato, ilustrada por Hamlet.

O ato está do lado do ser e é correlato a um ‘não-penso’ que completamos com o cogito laciano por um ‘não penso, logo sou’. Não existe, portanto, subjetivação do ato a não ser *a posteriori*: só depois do ato o analista poderá interrogar-se sobre o que o fez agir e dar a razão desse ato em uma construção (Quinet, 1991, p.120).

Assim, a mesma surpresa que encontramos diante de um ato falho, está posta para o ato analítico. “Quer o faça rir ou ter vergonha dele, aquele de quem um lapso escapa se pergunta de onde lhe vem este não-sabido que aflora: a causalidade permanece neste momento suspensa num vazio” (Pommier, 1992, p.59). Tal como o ato falho demonstra que o desejo inconsciente vai sempre mais longe do que as intenções conscientes, o ato do analista também não é intencional, não se sustenta a partir de um saber prévio. O analista, no momento mesmo do ato, “não sabe” o que está fazendo, não o pensa, não o planeja. Isto é, por mais que tenha escutado um paciente, trabalha sem garantias.

Se analista e analisando encontram-se, ambos, alienados da verdade inconsciente daquele que procura a análise, isso não quer dizer que os esforços por parte do analista em adquirir conhecimento sejam desnecessários ou

sem efeitos para sua clínica. Seria um equívoco confundirmos o não-saber que envolve todo o processo da análise com a ignorância. Como vimos antes, não se trata de abrir mão de um referencial teórico, nem tampouco de colar-se a ele. Freud já atentava que a teoria psicanalítica é sempre falha e incompleta diante da clínica, o que coloca para o analista o desafio diário de “reinventar” a psicanálise diante de cada novo paciente. O analista conhece algo sobre a lógica do inconsciente, sobre as regras técnicas e éticas do jogo analítico, mas desconhece como esta lógica se apresenta e se apresentará na singularidade de cada sujeito. Portanto, não basta que seja um grande conhecedor da psicanálise, precisa também saber não saber.

## **2.5 Posição do analista**

E como é que se “aprende” a saber não saber? As questões que envolvem a formação do analista e a transmissão da psicanálise constituem um enorme debate dentro do movimento psicanalítico, do qual não pretendemos dar conta no espaço desta tese. Faremos, no entanto, um pequeno recorte de tal questão para que, levando em consideração tudo o que dissemos até aqui, possamos dizer algo mais sobre a posição do analista.

**Que é na análise que se faz um analista, parece ser um consenso entre analistas de diferentes escolas, mesmo que eles diverjam sobre muitos outros aspectos concernentes à formação.** No seminário sobre *O Ato Analítico*, Lacan (1967-68) dirá que o ato analítico por excelência é o do final da

análise, aquele que produz um analista.

Para que haja análise é necessário que se instaure a transferência. Um analisando só levará adiante um trabalho de análise se puder suportar minimamente que seu analista sabe algo sobre o que lhe faz sofrer e pode, portanto, ajudá-lo. Não é incomum escutarmos de nossos pacientes o quanto é esquisito falar de coisas tão íntimas para um desconhecido. A relação que se inaugura em uma análise não encontra parâmetros em nenhuma outra relação do cotidiano. O analista não é um amigo, não é um parente, não dá conselhos. Ele não prescreve remédios, não traça um plano de trabalho, não delimita sequer o tempo que a análise terá.

Assim, todo o início de análise é uma aposta arriscada de ambos os lados de que alguma coisa vai se passar ali. Do lado do analisando, esta aposta só se sustenta a partir da suposição de um saber ao analista. **A posição do analista é, então, no mínimo paradoxal. Precisa sustentar a ilusão de que tem o que o analisando acha que ele tem, sem, no entanto, encarnar este saber que lhe é suposto, sem sentar-se no lugar que lhe é atribuído. O lugar ocupado pelo analista, dirá Lacan, é o lugar do semblante.**

Mas o que isso quer dizer?

Battaile (1994) relata um episódio de sua clínica que é interessante para pensar tais questões. Trata-se de um paciente que, ao entrar pela primeira vez em seu consultório, lhe pede fogo. Ela hesita quanto ao que fazer e seu texto é uma

reflexão sobre esta hesitação:

(...) sentia-me visada, atribuía-lhe intenções como se tivesse estado dentro de sua cabeça. Estava num discurso de eu para eu, agressivo. De repente, quando esse homem me pediu fogo, só pude me referenciar ao preconceito de que um analista não deveria dar fogo a um eventual paciente. Aí está: eu fingia ser analista. E o mais engraçado é que, no próprio momento em que era dominada pela preocupação de estar numa posição de analista, esquecia que o era (...) (Bataille, 1994, p.14).

Ao tentar representar aquilo que seria um analista, ela coloca na posição de semblante, em vez de “semblante de nada”, a imagem de uma analista.

**O que se confundia ali, segundo a autora, é que o desejo que se colocava em questão não era o desejo *do* analista, mas o desejo de *ser* analista:**

Cada vez que atribuo ao paciente uma intenção, um pensamento que ele não diz, estou fora da posição de analista. Cada vez que me sinto visada como sujeito pelo paciente, estou fora da posição de analista. Cada vez que tenho vontade de representar alguma coisa para o paciente, ainda que seja representar um analista, estou fora da posição de analista. E, a cada vez, isso deve me advertir de que não é o meu desejo de analista que está em jogo (Bataille, 1994, p.14).

Freud (1915) já alertava para o fato de que não é a pessoa do analista que está em questão na análise. Assim, de nada adiantaria interromper o tratamento porque a paciente apaixonou-se pelo médico, pois isso ocorreria novamente com o outro médico a ser procurado. Freud (1915) compreende que “o enamoramento da paciente é induzido pela situação analítica e não deve ser atribuído aos encantos de sua própria pessoa” (Freud, 1915, p.210). O amor

transferencial não é um amor novo, “compõe-se inteiramente de repetições e cópias de reações anteriores, inclusive infantis” (Freud, 1915, p.217)

A importância que Freud sempre deu a abstinência ou a dita neutralidade – tantas vezes, ao meu ver, mal interpretada como a necessidade de manter os móveis do consultório no mesmo lugar, caricaturada por uma expressão facial imutável ou um silêncio mortífero que o analista teria que se empenhar em sustentar – dizem algo sobre a posição do analista, sobre a importância de não estar na transferência como pessoa ou responder ao analisando como se partilhassem de um laço social qualquer. “O médico deve ser opaco aos seus pacientes, como um espelho, não mostrar-lhes nada, exceto o que lhe é mostrado” (Freud, 1912, p.157).

Não se trata de ter vários ternos da mesma cor. Ocupar o lugar de semblante é poder ser nada, é poder estar na relação transferencial não como um sujeito. **O que permite ao analista abrir mão de sua condição de sujeito na condução de uma análise é justamente o processo de destituição subjetiva que sofreu em sua própria análise.** A queda do sujeito-suposto-saber que está em jogo no final da análise é o fim da ilusão que a sustentava e um encontro do analisando com a castração do Outro, bem como com a sua própria. Ao mesmo tempo que o analista é colocado no lugar de objeto a, de resto, de dejetivo, de um significante qualquer, as amarras que ligavam o sujeito ao Outro, dizendo a ele quem ele era, são desfeitas<sup>30</sup>.

Quando, ao final de uma análise, temos um novo analista, o sujeito-suposto-saber, recém destituído, é recolocado em uma outra análise. Assim, o sujeito que passou pela experiência de deixar cair o sujeito-suposto-saber, relegando seu analista a dejetos, coloca-se agora ele próprio em posição de sustentar que um saber lhe seja suposto, ainda que o fim disso seja justamente que ele próprio chegue ao mesmo lugar de dejetos ao qual relegou seu analista.

Lacan é um grande crítico da maneira como as instituições psicanalíticas pensam a questão da formação. Questiona a hierarquia e as formas de exercer poder que estão implicadas, por exemplo, na prática da análise didática. Propõe novas formas de organização institucionais, como o estudo através de cartéis e a instauração do dispositivo do passe. Alega que chamar uma análise de didática seria uma redundância, já que qualquer análise é didática no sentido de que tem como produto final um analista. Com tudo isso denuncia que o desejo do analista perde-se em meio a uma burocratização do percurso de formação.

Dentre todas estas críticas e propostas inovadoras, destacaremos o famoso e polêmico aforismo que diz “um analista só se autoriza de si mesmo”. Esta máxima produziu e produz inúmeros equívocos, um deles apontado por Octavio de Souza<sup>31</sup>, em artigo intitulado “Sobre o ‘autorizar-se’ e seu reconhecimento”. Souza afirma que uma das interpretações equivocadas desta sentença seria a de que o analista se autorizaria através de seus analisandos, por meio do reconhecimento que estes lhe dariam. Esta busca de reconhecimento do lugar de analista no

---

<sup>30</sup> Este tema será retomado no capítulo IV.

analisando, traz à tona a confusão, já comentada a partir do episódio trazido por Bataille (1994), entre o desejo *do* analista e o desejo de *ser* analista:

O grande problema é que numa relação estabelecida deste modo, o desejo que se diz em busca de reconhecimento é justamente o desejo do analista de *ser* analista. Se ele quer ser analista o problema é dele, e o analisando não tem nada a ver com isso. O desejo de ser analista remete o analista a sua própria análise e não ao seu lugar de analista (Souza, p. 221).

Procurar reconhecimento na relação analítica impede o aspirante à analista de ocupar a posição que almeja, uma vez que é como sujeito que ele termina ali se colocando. E colocar-se como sujeito na relação transferencial é levar a análise para o campo das relações intersubjetivas, ou seja, manter-se no campo da transferência imaginária, da relação eu a eu.

Dito tudo isso, fica uma pergunta: se o ato analítico por excelência é aquele que produz um analista no final de uma análise, seria necessário chegar ao fim dela para poder autorizar-se como analista? Para respondê-la continuaremos acompanhando o debate levantado por Souza. O autor aponta que um dos enganos que envolvem a questão da autorização está em conceber a autorização como algo que precede o analista, ou seja, não se pode falar de uma autorização *ao* ato, o que há é autorização *pelo* ato. “Não se trata de que o analista se autorize *a partir* do seu ato, mas sim de que possa autorizá-lo *enquanto* ato” (Souza, p.223 – o grifo é meu). **A autorização é, poderíamos dizer, simultânea ao ato, e este é sempre um**

---

<sup>31</sup> Não consta a data desta publicação.

**momento solitário e impossível de ser programado, cujas conseqüências só se dão a ver *a posteriori*.** Por isso é que Lacan diz “*o analista* só se autoriza de si mesmo”, e não “*alguém* só se autoriza de si mesmo”. Dito de outro modo, se há autorização, é porque já havia ali um analista.

Assim, de nada adiantaria que o analista esperasse o fim de sua análise para começar a clinicar. Ele, de qualquer maneira, estaria exposto aos riscos implicados em um ato, às surpresas colocadas por cada análise. Nesse sentido, **não há um momento no qual se daria uma autorização de uma vez por todas, mas um trabalho constante e eterno de autorização.**

É por ocupar o lugar de analista em uma cura que desenrola diante de si os efeitos do seu ato de recolocar o sujeito-suposto-saber, que o analista, por se deparar com a impossibilidade de autorizar-se quer seja pela nomeação conferida por um outro, quer seja por uma teoria já estabelecida, se encontrará na urgência de uma autoria teórica que regre a relação dos seus ditos com a sua prática (Souza, p.223).

A vinheta clínica abaixo refere-se a um dos primeiros pacientes que atendi em meu consultório particular e que trouxe questões que foram fundamentais para muitas das indagações trazidas até aqui. Ela é também um exemplo de que as construções que podemos fazer sobre os nossos atos chagam sempre um pouco depois.

Há algum tempo eu pensava em passar este paciente ao divã. Ele vinha dando indícios de que poderia sustentar esta passagem, era evidente a

mudança em seu discurso. Mas eu estava cheia de dúvidas. Nunca havia feito isso antes, e era algo que tinha um peso para mim, porque sentia que dizia respeito também a uma mudança no meu lugar, no meu processo de formação e de autorização. Era necessário um “autorizar-se” e, de alguma forma, achava que só através da supervisão isto era possível. Traduzindo nos termos que acabamos de trabalhar, era como se eu esperasse uma autorização prévia a meu ato.

Remoía a idéia, pensando que deveria fazer logo a tal supervisão, na qual conversaria sobre o assunto. Até que um dia, antes de haver marcado um horário com minha supervisora, este paciente traz um sonho muito interessante, no qual estava deitado em um sofá. O sonho, suas associações, de repente me levam a um impulso: convido-o a deitar-se no divã, tão surpresa quanto ele com meu ato. Sentia uma certa urgência, um “tem que ser agora”. Aquele momento me pareceu tão propício, era como um cavalo encilhado, não podia deixar passar. Lembro também que o sentimento seguinte era de uma imensa responsabilidade: como se naquele momento tivesse ficado claro para mim, a solidão que estava implicada ali. Eu não podia sair correndo da sessão para perguntar a alguém o que fazer (Ah! Em quantas outras situações já sentira vontade de fazê-lo). Eu sentia que, por mais importante que fosse a supervisão, os meus estudos teóricos, ou mesmo minha própria análise, nada disso me dava garantia alguma sobre aquele instante, no qual eu estava só diante de meu paciente, achando que era a hora.

Marco uma supervisão e chego lá com uma certa culpa, que carregava desde o dia de meu ousado ato. Como se me desculpasse diante de minha supervisora, digo que já pensava, havia algum tempo, em conversar com ela

sobre a passagem deste paciente ao divã... Falava isso quando ela prontamente me interrompe, dizendo: “Mas, como assim? A passagem para o divã é um ato. Não poderíamos tê-lo programado”.

Podemos dizer que há aqui pelo menos dois momentos de ressignificação importantes, que se colocam do lado da analista. O primeiro deles se deu no momento mesmo da supervisão, a partir da fala de minha supervisora, que teve para mim o efeito de uma intervenção. Ela ao mesmo tempo aliviava minha culpa por ter feito algo não consentido anteriormente, como também me apontava o caminho de meu processo de autorização.

O outro momento seria agora, afastada temporalmente deste episódio do início de minha prática clínica, no *après-coup* de meu ato e de minha experiência como supervisionanda, poder dedicar-me ao pensar teórico sobre o que se passou ali, poder pensar a diferença entre o desejo *do* analista e o desejo de *ser* analista, ou a impossibilidade de haver autorização *ao* ato. Ao longo desses anos, foram muitas as ressignificações, colocadas também a partir de outros casos, ou de minha própria experiência de análise, que foram dissolvendo uma idéia imaginária do que seria um analista e me aproximando cada vez mais de poder ocupar esta função.

Se esta experiência traz a marca do início da prática clínica, momento naturalmente cheio de incertezas, o percurso teórico que pudemos fazer a partir dela sugere que o não-saber que acompanha o ato analítico não se restringe

ao analista iniciante, mas o acompanha ao longo de toda a sua prática, por mais experiente que ele se torne. Parece inevitável que todo o analista continue sempre, diante de cada novo sujeito a que se propõe escutar, num esforço contínuo de dar conta de seus atos, cujos efeitos não pode prever. **Neste sentido, não há nunca um analista, ele não está nunca “formado”, mas está, sim, em constante trabalho de autorização.**

### 3 O AUTOBIOGRÁFICO, A NARRATIVA E A ANÁLISE.

#### 3.1 Quem conta um conto aumenta um ponto

Diz o ditado que quem conta um conto aumenta um ponto. Entre outras coisas este dito popular fala de como, ao contar uma história, nossa subjetividade fica de tal maneira enredada nela que já não é mais possível narrá-la exatamente da mesma forma como nos foi contada. E o que dizer da maneira como contamos nossa própria história? Em nosso cotidiano constatamos que uma situação familiar qualquer jamais é relatada da mesma maneira pelos membros que a vivenciaram, como se cada um tivesse sua própria versão do que aconteceu. Nosso exercício diário de construção da própria vida, nossa autobiografia, não se faz de fatos históricos separáveis da ficção. Dito de outro modo, não há outra maneira possível de contar-se, a não ser através de ficções, o que também não quer dizer que se tratem de mentiras. Nossas ficções são a nossa verdade.

O filme *Peixe Grande*<sup>32</sup> conta a história de um pai que tinha a mania de romancear os acontecimentos cotidianos de sua família. Diante do leito de morte deste pai, o filho parece querer tirar algumas histórias a limpo. Confuso com a idéia de levar como herança um apanhado de lendas sem pé nem cabeça, que o pai contava como acontecimentos reais de sua vida, ele clama que o pai lhe diga a

verdade. Mas o pai não faz mais que repetir os mesmos enredos mirabolantes que o filho já sabe de cor, o que irrita este último profundamente, ao mesmo tempo que faz sua esposa ficar fascinada pelo sogro.

No início do filme, o filho-narrador nos adverte que, ao contar esta história, “é difícil separar fatos de ficção, o homem do mito”. Decide pelo único caminho que acha possível, contá-la como o pai lhe contou. “Ela nem sempre faz sentido e a maior parte nunca aconteceu. Mas esse é o tipo de história que essa é”, introduz o filho. Ao longo do filme, vamos sendo capturados pela incrível habilidade do pai de falar da vida de forma tão fantástica. Somos também cúmplices de uma transformação em relação às preocupações iniciais do filho. Saber se as histórias são verdadeiras ou não, vai perdendo a relevância, pois, como coloca Calligaris<sup>33</sup>, o filho descobre algo bem mais importante, ou seja, que a herança que o pai lhe propõe é uma paixão pela vida. O filme faz Calligaris lembrar do próprio pai:

Durante 50 anos, meu pai manteve um diário. Sob pretexto de que sua caligrafia era ilegível, ele ditava o texto para minha mãe. Às vezes, eu ficava escutando atrás da porta. Odiava (e me fascinava) a transformação que as palavras do diário impunham a acontecimentos que eu tinha presenciado e que foram, a meu ver, insignificantes. Na descrição do meu pai, a banalidade do cotidiano se tornava uma vasta produção teatral cujo tema maior era sempre, aliás, o seu amor pela minha mãe. (...) Quando meu pai morreu, fiquei com seus diários. Leio de vez em quando. Não procuro informações sobre sua vida, apenas o segredo de sua paixão de viver e de amar.

---

<sup>32</sup> *Big Fish*, de Tim Burton, 2003.

<sup>33</sup> Calligaris, C. (2004). *Peixe Grande e a paixão pela vida*. Artigo publicado em sua coluna no jornal Folha de São Paulo, no dia 26 de fevereiro de 2004.

Junto com o tema da transmissão da paixão pela vida, este filme e este recorte do artigo de Calligaris trazem à tona a questão de que o que nos chega como nossa história se faz quase como um romance, um romance escrito a muitas mãos. Parafrazeando Freud (1909 [1908]), trata-se de um *Romance familiar*, que inclui nele, as fantasias e os ideais perdidos de vários personagens, versões mais ou menos apaixonadas de cada um sobre a vida. **Nesse jogo de telefone sem fio no qual nos inserimos, as histórias correm em um desdobramento infinito, sem que seja possível separar fato e ficção. Cada um que participa deste jogo contribui com sua própria subjetividade, podendo aumentar um ponto, diminuir um, dar um colorido a mais aqui, omitir algo acolá.**

Na última cena do filme, temos o filho do filho, contando aos amigos as histórias do avô que não chegou a conhecer, mas que se faz presente em sua vida justamente em seu legado de dar às histórias familiares um colorido especial. Enquanto reconta animadamente as peripécias do avô aos amigos, pede a confirmação do pai sobre um detalhe ou outro que lhe escapou. Seu pai responde prontamente, deixando evidente que passou também ao próprio filho as tais histórias que antes tanto o incomodavam. É neste momento que o narrador (antes no lugar de filho, agora no lugar de pai) diz: “Um homem conta suas histórias tantas vezes que ele se torna essas histórias. Elas vivem para além dele e dessa forma ele se torna imortal”.

A transmissão implicada aí nos faz pensar na função que tais narrativas têm para um sujeito, na forma como ele as escuta, as absorve, as incorpora no tecer de sua própria história. Se não há uma vida feita de fatos,

separada da forma como a contamos, isso nos leva a ter que considerar sempre a dimensão do ficcional presente em nossas histórias reais. Já vimos antes que o falar de si mesmo envolve questões complexas que vão desde uma impossibilidade de acessar o que “realmente aconteceu”, até as dificuldades impostas pela posição de alienação que o sujeito se encontra diante de si mesmo, o que envolve sempre uma dimensão de não-saber. Quando um analista convoca o sujeito em análise a falar de si, o que estaria aí implicado? Em que medida podemos dizer que a análise produz uma construção narrativa? E, neste sentido, como ela se relaciona com o autobiográfico? Que tipo de construção narrativa seria essa?

Seja através do teatro, do cinema, da literatura, da televisão ou mesmo pela transmissão oral, o homem sempre teve um laço muito estreito com as histórias<sup>34</sup> que conta e que lhe são contadas. Desde muito pequenos embarcamos nas delícias do mundo de ficção e não tardamos em passar a inventar nossos próprios enredos, tenham eles a intenção de serem “meras ficções” ou carreguem a pretensão de ter um caráter autobiográfico. Já dizia Freud que o eu é um precipitado de identificações. Dos contos de fada aos grandes romances, das lendas familiares às meias verdades sobre nossos antepassados, tudo nos chega como possibilidades identificatórias das quais bebemos para poder fazer nosso trabalho cotidiano de “inventar”<sup>35</sup> a própria vida.

---

<sup>34</sup> A gramática da língua portuguesa recomenda o uso da grafia “história” mesmo quando nos referimos à ficção, caso em que a língua inglesa, por exemplo, usa a palavra “estória”. Faremos uso do termo história por motivos que vão além do uso gramatical correto de nossa língua (ver nota de rodapé número 44).

<sup>35</sup> As aspas aqui remetem ao fato de que não se trata de pura invenção. Como vimos no capítulo I, há

### 3.2 A Modernidade e a construção autobiográfica

**Enquanto nas sociedades tradicionais havia pouco espaço para a construção de um estilo de vida próprio e individualizado, tal construção é um verdadeiro imperativo da modernidade.** Nossa biografia é retirada da determinação imposta pelas sociedades tradicionais e *colocada em nossas próprias mãos*. (Beck, 1992). Como coloca Giddens (1991), na modernidade, o *self*<sup>36</sup> se torna um *projeto reflexivo*. A pluralidade de escolhas característica da modernidade se aplica também ao *self*, que precisa ser constantemente construído a partir de uma enorme e confusa gama de opções. Se por um lado somos influenciados por estilos de vida “prontos”, oferecidos pela mídia, pela literatura, etc. cabe a nós, mais do que nunca, a montagem de todas estas influências em uma vida que deve ser, antes de mais nada, “original” (Rustin, 2000). Como coloca Maria Rita Kehl (2001b) no prefácio ao livro de Ana Costa , *Corpo e Escrita*, “desgarrado da tradição e de uma verdade transcendental que ofereça suporte ao seu lugar”, o neurótico está “condenado a sofrer porque supõe que pode e deve escrever, sozinho, a história de sua vida, dotando-a de algum sentido”. (p.17). O que ele ignora “é justamente a dimensão daquilo que o ultrapassa, a narrativa da qual ele não é, nem pode ser, o único autor. A modernidade exige que cada um seja o autor, autônomo, da própria vida” (p.17).

---

uma apropriação de um legado em jogo. Como veremos a seguir, a “invenção” da própria vida é uma demanda imposta pela modernidade.

<sup>36</sup> Embora ao longo do trabalho não façamos uso do termo “self”, a referência a ele será mantida sempre que o autor em questão se utilize dele, como é o caso aqui.

Na modernidade, afirma Giddens (1991), nossa tarefa passa a ser a de manter uma narrativa pessoal em andamento:

Autobiografia – particularmente no sentido amplo de uma história interpretativa pessoal produzida pelo indivíduo em questão, seja ela escrita ou não – está, na verdade, no centro da identidade (self-identity) na vida social moderna. Como toda a narrativa formal, é algo que precisa ser trabalhado e que não deixa de ser um processo criativo. (Giddens, 1991, p.76).<sup>37</sup>

Não por acaso, tanto a psicanálise quanto a escrita autobiográfica são fenômenos típicos da modernidade. Em ambos os casos, o indivíduo e sua história pessoal são trazidos a primeiro plano e adquirem uma importância que não faria o menor sentido em uma sociedade tradicional. A palavra autobiografia aparece no final do século XVIII, quando três elementos gregos significando *self*<sup>38</sup>, vida e escrita são combinados para descrever uma prática que já era conhecida como *memoirs* e *confissões* (Olney, 1980). Embora *Confissões*, de Santo Agostinho (397), seja uma obra freqüentemente vinculada às origens da autobiografia (Olney, 1980, Gusdorf, 1956, Freeman, 1993), o tipo de auto-reflexão encontrada ali está ainda estreitamente ligada à questão religiosa. É na modernidade que o que está esboçado em Santo Agostinho (397) adquirirá uma consistência maior: **a concepção de que o indivíduo é importante o suficiente para que se escreva sobre ele (Gusdorf, 1956) e que isso seja feito de forma auto-reflexiva.**

---

<sup>37</sup> Tradução livre da autora.

<sup>38</sup> Ver nota de rodapé número 36.

Mas, será que terminariam aí as coincidências entre a psicanálise e o autobiográfico? Em minha dissertação de mestrado<sup>39</sup> encontrei alguns pontos de convergência entre o debate da crítica literária sobre autobiografias e antigas questões da psicanálise, principalmente no que diz respeito à memória, à temporalidade, à realidade, etc. A simples dificuldade encontrada pela crítica literária em definir o que seria o autobiográfico, levanta questões muito próximas às debatidas no meio psicanalítico: **como distinguir um texto de ficção de um texto autobiográfico se, invariavelmente, encontramos material ficcional na construção de uma autobiografia e material autobiográfico em trabalhos de ficção?**

Olney (1980) coloca que é muito freqüente que trabalhos de arte se apresentem como autobiografias e que autobiografias se apresentem como trabalhos de arte. Georges Gusdorf (1956), pioneiro da crítica literária sobre autobiografias, afirma que *a verdade da vida* não difere da *verdade do trabalho*. “O grande artista, o grande escritor”, diz, “vive, de certa maneira, para sua autobiografia” (p.46.). Pablo Picasso parece estar de acordo quando sugere que “a obra de um artista é uma espécie de diário. Quando o pintor, por ocasião de uma mostra, vê algumas telas antigas novamente, é como se ele estivesse reencontrando filhos pródigos – só que vestidos com túnicas de ouro”. É também do grande pintor a afirmativa de que “a arte não é a verdade. A arte é uma mentira que nos ensina a compreender a verdade”<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> John, D. (2000) *When our fictions are our truth: construction and reconstruction of life history in analysis and autobiography*. Tavistock Clinic, Londres. Dissertação de mestrado.(inédito).

<sup>40</sup> Trechos retirados da exposição *Picasso na Oca: uma retrospectiva*, São Paulo, 2004

Como vimos, a tarefa de construção da própria história é uma demanda da modernidade, a qual tentamos responder cotidianamente. Mas qual seria, então, o papel da análise neste processo? O de ajudar a responder esta demanda? De que maneira?

Se consideramos que há um imperativo de autonomia nesta tarefa imposta pela modernidade, um primeiro ponto a se levar em conta é, como vimos no capítulo I, que a análise convida o sujeito a haver-se com aquilo que o antecede para que, então, possa ocupar, de forma singular, a cadeia geracional da qual faz parte. A trajetória de uma análise leva o sujeito ali implicado a se deparar com o que lhe determina, com o fato de que ele não é o único autor de sua história, mas que parte dela foi escrita antes de sua chegada. **Neste sentido, o que acontece na análise em relação à história do sujeito não é da ordem da pura criação, mas diz respeito a uma apropriação do que lhe foi ofertado e a um reposicionamento frente a este legado.** Saber-se fruto de certos determinantes não implica, contudo, eximir-se de toda a responsabilidade. Assim, ao mesmo tempo em que desmonta uma ilusão de autonomia, a análise convoca o sujeito a tomar posição frente a seu legado, a responsabilizar-se pelo que faz com o que recebe. Como coloca Maria Rita Kehl (2001a):

O trabalho de uma análise pode ser comparado a uma espécie de 'desconstrução' dos sujeitos modernos, personagens dos romances de suas próprias vidas das quais se crêem os únicos autores, inconformados com a finitude de suas trajetórias individuais, obcecados por deter no tempo e na memória todos os detalhes de uma vida que não faz sentido (p. 89).

Assim, a análise levaria a uma desmontagem, a uma desconstrução do romance tão bem tecido pelo neurótico ao longo de sua vida. Quando esta tese propõe pensar a análise como um espaço de ressignificação, é neste sentido que ela o faz. Como veremos a seguir, isso se diferencia de pensar a análise como a construção narrativa de uma versão “mais apropriada” para a própria vida.

### **3.3 O “approach narrativo”**

A impossibilidade de separar ficção e realidade quando nos referimos a nossa história está colocada tanto para a psicanálise quanto para a autobiografia e parece ser uma idéia relativamente bem aceita para ambas. Mas, se é possível encontrar pontos em comum entre estes dois campos, é necessário que nos perguntemos também sobre os limites de tais aproximações. Quando se fala da psicanálise como um processo análogo a um reescrever da própria vida, trazendo elementos da narrativa para pensá-la, no que exatamente isso implica? Que narrativa seria essa?

Desde os tempos de Anna O. a psicanálise pode ser descrita como uma “cura pela fala”, o que evidencia sua estreita relação com a linguagem. Para alguns psicanalistas e críticos literários envolvidos com a psicanálise, o estudo de tal relação culminou no entendimento do processo analítico como um processo narrativo, no qual o material trazido pelo paciente é visto como um “texto” a ser

“lido” e o trabalho da análise é comparado a uma criação literária. Tal movimento costuma ser chamado de “*approach narrativo*” e tem gerado intenso debate no meio psicanalítico e literário, principalmente dos anos 80 para cá.

Em parte este movimento é uma resposta às acusações que a psicanálise sempre sofreu quanto a não ser uma ciência. “Resolve-se” o “problema” da metapsicologia tentando substituí-la por um sistema narrativo (Leary, 1989). Dois importantes representantes desta tendência, cada um a sua maneira, são Roy Shafer e Donald Spence.

Com seu “*narrational project*”, Shafer (1976) busca retirar a psicanálise do campo das ciências naturais para relocá-la no campo das humanidades (filosofia, hermenêutica, literatura), uma vez que considera que ela está preocupada com significados, sentidos (meaning) e não com explicações de causa e efeito. Donald Spence (1982), com o livro *Narrative truth and historical truth*, fala das duas vozes presentes em Freud, aquela representada pelas metáforas arqueológicas, ou seja, o Freud que busca uma verdade histórica, e a voz retórica, que abriria espaço para pensar a análise como construção narrativa. Estes dois autores são sempre o ponto de partida para o intenso debate gerado em torno de suas idéias e que criou uma série de “artigos-resposta” e leituras críticas às questões levantadas por eles em importantes periódicos da psicanálise e da crítica literária psicanalítica.

A antiga oposição “realismo” X “construtivismo” dá, em grande parte

do tempo, o tom do debate. Grosso modo, temos de um lado os que defendem que o trabalho da análise consistiria em reconstruir a história do sujeito, acessando o material distorcido e recalçado; e do outro, os que, criticando o realismo ingênuo dos primeiros, alegam que, uma vez que a história do sujeito é inacessível, não se trata de reconstrução, mas de construção<sup>41</sup> – termo que ressaltaria o processo “criativo” ali envolvido. O que fundamenta o “*approach narrativo*” é justamente esta posição construtivista que permite pensar a análise como a co-construção de uma “estória”<sup>42</sup>, feita em comum acordo entre analista e analisando (Hanly, 1996).

As coisas e o mundo se mostram para nós de forma fixa por sua natureza, ou nada existe por si mesmo a não ser o que é representado? Este dilema antigo, condensado na oposição “realismo” X “construtivismo” se desdobra em muitas outras questões que são colocadas, de forma mais ou menos direta, pelo debate gerado a partir do “*approach narrativo*”. A psicanálise é uma ciência da interpretação ou da observação? Em uma análise trata-se de descoberta ou pura invenção criativa? O que escutamos é o que o analisando nos diz, ou somos nós, com nossos “preconceitos” teóricos que encontramos em seu discurso a confirmação para nossos pressupostos? Não é o analista que sugestiona o analisando para um caminho ou para outro?

Não é meu interesse aqui argumentar em favor de um lado ou de outro, até porque, concordo com o que afirmam vários autores (Figueiredo, 1998;

---

<sup>41</sup> Sabemos que Freud utilizou-se dos dois termos de forma indiscriminada no texto de 1937, *Construções em Análise*. Laplanche (1999a) faz uso dos dois termos para diferenciar a concepção realista (reconstrução) da criativa-hermenêutica (construção).

Hanly, 1996, Morris, 1993), de que se trata de uma **falsa oposição**. Como coloca Hanly (1996), a partir de Spence (1982), a verdade histórica e a verdade narrativa são colocadas como excludentes, como se não fosse possível pensar em uma *narrativa histórica* (Hanly, 1996; White, 1981). Meu maior interesse é discutir em que medida o debate trazido pelo “*approach narrativo*” se aproxima ou não da proposta principal desta tese. Em outras palavras, ao pensar os processos de ressignificação como tendo um papel fundamental nos efeitos de uma análise, estaria me incluindo no grupo de psicanalistas que pensam o percurso de uma análise como um reescrever da própria história? Em parte esta questão já foi respondida quando se afirma que não se trata de criar uma história nova, mas de reposicionar-se diante de um legado. Isto é, esta tese está em desacordo com uma posição estritamente construtivista que vê a análise como pura criação. Mas há ainda outros pontos que merecem consideração.

### **3.4 A questão da coerência**

O primeiro deles refere-se ao próprio uso do termo narrativa. Margaret Fitzpatrick Hanly (1996) chama a atenção para o fato de que seu uso tem sido feito sem muito critério, de formas variadas e imprecisas e que falar em “narrativa do paciente”, nem sempre é a melhor metáfora para “associações do paciente”. Se tomarmos as definições mais clássicas da palavra, estas invariavelmente incluem uma noção temporal, uma estrutura de início, meio e fim.

---

<sup>42</sup> Ver notas de rodapé números 34 e 44.

Segundo Scholes (1981), só é possível narrar algo no tempo, ou seja, o que narramos são eventos – estes, por sua vez, definidos como *o que aconteceu*. Narrar significa colocar tais eventos em uma certa seqüência *para alguém*, colocar em palavras, *simbolizar um evento real* (Scholes, 1981).

Se não há dúvidas de que o discurso do analisando está endereçado a alguém<sup>43</sup>, os assim chamados “eventos” são uma questão complexa para a psicanálise, como já discutimos nos capítulos anteriores. Mas, mais que tudo, **a linearidade de uma estrutura com início, meio e fim distancia-se em muito do que se passa no divã, onde o discurso tende a ser fragmentado, alusivo, desordenado, cheio dos volteios característicos de uma temporalidade heterogênea.** O tipo de narrativa que se tece em uma análise não se encaixa no que tradicionalmente se define como narrativa e, como salienta Figueiredo (1998), solicita usos da fala que são *essencialmente anti-narrativos*. Assim, mesmo o analista mais convencido dos poderes da narração, precisa “abrir um espaço para o que não se conforma, o que se rebela, o que produz efeitos disruptivos, para o que, podendo passar despercebido nas escutas e nas narrações elaboradas a partir de matrizes teóricas, conserva uma efetividade estranha às narrativas e que, quando emerge, conserva o poder de desmontá-las” (Figueiredo, 1998, p.274).

É claro que podemos pensar também em diferentes tipos de

---

<sup>43</sup> Vale dizer que este é um mérito dos adeptos do “*approach narrativo*”, o de ter sempre enfatizado a importância da transferência na construção da história de vida na análise.

narrativas. Não há dúvidas de que há escritores que parecem conseguir incluir, na forma como escrevem, algo disso que Figueiredo (1998) descreve como *o que não se conforma*. Vemos também escritos que conseguem brincar com a temporalidade, invertendo a ordem do tempo, deixando o texto revelar uma complexidade temporal que não lembra em nada as histórias com início, meio e fim, definidas acima como o protótipo das narrativas tradicionais. **Vai do estilo e do talento do narrador, encontrar uma maneira de deixar sua produção marcar-se pelo que não pode ser dito, pelos silêncios, pelo irredutível, pela impossibilidade de dizer toda a verdade.**

No entanto, talvez um dos maiores problemas que encontramos nas analogias feitas pelo “*approach narrativo*” entre psicanálise e narração seja justamente o fato de que a **coerência** aparece como protagonista nesta perspectiva. (Hanly, 1996). Para estes autores, a construção de uma história – ou *estória*<sup>44</sup> – mais coerente, mais adequada ou mesmo mais útil para o sujeito em questão seria responsável pelas mudanças conquistadas através da análise, como explica Figueiredo (1998):

As transformações subjetivas, as *subjetivações*, decorreriam deste processo de tecimento de novas versões de si mesmo, mais coerentes, mais convincentes, mais contínuas, mais socializadas e *last but not least*, mais libertadoras e benéficas para o analisando. (p.273).

---

<sup>44</sup> O uso do termo *estória* já é em si uma crítica ao realismo ingênuo que acredita em um resgate da *história* real do paciente. Como a posição construtivista é de que tal resgate não é possível, o termo *estória* é uma forma de enfatizar a idéia de que o que se diz em análise é uma *construção ficcional*, feita em conjunto por analista e analisando. Neste trabalho preferimos o uso do termo *história*, uma vez que acreditamos que reconhecer que há ficção na construção de um discurso sobre si mesmo não implica em negá-lo como histórico, como verdade (a questão da verdade foi debatida no capítulo II).

Será que é mesmo disso que se trata em uma análise? Tomemos esta definição de Peter Brooks<sup>45</sup> (1994), conhecido autor da crítica literária psicanalítica e representante do “*approach narrativo*”, sobre o que estaria em jogo no trabalho analítico:

Antes de mais nada, o psicanalista está sempre às voltas com as histórias contadas por seus pacientes, que são pacientes precisamente pela fraqueza dos discursos narrativos que apresentam: a incoerência, inconsistência, e a falta de força explanatória na maneira como contam sua vida. A narrativa oferecida pelo paciente está cheia de buracos, de lapsos de memória, de inexplicáveis contradições cronológicas, de lembranças encobridoras escondendo material reprimido. Sua sintaxe narrativa é falha e sua retórica não é convincente. Conseqüentemente, o trabalho do psicanalista precisa ser, em larga medida, o de recomposição do discurso narrativo para dar uma melhor representação da história do paciente, de reordenação de seus eventos, de ressaltar seus temas dominantes, e do entendimento da força do desejo que fala nela e por ela (p.47).

Isto quer dizer que ao final da análise não haveria incoerências, inconsistências, lapsos de memória, lembranças encobridoras? O que quer dizer um discurso narrativo *fraco*? Trataria-se, então, de desenvolver habilidades retóricas na análise? E aqueles que dominam tais habilidades nunca seriam pacientes?

---

<sup>45</sup> Apesar da crítica levantada aqui, é preciso reconhecer que Brooks, Professor da Universidade de Yale, tem tido um papel fundamental para pensar a crítica literária psicanalítica de forma menos reducionista. Práticas como as que tentam aplicar a teoria psicanalítica a um suposto inconsciente do autor por trás do texto são condenadas por ele, que defende uma crítica textual, na qual a noção de transferência também precisa ser levada em conta. Para mais sobre este tema ver BROOKS, P. (1987) *The idea of a psychoanalytic literary criticism*. In: RIMMON-KENAN, S. et al. *Discourses in psychoanalysis and literature*. London: Methuen. Ver também FELMAN, S. (1982) *To open up the question*. In: FELMAN, S. (editor) *Literature and psychoanalysis: the question of reading: otherwise*. Baltimore: John Hopkins.

Brooks (1994) fala como se o ideal analítico fosse o de tornar o discurso do paciente mais bem acabado, como se no final das contas o mais importante fosse poder contar uma *estória* melhor, mais convincente sobre si próprio. **Tudo soa quase como se precisássemos transformar pacientes em escritores (mesmo que não se trate de, literalmente, escrever) que dominam a arte de contar uma história sem furos<sup>46</sup>, autobiógrafos que, senhores de suas próprias técnicas narrativas<sup>47</sup>, sejam capazes de fazer a vida caber com perfeição em sua impecável descrição.** Entre outras coisas, a citação feita acima demonstra que, embora as aproximações feitas entre psicanálise e literatura coloquem-se como bastante frutíferas para ambas, as analogias literárias têm também seus limites. A descrição de Brooks (1994) parece ir justo na contramão do que seria uma análise.

Não só não nos parece que se trate de tornar o discurso do paciente mais coerente em uma análise, como poderíamos afirmar que seu caminho é o inverso disso. Ao iniciar uma análise muitos analisandos chegam com um script pronto sobre o que os faz sofrer e sobre quem é culpado por seu padecimento. Boa parte do tempo o trabalho consiste em implicar o sujeito, em responsabilizá-lo pela sua parte no desenrolar de sua própria vida, enfim, em **fazer buracos em um discurso aparentemente bastante homogêneo.** O que antes

---

<sup>46</sup> Como afirmamos acima, há escritores que conseguem em sua escrita, deixar-se permear pelo o que não pode ser dito. Aqui parece tratar-se do contrário, de um uso da narrativa/análise como uma técnica que torna a história mais homogênea.

<sup>47</sup> Nesta mesma direção ver também FREEMAN, M. (1993) *Rewriting the self: history, memory, narrative*. London: Routledge.

parecia coerente, convincente, bem acabado, é posto em questão:

Esta é, no entanto, a tarefa radical da psicanálise desde os seus primórdios: indagar sobre o que nos parece óbvio, desnaturalizar o que parece natural, expor a complexidade e a contradição do que apresenta estar solidamente assentado sobre uma verdade inquestionável. O psicanalista, na vertente da melhor tradição da modernidade, é um incômodo questionador de verdades estabelecidas (Kehl, 2001b, p.11).

A busca de um discurso mais coerente, bem como a associação da neurose a uma *fraqueza do discurso narrativo* lembra muito mais uma psicanálise empenhada em fortalecer o ego do que uma psicanálise que busca trabalhar com o inconsciente. Se tomamos o modelo dos sonhos como uma direção para o trabalho analítico, uma narrativa coerente equivaleria a nada mais que um efeito da elaboração secundária, ou seja, um jeito de formatar, acomodar o que é da ordem do inconsciente de uma maneira que se aproxime mais da lógica consciente, sem brechas, sem incongruências.

Este esforço de buscar uma lógica mais racional para o que vem do inconsciente não fica restrito ao trabalho de elaboração secundária feito a partir do sonho. **O neurótico é um verdadeiro especialista em construções narrativas, tentando, o tempo todo, dar um formato mais lógico à maneira caótica como a vida a ele se apresenta.** Ao ser convocado, durante a análise, a falar de si, há sempre um movimento, marcado pela relação transferencial, de tentar organizar seu discurso, de editá-lo, fazê-lo parecer razoável, coerente ou até mesmo, agradável, dependendo do que está em jogo em termos transferenciais nos diferentes

momentos de sua análise. De modo geral, a demanda de amor que existe em toda a análise invariavelmente influencia o que o analisando diz ou deixa de dizer. Sua fala é endereçada ao Outro que, durante a análise, é sustentado pela função analista.

Um adulto jovem chega para sua primeira sessão de análise. Ele discorre sobre os motivos que o trouxeram, salientando que a principal razão de seu sofrimento era uma *tendência a viver a vida como se fosse ficção*. Costuma *romantizar* tudo o que acontece com ele e, muitas vezes já não sabe mais o que é verdade e o que é sua imaginação. Vários amigos já o alertaram quanto a isso e comentam que ele parece *viver no mundo da lua*. Acha que chegou a hora de *cair na real*, afinal, já não é mais nenhum menino. Antes de buscar a análise, estava tão ansioso que tentou escrever como *uma forma de se aliviar*. Combinou consigo mesmo que jogaria no lixo tudo o que escrevesse, para que sua escrita fosse o *mais livre possível* e assim atingisse o objetivo de *desabafar completamente*. Mas algo estranho acontecia. Surpreendeu-lhe a constatação de que, embora não escrevesse *para ninguém*, e mesmo estando ele em um estado de sofrimento muito intenso, ainda assim pegava-se *preocupado com o estilo*. Também percebe agora enquanto fala, que o mesmo se passava ali, na sessão. Se procurou uma analista para poder falar sobre *tudo*, por que estaria tão preocupado em *soar bem*?

Se o analisando fala referido ao Outro, tentando decifrar seu enigma, para o analista é importante considerar o lugar que o analisando o coloca na transferência, de onde ele fala – como vimos no capítulo II – privilegiando a enunciação sobre o enunciado. Sua escuta está afinada para captar as falhas, as

hesitações, os silêncios, os não-ditos, para captar o que está além e aquém do que foi intenção dizer, para o que está além e aquém do que faz sentido. Isso, como já afirmamos, não é o mesmo que escutar o que está “por trás” da fala do analisando. O que o analista busca está na própria fala, ele não é um tradutor de significados que escapam ao analisando, mas alguém que aponta para outros sentidos possíveis, para a polifonia do que foi dito. **Assim, por mais que um analisando se esforce em ter um discurso coerente, por mais que tente ordenar a vida em uma narrativa que lhe ponha sentido, a linguagem o trai. Ele se “esquece”, se “engana”, se “equivoca”, diz o que não quer (“não foi isso que eu quis dizer...”), revelando, na própria linguagem, o que lhe é estrangeiro, aquilo sobre o que nada sabe.**

### 3.5 Quem escuta o enredo se enreda

“Quem escuta o enredo se enreda”, dizia uma professora da graduação. Esta frase, que soava bastante enigmática para mim na época, parece muito pertinente agora. Ela remete ao alerta colocado por Lacan quanto aos riscos de compreender demais, a sua escuta do significante, bem como à importância da regra técnica fundamental freudiana, a associação livre, e da sua equivalente do lado do analista, a atenção flutuante. Em outros termos talvez pudéssemos dizer que, quem muito se preocupa em compreender a seqüência do que é falado, em dar conta dos detalhes factuais das histórias que o analisando relata, acaba por se perder do que realmente importa, que não se coloca no conteúdo dos eventos, pois

situa-se para além do enredo.

Quando Lacan propõe a primazia do significante sobre o significado ele sugere um caminho possível de acesso ao inconsciente. Teríamos aí uma estratégia técnica que aponta uma direção possível para a escuta, direção essa que ameniza os riscos de que a intervenção do analista parta de seu imaginário, os riscos de compreender demais. Ao propor a intervenção como pontuação do discurso do analisando, Lacan foge das interpretações explicativas e totalizantes, aproximando-se do funcionamento do inconsciente. Como coloca Dor (1990):

A intervenção analítica tem, assim, o status de uma operação de linguagem que se produz sob a forma de um corte significante na ordem do dito, para liberar a 'linguagem primeira' do desejo inconsciente que se articula no dizer. (p. 120)

Seria uma forma eficaz de não ficar enredado no enredo? Nos termos do que foi debatido no capítulo anterior, evitar enredar-se no enredo equivaleria a poder priorizar o *dizer* e não o *dito*, a *enunciação* e não o *enunciado*.

**Isto não quer dizer que as histórias cotidianas que o paciente traz não sejam importantes. A meu ver, é necessário que o analista as acompanhe até mesmo para que a escuta do significante seja possível.** Pessoalmente não acredito em uma clínica que trabalhe com o “significante puro” e atribuo a esta posição radical muito da aridez encontrada em algumas práticas lacanianas nas quais o analista se restringe a pontuar o discurso ou a separar

palavras. Além de uma escuta afinada para a polifonia do significante, há muitas outras coisas a serem levadas em conta em uma análise. As histórias relacionadas ao mito individual do analisando, as lendas familiares, as ficções consumidas ao longo da vida (livros, filmes, etc), entre outras coisas, fazem parte dos processos constitutivos e identificatórios de um sujeito e, como tais, são de grande valia para o trabalho analítico, não podendo ser ignorados.

Lembro, por exemplo, de um paciente de 30 anos que quando se sentia um pouco triste ou introspectivo, costumava assistir de novo um mesmo desenho animado, do qual tinha em casa uma cópia em DVD. Peço que me conte sobre o desenho e fico impressionada com a quantidade de coincidências simbólicas entre a trama da animação e sua própria vida. Quando aponto algumas destas coincidências para ele, sua reação é de surpresa, *nunca havia pensado em nada disso!* É interessante como uma narrativa ficcional pode dizer algo para um sujeito, ter uma função para ele, mesmo sem que isso passe necessariamente por uma compreensão consciente. Neste caso especificamente, o enredo do filme de animação entrou como um elemento importante para o processo analítico e voltamos a ele em diversos momentos ao longo deste percurso, o que, diga-se de passagem, não impediu (pelo contrário) que se trabalhasse com a escuta do significante. Isso não invalida o alerta quanto a “enredar-se no enredo”, este risco, acredito, existe de fato, mas ele não justifica que as histórias, as narrativas trazidas para a análise, devam ser desconsideradas em nome de uma pureza técnica que implicaria em escutar “apenas” o significante.

Talvez valha ainda dizer que, ao longo desta tese, a referência à

expressão história de vida não é feita tendo em mente aquelas histórias que são “colhidas” em uma anamnese. Embora se interesse por tudo o que o analisando venha a dizer-lhe, o analista que recebe um novo paciente não tem um roteiro de perguntas a serem feitas, não pretende completar uma ficha com dados pessoais e momentos significativos da vida de seu paciente. Isto o faria perder o que se coloca como o mais rico do momento inicial: por onde vai começar o analisando? De que coisas escolherá falar? O que ficará de fora? O que ficará para depois? O que supõe que o analista quer ouvir? Como dará continuidade ao processo nas sessões seguintes? Que coisas ditas na sessão serão uma surpresa para ele mesmo? Ter um roteiro pronto significaria perder tudo isso. Mais do que obter **informações** sobre o analisando, interessa para uma análise a forma como se estabelece e se desenrola a relação transferencial. A história é do sujeito, mas é contada/construída/reconstruída/desconstruída/narrada/resgatada/ressignificada **na** transferência.

Paula sempre quis fazer análise, mas este foi um projeto sempre adiado. A gota d'água, o que tornou a busca agora mais urgente, foi um relacionamento amoroso recente que descreve como *destrutivo*. Foi preciso vivenciá-lo para que *caísse a ficha* em relação ao fato de que seus relacionamentos nunca foram *legais*. Outra queixa refere-se a *dificuldades em administrar seu dinheiro*. Gasta demais. Sempre mais do que tem.

Agora que se aproxima dos 30 anos, fica pensando que *não tem nada*, que sempre gastou todo o seu dinheiro. Seus irmãos já compraram carro, fazem planos de sair de casa em breve. Ela continua lá, sem perspectiva. Perdeu a

credibilidade com a família de tanto pedir dinheiro emprestado para saldar suas dívidas. Mas não é a única a *lidar mal* com dinheiro. Depois que os pais se separaram, dividiram o que tinham. O pai comprou um apartamento e foi morar sozinho. A mãe alugou um e acabou perdendo o dinheiro, Paula não sabe dizer exatamente como. A mãe e os três filhos foram morar “de favor” na casa de uma tia, num bairro do qual Paula se envergonha.

Ricardo, o último namorado, estava envolvido com drogas. Ele ficava diferente, *estúpido*, quando sob o efeito delas. Tinha um temperamento **explosivo**. Paula não entende como pôde estar tão atraída por ele. Fazia *tudo por ele* e sempre lhe comprava bons presentes. Aliás, comprar bons presentes para seus namorados é algo que sempre fez, invariavelmente gastando muito mais do que poderia. Associa isso com o *medo de perder*.

— Como se quanto mais caro fosse o presente, maiores as garantias..., digo.

*É, mas não há garantias, por que, então, preciso sempre agradar?*

Quando romperam, Ricardo ficou lhe devendo dinheiro. Eles queriam ir à praia, mas os **pneus** do carro dele estavam carecas. Ela ofereceu o dinheiro para fazer a troca. Demorou a entender que ele *se aproveitava* de sua generosidade, embora isso parecesse óbvio para todos os que estavam ao seu redor.

Fala sobre estar sempre cercada de amigos, *amigos que beijam*.

Embora nenhum deles a interesse de verdade, também não os descarta, ficam de *stand-by*, como **steps**.

— Paga-se um preço por estes pneus extras, digo, e corre-se o risco de pagar por pneus **furados**.

Relata um sonho: Ricardo entrava no elevador da empresa, todo **estourado** (me ocorre de novo a referência ao pneu furado, mas me calo) e diz que só quer dar-lhe um abraço. Uma amiga que presencia a cena comenta: “Puxa, você realmente vê espíritos!” Paula responde à amiga dizendo que o que ela dizia era uma bobagem, pois todos estavam vendo que ele estava vivo. Mas a amiga insiste em afirmar que ele está morto, que só apareceu como espírito para se despedir.

Em suas associações sobre o sonho, fala do medo de que espíritos venham atormentá-la em sua casa.

— Não deixa de ser como um espírito, digo, que invade sua casa, seus sonhos, seus pensamentos, sem o seu controle. Vivo ou morto, Ricardo continua rondando.

Mais ou menos na mesma época em que iniciou a análise começou a freqüentar um centro espírita, em ambos os espaços diz estar *buscando respostas*. Costuma ir ao centro com seu pai, que foi quem a introduziu ao espiritismo. Quando da separação dos pais, a família toda se afastou do pai. Paula

é a única filha que ainda se relaciona com ele. Os irmãos dizem que ela se ilude, espera sempre coisas que ele promete e não cumpre. Na época do vestibular, por exemplo, a ajuda que esperava e que não veio significou ter que escolher a faculdade de acordo com suas possibilidades financeiras, o que até hoje atrapalha sua busca de um emprego melhor. Queria fazer uma pós-graduação numa *universidade de primeira linha* e o pai vive prometendo ajudá-la. *Toda vez que preciso dele, ele **fura** comigo.*

— Mais um pneu furado? Indago.

Um breve silêncio se faz até que, por fim, ela diz: *Talvez não devesse mais esperar pela ajuda dele. Eu acabo sempre no papel de vítima.* Encerro a sessão.

Há aí um enredo que se conta, uma narrativa que se tece, um enunciado que se faz ouvir. E também alguns significantes que chamam a atenção justamente por sua repetição (explosivo, pneus, steps, furado, estourado, fura). Um destes significantes - **furado** - é introduzido pela própria analista em sua intervenção e é interessante notar como ele aparece mais tarde no discurso da paciente. Por isso diz-se que a narrativa que é construída na análise acontece **na** transferência, o que indica que ela já não pode ser situada como algo exclusivo do paciente ou do analista. Como coloca Leguil (1993), uma vez instaurada a transferência, tudo o que o paciente diz não apenas é endereçado ao analista, como este torna-se parte da história do paciente (daí a freqüência, por exemplo, com que os pacientes sonham com seus analistas). Isso explicaria, segundo Leguil (1993), a afirmação lacaniana de que o analista faz parte do conceito de inconsciente.

Vale ressaltar que conceber a história do sujeito como algo que é construído/desconstruído **na** transferência não é o mesmo que dizer que é o analista o responsável por construir/reconstruir as “partes que faltam” na história de um sujeito. Esta é, acredito, uma leitura do texto freudiano de 1937, *Construções em Análise*, que leva a uma prática equivocada da psicanálise<sup>48</sup>, uma vez que ela pressupõe que o analista tem de fato um saber sobre o inconsciente de seu analisando, que lhe permitiria fazer um jogo no estilo “fill in the gaps”<sup>49</sup>. Entre outras coisas, tal concepção pressupõe a idéia de que a história do sujeito está lá pronta para ser descoberta, remontada, a partir do habilidoso trabalho de “detetive” encarnado pelo analista.

Poder demarcar a repetição que se mostra por esses significantes é uma possibilidade de intervenção (certamente não a única possível ao longo de uma análise) que pretende privilegiar a enunciação sobre o enunciado, o significante sobre o significado. Produzir sentido não é, pelo menos não diretamente, o objetivo primeiro deste tipo de intervenção, o que não quer dizer que algum tipo de sentido não venha a ser construído a partir dali.

Quando fala-se em ressignificação, fala-se certamente na produção de novos sentidos. No entanto, a insistência, ao longo desta tese, em demarcar a

---

<sup>48</sup> Não que o texto freudiano não permita mesmo esta leitura, como indica a definição de construção proposta por Freud (1937): “Trata-se de ‘construção’, quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu (...)”. (p. 295).

<sup>49</sup> Preencha as lacunas.

importância do não-sentido, dos riscos de compreender demais, da heterogeneidade do tempo implicado na construção narrativa sobre o si mesmo decorre de uma preocupação em situar os processos de ressignificação como algo em constante movimento e os sentidos ali produzidos como tendo um caráter provisório e jamais totalizante.

Quando um paciente reclama que sabe o que faz “errado”, mas não consegue agir de outra forma, ele aponta para o fato de que conscientizar-se de sua problemática não implica em conseguir revertê-la. A compreensão não é necessariamente seguida por uma mudança. Quando compreendemos algo, apenas acomodamos aquilo às categorias de sentido que já conhecíamos.

De acordo com Lacan, algo faz sentido quando se encaixa na cadeia preexistente. Este algo pode ser acrescentado à cadeia sem alterá-la fundamentalmente ou pôr em risco a boa ordem ou harmonia.

Por outro lado, a metáfora induz a uma nova configuração de pensamentos, estabelecendo uma nova combinação ou permuta, uma nova *ordem* na cadeia significante, um teste da ordem antiga. As conexões entre os significantes são mudadas em definitivo. Esse tipo de modificação não pode ocorrer sem comprometer o sujeito. (Fink, 1998, p.95).

Nesta perspectiva, não basta que novos sentidos se produzam, mas é preciso que haja uma reestruturação da ordem significante, isto é, que algo do real tenha acesso ao simbólico. Entendo que os processos de ressignificação são efetivos justamente por não ficarem restritos a um exercício meramente intelectual de encontrar novos sentidos, mas por mobilizarem um sujeito em sua estrutura,

modificando seu lugar subjetivo.

**Se a análise tem como proposta tentar nomear o que não pôde ser nomeado, simbolizar o que não foi simbolizado, trazer para a via da palavra o que está lá de outra forma, ela precisa também reconhecer os restos, aquilo que insiste em não se inscrever e que, por isso mesmo, se faz presente o tempo todo.** Como coloca Figueiredo<sup>50</sup>, a psicanálise trabalha na vizinhança do irreduzível, no limite do analisável. Citando Pontalis, Figueiredo falará da importância de não transformar o desconhecido em conhecido, mas de procurar o desconhecido por si mesmo e viver em sua vizinhança.

Isso implica em que, por maior que seja seu esforço, por mais importante que seja para um sujeito poder compartilhar algo de sua experiência tentando emprestar a ela palavras, algo sempre lhe escapa. Uma parte de sua vivência não cabe em sua tentativa de contá-la como uma história. Por isso, seu discurso na análise coloca-se como frágil e multiforme. “O relato”, dirá Rudelic-Fernandez (1993), “sustenta-se na análise, ao longo de um limite de ‘dito-não-dito’ que desenha, às vezes em meio a uma profusão de palavras, os contornos de um abismo de silêncio” (p. 722).

Assim, não é na direção de construir uma narrativa mais coerente sobre si mesmo que esta tese propõe pensar os efeitos da ressignificação da

---

<sup>50</sup> Aula do curso de pós-graduação em psicologia clínica.

história de vida no percurso de uma análise, o que a situa em um caminho marcadamente distinto daquele indicado pelo “*approach narrativo*”. Tal movimento, ao propor que a análise possibilitaria o alcance de uma história de vida mais homogênea, parece colocar-se diante do mesmo tipo de problemática que definimos no capítulo I como *metafísica da presença*. A ilusão posta em jogo, salienta Figueiredo (1998), é a de tomar a *experiência como presentidade*:

(...) a narração, amarrando memória e expectativa à visão, tecendo tramas que se estendem sem se romper, estaria dando ao presente fugaz uma nova força, um novo alento, uma continuidade, uma durabilidade e uma extensão que só ficam a dever ao presente eterno de Deus” (Figueiredo, 1998, p.277).

Se o tempo da psicanálise não é linear, como fazer caber nele uma história com início, meio e fim? A narrativa que se tece em uma análise é muito particular e em nada lembra a coerência de histórias bem acabadas, sem furos ou incongruências. Muito pelo contrário, **a história que se tece em uma análise resulta do ir e vir de um tempo heterogêneo que transforma o sujeito, tornando sua apreensão em um “puro presente” uma tarefa impossível. Trata-se de uma história sempre *em construção/desconstrução*, sempre passível de ser ressignificada *a posteriori* e que, como tal, está também sempre inacabada, incompleta, imperfeita.**

## 4 O PERCURSO DA ANÁLISE E SEUS EFEITOS

“Uma escadinha em espiral, um patamar, dois capachos, duas portas negras. Tocava a campainha da direita: era ali. Lacan. Ali também, durante dez anos eu jogara minha vida. Ali onde fizera a mais longa de minhas viagens. Ali onde jurara a mim mesmo, cedo ou tarde, testemunhar. O tempo passara, eu não cumprira a promessa. (...) Não me faltaram pretextos para adiar. O principal era uma pergunta que eu fingia achar insolúvel: como escrever? A resposta era, contudo, evidente: como estou escrevendo”. (Pierre Rey, em “Uma temporada com Lacan”, p.21)

### 4.1 De que narrativa se trata, afinal?

No decorrer desta tese trabalhou-se com a idéia de que a noção freudiana de *Nachträglichkeit* permite pensar em uma dinâmica temporal que favorece às ressignificações e que tais processos têm um papel fundamental no percurso de uma análise. Vimos como, ao longo da vida e, de forma ainda mais intensa, ao longo de uma análise, uma reordenação constante das narrativas que um sujeito constrói a respeito de si mesmo vão se dando. No capítulo anterior destacou-se que isso não quer dizer que a análise sirva para se chegar a uma versão mais adequada de si mesmo e fez-se uma crítica àqueles que pensam seu percurso como a construção de uma narrativa mais coerente para a própria vida. Na outra ponta, também criticou-se uma clínica do puro significante, que veria toda a

construção narrativa a respeito de si mesmo como um efeito ilusório do campo do imaginário.

Será que seria possível pensar em um caminho do meio, isto é, uma clínica que habite algum lugar entre estes dois extremos, ou seja, que trabalhe com a escuta do significante sem perder de vista a importância das narrativas para a constituição do sujeito, mas também sem cair em uma prática que alimente a tendência neurótica de tentar fazer a vida caber na estrutura fechada e arredondada de um romance, no qual tudo parece fazer sentido?

É claro que a narrativa, mesmo a narrativa de um romance, não precisa ser reduzida a uma narrativa da coerência. Como já foi dito no capítulo anterior, a própria literatura não vive só de narrativas lineares e, de fato, o valor literário de uma obra muitas vezes está justamente na habilidade que o narrador tem de incluir no texto o que não pode ser dito diretamente, as temporalidades dissonantes, as meias palavras, os efeitos do impossível de dizer. Se não é uma narrativa da coerência que se produz em uma análise, que tipo de narrativa se constrói ali? Talvez tenhamos que pensar a clínica psicanalítica, o percurso de uma análise e seus efeitos como um processo em que, tal como nas boas produções literárias, há uma construção narrativa do si mesmo que leva em conta os furos e tudo que não se dá totalmente a contar. **Afinal, em que e de que modo o percurso de uma análise faz diferença na maneira como um sujeito se coloca diante da vida e na forma como se conta nela?**

## 4.2 Do Romance ao conto

Eric Laurent (1992), ao descrever o que lembra da época em que foi pedir análise a Lacan, afirma que este teria lhe dito algo mais ou menos assim:

Todos acabam sempre se tornando um personagem do romance que é a sua própria vida, para isso não é necessário fazer uma psicanálise. O que esta realiza é comparável à relação entre o conto e o romance. A contração do tempo, que o conto possibilita, produz efeitos de estilo. A psicanálise lhe possibilitará perceber efeitos de estilo que poderão ser úteis a você. (Laurent, 1992, p. 36).

Eric Laurent (1992) evoca esta fala de Lacan principalmente para referir-se a sua prática das sessões curtas, que na época em que iniciou sua análise, 1967, ainda não eram, segundo ele, tão curtas quanto se tornariam dez anos depois. De qualquer modo, este autor justifica a conhecida e polêmica técnica lacaniana como uma exigência científica da psicanálise, uma prática compatível à evolução da teoria psicanalítica. Nesta linha, ele relaciona a estrutura do romance à prática freudiana, e a estrutura do conto, às inovações propostas por Lacan. Se o inconsciente freudiano caminharia *pari passu* com o romance goethiano, a prática de Lacan seria “contemporânea de uma estrutura narrativa transformada pela escrita moderna, na qual o romance é subvertido pelas contrações do tempo, do espaço, dos personagens, do dentro e do fora”. (Laurent, 1992, p.37). As sessões contraídas ou compactas são associadas ao efeito de estilo do conto, no qual vários anos podem ser atravessados em uma única frase.

Em artigo intitulado “Minha vida daria um romance”, Maria Rita Kehl (2001a) toma como ponto de partida este mesmo relato de Eric Laurent e, entre inúmeros outros pontos, desenvolve a relação proposta por Lacan entre a neurose e o romance e a vinculação que ele faz entre o percurso da análise e a estrutura do conto. Para Kehl (2001a) a associação entre neurose e romance não se restringiria apenas à insistência com que o neurótico recria sua “novela familiar”:

A frase de Lacan me faz pensar em alguma coisa mais parecida com a urgência com que respondemos quase diariamente ao imperativo que Michel Foucault chamou de “discursificação da vida cotidiana”, imperativo de tudo dizer ao Outro, a algum Outro suposto capaz de colocar ordem na fragmentação e na dispersão das identificações que compõem o frágil revestimento imaginário do “eu” na modernidade. (Kehl, 2001a, p. 61).

Assim, **o romance representaria um estilo literário mais comprometido com uma estrutura temporal organizadora**, dotada de início, meio e fim. Tal estrutura é articulada por uma lógica que de alguma forma mantém a ilusão de que a existência é a construção de um destino e de que há um sentido a ser revelado no capítulo final. Na passagem do romance ao conto, sugerida por Lacan como o percurso de uma análise, uma operação estética se daria, que permitiria ao sujeito desprender-se da necessidade neurótica de tudo explicar, de tudo saber, de tudo dizer sobre si. **O sujeito, a partir da simbolização da castração que se daria na análise, poderia, enfim, “criar uma ficção mais imprecisa, cheia de elipses, que suporte os enigmas em vez de tentar esclarecê-los todos”**. (Kehl, 2001a, p. 89).

Kehl (2001a) falará da inserção da estrutura do romance na cultura ocidental moderna que, de tão importante, acaba por se tornar a principal formatação através da qual representamos nossas histórias de vida. Ao situarmos-nos como protagonistas de nosso próprio romance, tecemos uma trama que tem o papel, entre outras coisas, de colocar alguma ordem na maneira caótica como a vida se apresenta a nós.

Se a tendência do neurótico é a de contar sua história como se fosse um romance, Lacan vê na análise a possibilidade de desconstruir o excesso de sentido do qual aquele padece, advertindo o analista sobre os perigos de compreender demais, ou seja, sobre o risco de que a análise possa funcionar como mais um artifício de injeção de sentido em vez de provocar ruptura. **A escuta do significante colocaria-se como estratégia técnica alternativa às interpretações totalizantes, explicativas, evitando que a psicanálise sirva ao neurótico como mais um saber a ser utilizado e apreendido na fabulação que constrói sobre si mesmo<sup>51</sup>.**

Como vimos no capítulo anterior, o que muitas vezes ocorre é que

---

<sup>51</sup> Lembro, por exemplo, do relato de um amigo que com grande entusiasmo me contou sobre a “descoberta” que seu analista fez a respeito da origem de sua obesidade. É que sua mãe, por preguiça de pegá-lo no colo durante a madrugada, dava-lhe a mamadeira sem tirá-lo do berço. Este “erro” da mãe, segundo o analista, teria gerado uma dissociação entre o alimento e o afeto. Tal dissociação teria levado à obesidade de meu amigo, que buscaria nos exageros à mesa, o afeto que não teve da mãe. Por mais absurda que seja esta história, não é incomum escutarmos exemplos parecidos com este, que revelam uma prática de injeção de sentido a qual o neurótico, sedento de explicações, facilmente adere. Esta questão foi trabalhada no capítulo II, onde afirmamos que a injeção de sentido termina por reforçar o sintoma neurótico.

esta estratégia técnica desemboca em **práticas caricaturais**, que chamamos de **“escuta do significante puro”**, como se o trabalho do analista se resumisse a **um trabalho lingüístico, de pontuação do discurso, de separação de palavras, no qual o imaginário é visto como um câncer a ser extirpado**. O que se perde de vista é justamente a importância deste imaginário, sem o qual um eu não pode sequer enunciar-se. Como coloca Kehl (2001a), “o homem cava seu túnel narrativo por entre o caos dos significantes que remetem somente uns aos outros, tentando deter-se no tempo, o que é o mesmo que dizer: tentando ‘ser’” ( p. 64).

Se é de extrema relevância para a psicanálise a marcação feita por Lacan no sentido de apontar para os perigos das análises que se mantém no eixo imaginário da transferência – algo que não faz mais que alimentar uma relação especular, de eu a eu – é necessário que tenhamos em mente as formulações deste mesmo Lacan com respeito à indissociabilidade dos três registros, simbólico, real e imaginário. **Por mais que atingir o simbólico seja uma meta da análise, o imaginário não é algo que possa ser dispensado por um sujeito, ele é um elo inseparável dos demais registros e um lugar primordial de sustentação para um sujeito, lugar onde um encontro com o outro se faz possível, mesmo que de forma ilusória.**

**É preciso ter cuidado para não jogar o bebê fora junto com a água do banho. Se a análise muitas vezes tem o papel de desfazer sentidos prontos que vinham sendo carregados há anos pelo sujeito, isto é, se ela tem o papel, pelo menos na neurose, de desconstruir tal script, isso não quer dizer que as redes narrativas que o sujeito tece sobre si mesmo não sejam de**

primordial importância para ele, não significa que uma boa dose de romance não seja necessária para sustentar-se no mundo e para poder minimamente compartilhar algo com o outro. Isso se torna especialmente importante para o sujeito moderno que, desgarrado dos sentidos *prêt-à-porter* oferecidos pelas crenças divinas ou pelos papéis sociais previamente estabelecidos pelas sociedades tradicionais, precisa “inventar” sozinho o enredo de sua própria vida.

A fabulação dá consistência imaginária ao ‘eu’, este ‘eu’ que é tudo de que o sujeito dispõe para estar com o outro e para existir no tempo, uma vez que, desde o inconsciente, não é com o outro que se está: o sujeito do inconsciente existe no Outro e na atemporalidade (Kehl, 2001a, p.63).

#### 4.3 O enigma sobre a origem e a ficção

Para Freud (1909[1908]), o neurótico possui “uma atividade imaginativa estranhamente acentuada” (p.244) que o leva a ser o incansável autor de seu próprio *romance familiar*, no qual fantasias como a de ser filho adotivo, ou a de substituir os pais reais por pessoas de melhor linhagem, são freqüentemente encontradas. O neurótico tem na fantasia a saída para “corrigir” sua “realidade insatisfatória”, tornando-a mais adequada a seu próprio desejo. Já adulto, substitui o brincar pelo devaneio, sem deixar nunca de ser um “sonhador em plena luz do dia”. (Freud, 1908[1907]). Como coloca Costa (1998) em relação ao pensamento

freudiano, “fantasia e desejo vão produzir uma nova versão da realidade. Os atos não precisam ser realizados para que se cumpra o desejo e desejar passa a ser a verdade que substitui a realidade” (p.61). O que acontece é que há uma “interpenetração entre ficção e realidade, de tal forma que o que for real somente se registra como ficcional e a ficção constitui uma verdade”<sup>52</sup> (p.61).

Para tentar dar conta da questão sobre sua origem, o sujeito freudiano torna-se o autor criativo de suas próprias teorias. Diante do enigma expresso pela pergunta “de onde vêm os bebês?”, a criança se coloca como investigadora incansável desta problemática que colocará em curso “todo o seu trabalho intelectual posterior” (Freud, 1908, p.222) determinando sua *pulsão de saber* (Freud, 1905)<sup>53</sup>. A partir do enigma sobre a origem e em um esforço para tentar simbolizar a diferença entre os sexos, a criança cria o que Freud (1908) chamou de *teorias sexuais infantis*, que embora possam ser compiladas em teorias *típicas*, guardam também a marca da singularidade, expressando-se das mais diversas formas, de acordo com a história de cada criança<sup>54</sup>. O conhecimento de tais teorias, dirá Freud (1908), é de grande interesse para a elucidação de mitos e contos de fada, bem como para a compreensão da própria neurose, já que nela as teorias sexuais infantis continuariam atuando, exercendo uma influência decisiva na forma que assumem os sintomas.

Se Freud (1908) atribui parte deste movimento típico da infância ao

---

<sup>52</sup> Lacan dizia que a verdade tem uma estrutura de ficção, frase que aparece em vários textos dos Escritos. Ver também WAJNBERG, D. (1994) “A verdade tem estrutura de ficção”. In: CESAROTTO, O. (org.) (1995) *Idéias de Lacan*. São Paulo: Iluminuras.

<sup>53</sup> Uma nota do editor esclarece que esta parte foi acrescentada ao texto em 1915.

<sup>54</sup> Lembro, por exemplo, de uma criança adotada que, depois da explicação de sua mãe adotiva de que ela não havia saído da barriga dela, construiu a teoria de que havia nascido da barriga da cachorra.

fato de que as crianças não se satisfazem com as histórias enganosas que lhes contam os adultos – como, por exemplo, o mito da cegonha - podemos dizer que toda a informação científica a qual as crianças hoje têm acesso cada vez mais cedo, não impede que elas continuem construindo teorias. Como coloca Maria Rita Kehl (2006), “nossas crianças continuam interessadas em seu próprio universo de mistérios, que sobrevive a aparente transparência da era das comunicações, com seu imperativo de tudo mostrar, tudo dizer, tudo exhibir” (p.17). Prova de que o inconsciente não foi reduzido ao discurso científico, que propõe “trazer toda a riqueza subjetiva para uma zona de plena visibilidade”(p.17).

Mas se Freud fala da criança curiosa e investigadora da pulsão do saber, também aborda a tendência neurótica de não querer saber:

O modo pelo qual as crianças reagem à informação recebida também é significativo. Em algumas a repressão sexual está tão adiantada que elas não dão ouvidos a nada; essas crianças conseguem permanecer ignorantes mesmo na vida adulta – *aparentemente* ignorantes, pelo menos. (Freud, 1908, p.228).

A criança interrompe sua investigação, por exemplo, diante da evidência da castração materna, da qual nada quer saber. Outro exemplo trazido por Freud (1908) é o das crianças que até admitem que outras pessoas possam manter relações sexuais, mas os seus pais não. A relação sexual dos pais da qual a criança é fruto, fica para ela no campo do irrepresentável e, portanto, sua origem não pode ser outra coisa que uma construção mítica. Aí situa-se, aliás, todo o debate freudiano sobre a cena primária reconstruída na análise do Homem dos Lobos.

Para Lacan (1972/73), três grandes paixões acometem o homem: o amor, o ódio e a paixão pela ignorância. O neurótico é aquele que nada quer saber. A própria noção de recalque em Freud – fundamental para se pensar a neurose - anuncia esta paixão pela ignorância que influencia a maneira como o sujeito da psicanálise tenta dar conta da questão da origem, ou seja, criando mitos, fabulações, romances, enfim, ficções, que são a matéria prima para a construção de sua própria história.

Na clínica, dirá Costa (1998), são as ficções que dão vestimenta ao Outro, que se apresenta ali não apenas em sua face de linguagem, mas adquirindo a consistência de uma presença, de um corpo. Assim, as teorias sexuais infantis nada mais seriam que uma tentativa de criar “um corpo de ficção no lugar da relação mãe-criança” (p.62). É desta maneira que a criança tentará interpretar o real. A autora ressalta que este movimento não é exclusivo da criança, ou seja, não acontece apenas como resultado de seu “desconhecimento” da relação sexual, mas é compartilhado pela mãe, pois esta precisa tomar o corpo do filho como se fosse seu.

O corpo ficcional enunciado do lado da criança é produto da relação de engano mútuo mãe-criança. Orienta-se na única forma de tornar uma relação possível: tomando o imaginário – uma ficção – pelo real” (Costa, 1998, p.63).

#### 4.4 A constituição do sujeito e o fantasma fundamental

É a partir do desejo de um Outro e determinado pelos significantes primordiais que lhe são ofertados, bem como pela montagem de um fantasma<sup>55</sup> fundamental, que um sujeito pode vir a se constituir. **É justamente o fato de que um indivíduo está alienado no desejo do Outro e assujeitado pela linguagem, o que possibilita a ele advir enquanto sujeito. É a partir daí que ele pode vir a construir um lugar singular para si próprio na cadeia de significantes que o antecede e no desejo que o antecipa, tornando-se ele próprio desejante.**

Um sujeito é, em parte, o resultado da castração da mãe, ele é a evidência de que sua mãe deseja e, portanto, de que algo lhe falta. Ou seja, um sujeito só existe porque o Outro é castrado. Mas, como vimos antes, é justamente deste real que ele se esquiva, por lhe ser insuportável. Supor um Outro sem furos é uma ilusão que o neurótico tenta sustentar a qualquer custo e é, aliás, o que o fará supor um saber ao analista na relação transferencial, como vimos no capítulo II. O fantasma, composto por elementos simbólicos e imaginários, serve justamente para recobrir o real, por isso dizemos que ele tem uma função defensiva, protege o sujeito da angústia frente ao que não pode representar, angústia frente À Mãe

---

<sup>55</sup> Há alguma confusão em torno do termo fantasma, a começar pelo fato de que ele é empregado como sinônimo de fantasia. Preferimos adotar o termo fantasma à fantasia, justamente para marcar a diferença de que não estamos nos referindo a qualquer fantasia, mas ao que Lacan chamou de *fantasma fundamental*, sempre usado no singular, aquele cuja travessia coloca-se como principal percurso de uma análise. Contudo, sabemos que mesmo dentro da literatura psicanalítica francesa, os dois termos são usados como sinônimos, dependendo da escolha do tradutor, assim que é também bastante comum encontrarmos este conceito referido como fantasia fundamental.

devoradora cujo desejo permanece para ele como enigma que tenta incansavelmente decifrar. Que quer o Outro de mim (Che vuoi?)?

O fantasma é construído justamente para tentar responder ao desejo do Outro. Como coloca Leguil (1993):

O fantasma inconsciente, construído na história do sujeito, responde a tudo que para ele é enigmático. É o modo inconsciente pelo qual respondeu a tudo o que o angustiava, na sua história, a tudo o que o angustiava como vindo do Outro. É um gozo que é fantasmado para preencher o Outro: a idéia que ele faz do que conviria ao Outro, tal como suas teorias sexuais infantis – o sujeito nada sabe do desejo dos seus pais e lhe é, portanto, necessário, construir teorias. (p. 48).

Lembro de um caso em que um adolescente extremamente dotado musicalmente, cujo talento revelou-se muito cedo e foi bastante incentivado pelos pais, no momento do vestibular, para a surpresa de todos, inscreveu-se para o curso de administração de empresas. Os pais, ambos empresários, perplexos diante da escolha do filho, resolvem sentar para conversar com ele sobre o assunto, questionando sua escolha. Este, por sua vez, demonstra também sua surpresa diante da revelação dos pais de que sempre lhes parecera óbvio que o filho optaria pelo curso de música. O filho então fala de sua certeza de que o desejo dos pais era de que ele desse continuidade aos negócios da família.

Há nuances neste episódio que não pretendemos explorar aqui, mas este pequeno fragmento já é suficiente para pensarmos um pouco mais sobre

o delicado terreno onde se articula o desejo. Seu fantasma, bem como os significantes primordiais que lhe são ofertados - a amarração ao desejo do Outro da qual parte - constituem as balizas a partir das quais um sujeito precisa trabalhar para encontrar um lugar possível para si próprio. **Porque não é autônomo, porque carrega sempre o enigma do desejo do Outro que tenta decifrar, a questão sobre qual é o seu desejo mobiliza o sujeito ao longo da vida e mais ainda durante uma análise, lugar onde esta pergunta é constantemente reposta.**

Ao longo do caminho, dependendo da posição que ocupa diante do Outro, um sujeito expõem-se a equívocos, engodos, oferece seu corpo em sacrifício, sofre, goza, faz sintomas, arma arapucas para si mesmo. É através da transferência que uma análise poderá acessar e intervir nesta relação do sujeito com o Outro, abrindo caminho para que ele possa vir a ocupar novas posições subjetivas. Se por um lado são justamente as amarras que o determinam que permitem as condições necessárias para que ele advenha enquanto sujeito, um dos efeitos da análise será justamente o de um certo afrouxamento de tais amarras, o que traz ao analisando um tipo de liberdade muito diferente de qualquer outra coisa já experimentada. Como coloca Leguil (1993):

É necessário fazer cair, um por um, os significantes-mestres, de modo que os sujeitos criem cada vez menos no Outro; que, no final das contas, ele não hesite demais em ver-se livre do Outro, servir-se dele, ou seja, perceber que este Outro também era um fantasma. A tarefa do analista é fazer com que o sujeito possa ir neste caminho, lentamente, por si próprio. Que ele vá, lentamente, com seus próprios passos, para este autotraumatismo (p. 14).

**As mudanças no lugar ocupado pelo sujeito em relação ao Outro, trazem como conseqüências diferenças concretas na maneira como este sujeito conduz a própria vida.** “Mudar o sujeito é mudar sua relação com o gozo”, coloca Leguil (1993, p. 45). Na análise, diz este mesmo autor, um sujeito será implicado em seu gozo justamente quando é questionado sobre o desejo do Outro. A associação livre convoca o sujeito a “fazer um inventário de toda a combinatória significativa da qual ele é efeito” (p.49), pede que ele suspenda todo o julgamento, dito de outro modo, que “tome distância de seus ideais” (p. 51). Quando pedimos ao analisando que respeite a regra fundamental, ele é colocado sob transferência. O analisando passa a se perguntar qual é o julgamento que o analista fará do que ele diz, coloca o analista no lugar de Ideal - ele tem o saber maravilhoso que tudo explica. **Ao calar-se, o analista reenvia o sujeito à relação enigmática com o desejo do Outro.** A pergunta do analisando passa a ser, o que quer o analista (o Outro) de mim? O silêncio do analista, ou seja, o fato de que ele não responde à demanda de amor que lhe é endereçada, faz com que, aos poucos, passe do lugar de Ideal para o lugar de objeto a, isto é, o analista transforma-se na causa de tudo o que o analisando diz.

Mas como identificar o fantasma no cotidiano da clínica? Nasio (1992) faz uma descrição bastante objetiva da maneira como o fantasma se apresenta durante uma análise. Ele costuma aparecer como uma cena, um roteiro com personagens próprios, que o analisando consegue relatar, embora permaneça para ele como algo enigmático. Ele vive esta cena como um elemento enxertado que se impõe a ele e se repete independentemente de sua vontade. O fantasma pode aparecer não só como relato desta cena em análise, mas também em sonhos,

devaneios e ações. Esta trama em geral se desenvolve como um roteiro perverso, que muitas vezes é o estímulo desencadeante para um orgasmo, colocando-se para o analisando como uma prática vergonhosa que, por esta razão, muitas vezes só poderá ser relatada em análise muito tardiamente (Nasio, 1992).

Contudo, como coloca Leguil (1993), ao falar de seu sintoma, o analisando termina por confessar seu fantasma. Isso de maneira alguma significa que o sujeito passe a conscientizar-se do seu fantasma. O fantasma permanece inconsciente, impossível de dizer.

A travessia do fantasma não é uma significação nova entregue ao sujeito, é um vivido da pulsão. Mas a pulsão é justamente o silêncio, o que mostra muito bem que, quando se vive a travessia do fantasma, estamos no silêncio (Leguil, 1993).

Ponto de sustentação de seu ser no início da análise, o fantasma, após sua travessia, não desaparece, mas, como coloca Leguil (1993), “o sujeito não pendura mais ali o seu destino” (p. 26).

#### 4.5 A função materna e os pais suficientemente narrativos

Quando viemos ao mundo, ele nos espera cheio de palavras, de significantes e também de narrativas, de mitos familiares, de ficções, de histórias que nos contam (e também que não nos contam) sobre a vida, sobre nossa família, sobre os outros, sobre nós mesmos. **Porque nascemos em um mundo de linguagem e porque existimos no desejo e no discurso de um Outro antes mesmo de nosso nascimento, estas palavras, estes significantes primordiais, estes enredos, nos são ofertados como matéria prima fundamental para a montagem de nossa própria história, para a difícil e contínua tarefa de tentarmos dizer quem somos.** Ou seja, parte importante de nossa história coloca-se para nós como algo que já foi escrito, como um material que herdamos muitas vezes sem dele nada saber, a partir do qual se fará a montagem de um fantasma.

Tais palavras e narrativas vão tecendo uma rede de significações que nos acolhem no mundo, nos oferecendo um lugar. “Seu nascimento nos trouxe muita alegria, era o primeiro filho, primeiro neto, primeiro sobrinho. Esperamos muito por você”. “Quando a enfermeira trouxe você para mamar ela me disse: esse não te dará trabalho, ele nem chora, só resmunga”. “Quando eu nasci foi uma grande decepção... depois de três meninas, meus pais queriam muito um filho homem”. “Desde bem pequeno já gostava de música, era só ouvir um ritmo qualquer que se punha a dançar”. “Meus pais me deram o mesmo nome de um irmão, que morrera ao nascer um ano antes...”.

**No longo processo de constituição de um sujeito, uma das tarefas primordiais dos pais e cuidadores é justamente a de significar o mundo para a criança, dar-lhe sustentação com palavras e sentido.** O que costumamos chamar de função materna – aqui o termo função é importante, pois enfatiza que esta pode ser exercida por outra pessoa que não necessariamente a mãe - envolve os cuidados primordiais com o bebê, o que inclui mapear seu pequeno corpo, contorná-lo, dar voz às suas angústias e desconfortos, contê-las através de um invólucro de palavras, nomear, interpretar e significar para ele as primeiras sensações de estar no mundo. Como coloca Golse (2003) o encontro entre um adulto e um bebê pode ser concebido como um *espaço de narração*. Nesta perspectiva, faria parte da *mãe suficientemente boa* winnicottiana, ser também uma *mãe suficientemente narrativa* (Corso & Corso, 2006).

Na condição de desamparo em que viemos ao mundo, os pais ou cuidadores são nossa principal referência e é a partir do que vem deles que podemos vir a fazer nossas próprias leituras e construir (ou co-construir) nossa própria história. É assim que o bebê pequeno, ao cair, interpretará a expressão facial da mãe para então decidir se deve chorar ou simplesmente levantar-se para o próximo tombo. É assim também que de balbucios sem sentido os pais escutarão uma primeira palavra, antecipando o vir a ser de um sujeito que só emergirá porque dele se espera algo. **Nos entremeios desta dança de oferecimento e apropriação do que é ofertado, surge um sujeito.**

Ao tratar da função dos contos de fada para as crianças, Diana e Mário Corso (2006), no belíssimo livro *Fadas no Divã*, falarão dos contos de fada como um repertório que os pais e a cultura oferecem a seus filhos e que pode servir-lhes como recurso diante das dificuldades e conflitos enfrentados na vida. Chamam a atenção para o fato de que as crianças não costumam ter o mesmo apego pelas versões mais amenas, politicamente corretas, ou intencionalmente didáticas que se criaram mais recentemente, preferindo escutar as histórias em toda a sua complexidade, colorido terrorífico, cruel e assustador.

As crianças não se esquivam de assuntos cabeludos, inclusive às vezes os enfrentam de forma bem ousada. É bem por isso que tantas dessas narrativas permaneceram conosco pelo resto da vida, graças à riqueza que emprestaram e seguem oferecendo como auxílio diante de encruzilhadas e dificuldades que continuam se interpondo no caminho (Corso & Corso, 2006, p. 304).

**Os autores trarão a baila a idéia de *pais suficientemente narrativos*<sup>56</sup>, uma versão própria da mãe suficientemente boa winnicottiana, que aponta para a importância do narrar para a sustentação e o amparo psíquico das crianças. Os pais suficientemente narrativos não são necessariamente dotados de talentos literários especiais, mas conseguem transmitir para a criança um acervo de histórias que lhe servem como recurso para viabilizar a própria vida.**

---

<sup>56</sup> Os autores dão preferência ao termo ***pais suficientemente narrativos*** para enfatizar que o ato de narrar contos de fada para os filhos não se situa nos momentos primeiros da função materna, mas é posterior, podendo ser feito por ambos os pais. Outro argumento que favorece esta nomenclatura é que, na atualidade, cada vez mais, a função materna e paterna são exercidas de forma mais igualitária por ambos os pais.

No caso dos contos de fada, não se estaria mais no território das primeiras marcas, da construção dos primórdios do eu, mas no momento não menos importante e ainda fundador da infância. Como coloca o casal Corso (2006), “é uma sorte que na mesma época em que estamos em formação, arrumando as malas que conterão os fundamentos que vamos levar na viagem pela vida afora, sejamos consumidores vorazes de ficção” (p.304). Contudo, poderíamos dizer que ser suficientemente narrativo é necessário desde estes primórdios da constituição do eu, como vimos em relação à função materna, ou mesmo antes disso, quando consideramos que uma criança já existe no desejo e no discurso de seus pais antes mesmo de seu nascimento.

**Assim, dos ditos que antecedem o nascimento às constelações dos mitos familiares, dos significantes primordiais à montagem de um fantasma fundamental, passando pelos cuidados primeiros com o bebê e chegando nas importantes vivências da infância, estes momentos fundadores de um sujeito estão marcados pela presença destas vozes que imprimem significantes, que entoam melodias e palavras, que contam histórias, que narram a vida.**

E o que acontece quando a narração é insuficiente? Não é incomum observar, dirão os Corso (2006), que pais demasiadamente silenciosos ou deprimidos, resultem em filhos com **pobreza subjetiva**. Era algo desta ordem o que se passava com Clarissa, 8 anos quando do início de sua análise, trazida pelos pais

por apresentar graves problemas de aprendizagem.

#### **4.6 Clarissa, para quem faltavam as palavras**

Este foi um daqueles casos desafiadores. Desafiava em primeiro lugar a idéia de que um analista deve esperar pelo que vem de seu paciente. Clarissa entrava na sessão, baixava a cabeça entre os braços na mesa, sem me dirigir palavra ou olhar. Não se interessava pelos brinquedos, não respondia a nenhuma pergunta que eu fizesse. Eu estava tão habituada às crianças que já chegavam propondo brincadeiras, jogos, desenhos, mas Clarissa permanecia ensimesmada, como se nada no mundo lhe despertasse qualquer interesse. O que eu deveria fazer? Esperar que algo viesse dela? Por quanto tempo? O desconforto daquela situação não terminaria levando a uma interrupção do tratamento antes mesmo que ele tivesse começado? Colocar-me em uma posição mais ativa? Mas como fazê-lo sem desrespeitar Clarissa, sem ser invasiva, impondo a ela minha própria subjetividade?

Passaram-se algumas sessões assim, sem que nada acontecesse, até que eu mesma me pus a desenhar e a lhe contar histórias sobre os meus desenhos. De alguma maneira aquilo me era muito estranho. O que afinal eu estava fazendo? O que havia de analítico naquilo? Por mais que tentasse lhe contar histórias que lhe dissessem respeito de alguma forma, era o meu inconsciente que se colocava ali, meu próprio repertório, meus significantes. E o pior, Clarissa

continuava impassível, ignorando meus esforços de tentar uma aproximação com ela.

Até que um dia seu silêncio se rompeu. Eu havia feito o desenho de uma família e narrava a ela uma história inventada, quando atribuí ao cão da família um nome qualquer. Para minha surpresa, ela levantou a cabeça da mesa, dizendo que não era aquele o nome do cão.

— É mesmo?, digo sorrindo por dentro, e qual seria o nome dele?

Começava ali um novo momento da análise, durante o qual pude ir me retirando aos poucos, à medida em que Clarissa podia aparecer.

Clarissa era a filha “temporona” de uma família extremamente silenciosa. Calada pela timidez e também pelo radicalismo de uma religião que tudo proibia. Nada de rádio, televisão, diversão. Música, apenas a religiosa. Tinha pouco acesso a brinquedos e me relatava que muitos deles estavam “guardados para não estragar”. Recebia muito amor, é verdade, mas poucas palavras. A impressão que eu tinha é que o longo percurso que fazia de ônibus até a clínica, geralmente acompanhada da mãe, mas às vezes também do pai ou de um dos irmãos mais velhos, era percorrido sempre em silêncio.

Nas conversas com os pais, estes eram lacônicos. Ficava evidente sua dificuldade em contar qualquer coisa sobre a menina. Boa parte de sua história caíra no esquecimento. Por outro lado, lembro que em certa ocasião, quando perguntado sobre sua religião, o pai se transformou imediatamente. Ao tocar neste

tema tornava-se extremamente falante, seu tom de voz mudava, embebia-se de um entusiasmo artificial. Não parecia ser ele quem falava. Punha-se a repetir um jargão religioso muito bem decorado e sumia de seu discurso qualquer hesitação. Queria catequizar-me, trazer até mim *a palavra de Deus*. Com isso ficava impossível escutar as suas próprias palavras. Parecia ser uma dificuldade desta família poder falar de si em nome próprio, que não fosse através dos ditames prontos que vinham de sua religião.

Uma coisa me chamava muita atenção durante as sessões com Clarissa. Quando perguntada sobre como foi tal ou tal passeio descrito pela mãe como algo que aconteceu no final de semana, ela respondia com freqüência, *eu não fui*. Custei a entender que ela não ia mesmo aos passeios. Não porque não estivesse estado lá fisicamente, mas porque para ela a experiência simplesmente não se inscrevia. Não era de se admirar que também não pudesse aprender. Como beneficiar-se dos efeitos da aprendizagem se não fazia registro de suas experiências?

Aos poucos foi ficando mais claro para mim que faltava para Clarissa alguém que lhe falasse sobre aquilo que experienciava, que lhe narrasse o que lhe acontecia, que lhe ajudasse a fazer uma intermediação entre os acontecimentos e o que se pode contar deles, para que algo disso pudesse fazer nela alguma marca. É bem possível que esta insuficiência narrativa já estivesse lá em um momento bem precoce, nos termos do que descrevemos acima como função materna. Ninguém havia apresentado o mundo para Clarissa, o nomeado, o dotado de algum sentido. **Ninguém havia alimentado seu imaginário de forma a**

**que ele viesse a ser minimamente compartilhável. Ela ia aos lugares, mas não estava lá, nada tinha a dizer sobre algo que não se dava para ela como uma experiência.**

O trabalho com Clarissa foi para além das quatro paredes do consultório. “Mostre-lhe o mundo!”, dizia-me minha supervisora. E foi assim que ganhamos a rua, fizemos coleção de folhas, de gravetos, de tampinhas, observamos as pessoas que passavam na calçada, comparamos os diversos tipos de carros - atividades sempre bem acompanhadas de palavras e seguidas de convocações a tentar evocá-las, narrá-las em um tempo *a posteriori*. Nestes jogos, pude ir deixando o lugar de quem conduzia a brincadeira para ocupar o lugar de testemunha. A testemunha que tanto lhe fizera falta para que suas experiências pudessem marcar seu próprio corpo e lhe servissem como experiências de fato<sup>57</sup>.

Clarissa foi aos poucos ganhando vida, graça e uma desenvoltura para o brincar criativo que lhe eram totalmente estrangeiras quando começamos.

Embora esta tese não pretenda tratar do tema das especificidades relativas à análise de crianças com relação ao lugar dos processos de

---

<sup>57</sup> Simone Rickes (2005) fala do constante pedido que as crianças fazem ao analista durante as sessões de que ele escreva algo ditado por elas, dando ao analista o lugar de “escriba” (aquele que exercia a profissão de copiar manuscritos, muitas vezes ditados; copista). Com tal pedido garantem que algo fique registrado, que tenha a permanência necessária para que uma história não se esvaneça. “O analista, na generosidade da transferência, empresta o papel/registro para que o pequeno possa escrever os contornos singulares de sua estruturação frente ao Outro” (p. 43). Embora neste caso especificamente não se tratasse de literalmente escrever, acredito que minha presença na transferência foi fundamental para que Clarissa pudesse fazer registro de suas experiências.

ressignificação no trabalho analítico, é importante demarcar que há diferenças neste sentido quando lidamos com pacientes ainda em processo de estruturação. Com as crianças, em especial com aquelas com sérios comprometimentos do desenvolvimento, muitas vezes o trabalho vai mais no sentido de poder construir uma história, um romance, um lugar a partir do qual ela possa enunciar-se, do que lançar-se em um trabalho desconstrutivo.

**Contudo, ao meu ver, isso não quer dizer que boa parte do trabalho analítico ainda na infância não envolva processos de ressignificação e desconstrução<sup>58</sup>, sobretudo quando nos encontramos no âmbito das neuroses.** Por outro lado, algumas análises de adultos exigem predominantemente um trabalho de construção, bem como as análises mais desconstrutivas sempre apresentam, também, um trabalho construtivo simultâneo. **Assim, mais do que fazer uma referência direta entre análise de crianças – construção e análise de adultos – desconstrução, é preciso, como sempre o é quando se trata de psicanálise – considerar o que cada caso, em sua particularidade, exige de um trabalho analítico.**

Entre outras coisas, Clarissa nos faz pensar sobre o que é uma experiência, bem como em como ela se articula com a narrativa e em como tal articulação se faz presente no processo analítico.

---

<sup>58</sup> Como vimos no capítulo I, construção e desconstrução são tomados como movimentos simultâneos.

#### 4.7 O soldado calado, o velho e o viajante: transmissão da experiência em Walter Benjamin

No artigo intitulado “Experiência e Pobreza”, Walter Benjamin (1933) irá denunciar o declínio da experiência na vida moderna. O texto vai deixando claro que a *experiência* e a *pobreza* referidas no título, na verdade se entrelaçam no que ele chamará de *pobreza de experiência*. Vivemos em um mundo em que “a existência se basta a si mesma, em cada episódio” (p.119), em que é cada vez mais difícil *deixar rastros*, em que os soldados voltam do campo de batalha “mais pobres em experiências comunicáveis”, pois estas não são “transmissíveis de boca em boca” (p. 115). A transmissão do vivido através das gerações, a partir da autoridade do velho e da tradição oral, se perdeu:

Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência? (Benjamin, 1933, p.114).

No texto de 1933 encontramos já esboçadas várias das questões que serão retomadas em 1936, no artigo intitulado “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. **Aqui o autor anuncia o fim da narrativa, uma vez que nos encontramos privados de nossa faculdade, antes inalienável, de intercambiar experiências.** Se Benjamin (1936) inevitavelmente soa saudosista, isso de maneira alguma tira a riqueza e a relevância de seus argumentos para

alegar a extinção da narrativa tradicional.

Para ele, o que se perde na modernidade é justamente a dimensão compartilhável que as narrativas antes apresentavam e que se esvanece nas novas condições da vida moderna, na qual a figura do narrador oral, dotado de *sabedoria* e experiência, que sabe *dar um bom conselho*, simplesmente desaparece. Aqui é interessante ressaltar a definição de conselho dada por Benjamin (1936), uma vez que a psicanálise sempre se preocupou em demarcar sua diferença em relação a práticas que envolvem o aconselhamento. Como aponta Gagnebin (2004), na definição benjaminiana não prevalecem as características psicológicas e pragmáticas, o conselho não se coloca como algo definitivo, mas envolve as hesitações e as angústias de uma história que permite vários desenvolvimentos possíveis, várias conclusões desconhecidas, até mesmo lembrando, segundo a autora, o processo analítico:

Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação). O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria. A arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção (Benjamin, 1936, p. 200)

Esta figura sábia que domina a arte de aconselhar, que senta para contar histórias de forma *artesanal*, “imprimindo na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (Benjamin, 1936, p. 205), é condensada na

imagem do *viajante que vem de longe* e tem muito a contar, ou na do *camponês sedentário* “que ganhou sua vida honestamente sem sair de seu país e que conhece suas histórias e tradições” (p.198). **Em ambos os casos há um saber que adquire sua autoridade justamente porque vem de um outro lugar, marcado pela distância do que é estrangeiro ou do que vem de outras gerações**, como coloca Lúcia Serrano Pereira (2005):

Essa autoridade que se decanta da experiência do narrador é de um lado de gerações que se perdem de vista na articulação temporal e, de outro, de terras distantes que também têm seus limites espacialmente difusos. Ou seja, há um insondável em jogo que nos permite pensar nas formas pelas quais o campo do Outro se apresenta na relação com a narrativa e com o saber (p.11)

Nas palavras do próprio Benjamin (1936):

No sistema corporativo, associava-se o saber das terras distantes, trazidos para casa pelos migrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário (p. 199).

Ao desaparecimento destes narradores orais, somam-se outros fatores que Benjamin (1936) associa ao declínio da narrativa. Entre eles o autor trará desde o nascimento do romance, no início do período moderno, até o surgimento de uma relação diferenciada com a morte; passando também pela questão do predomínio da informação. Assim, o romance, que tem sua difusão vinculada ao livro, distancia-se da tradição oral e tem sua origem no indivíduo

isolado. “Quem escuta uma história está em companhia do narrador”, enquanto que “o leitor de um romance é solitário” (p.213).

Também a informação não está a serviço da narrativa, pois “os fatos já chegam acompanhados de explicações” (p.203), perdendo a amplitude da narração, que deixa o sujeito livre para fazer a própria interpretação do que escuta. **Enquanto a informação só tem valor por ser nova, com a narrativa é justamente o contrário, ela conserva suas forças depois de muito tempo, “contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo”**(p.205). A narração “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa” (p.205), não se trata de fazer um relatório.

#### **4.8 Morte, transmissão e castração**

Quanto às mudanças na maneira de se colocar diante da morte, talvez esteja aqui a parte mais interessante da argumentação de Benjamin (1936). De episódio público, compartilhado, a morte passa a ser, a partir das instituições higiênicas e sociais produzidas pela burguesia do século XIX, cada vez mais afastada do mundo dos vivos. Com o fim da morte *espetáculo*, da morte *exemplar*, perde-se também um fecundo momento de transmissão da experiência, já que mesmo um *pobre-diabo* possui, ao morrer, uma *autoridade* diante dos vivos. Tal autoridade, dirá Benjamin (1936), está na origem da narrativa. “A morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar. É da morte que ele deriva sua autoridade” (Benjamin, 1936, p. 208).

Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível (Benjamin, 1936, p.207).

Se, como vimos ao longo desta tese, há um legado que é transmitido a um sujeito mesmo ainda em vida, é interessante pensar neste momento da morte como um **momento solene**, que traz a tona a questão da transmissão e da herança, **marcando de forma pontual o instante em que se passa o bastão para a geração seguinte**, o ponto final de uma vida que permanecerá nos que ficam através das marcas, dos rastros, dos traços do que foi possível transmitir. Benjamin (1936) fala de um *poder de evocação* que a morte tinha e foi se perdendo. O que seria isso? **O que se evocaria no leito de morte de alguém?**

**Uma resposta possível talvez seja a de que o que se evoca é a própria vida.** Como viveu este sujeito? O que sua vida tem a nos ensinar sobre a maneira como conduzimos nossa própria existência (daí a denominação de *morte exemplar*, sugerida pelo autor)? O que este limite máximo e intransponível evoca sobre nossos próprios limites e a maneira como nos colocamos diante deles? O que fazer com a nossa vida quando somos lembrados de que ela é finita? Que sentido, afinal, tem tudo isso? Se, como coloca Benjamin (1936), a modernidade nos afasta cada vez mais do contato direto com este momento, isso não significa que ele não siga sendo de grande impacto para nós.

Se para o sujeito moderno a construção da história de sua vida é uma tarefa cotidiana a qual se lança sozinho<sup>59</sup>, a morte coloca-se como o ponto final do romance que tece/ no qual é tecido e que tem a si próprio como personagem principal. Neste sentido, é a morte que organiza a vida e, apesar de normalmente não nos ser dado saber exatamente qual será este momento, a certeza de que a morte um dia virá está colocada para todos os seres vivos. Não é justamente isso que nos permite viver com o mínimo de urgência necessária para que façamos alguma coisa com a própria vida? Por que nos incomodamos em realizar qualquer coisa se tivéssemos a eternidade diante de nós? Qual a urgência de fazer algo *hoje* quando a existência de um *amanhã* se coloca como possibilidade infinita? Se a perspectiva da morte, da finitude, nos é tão dolorida e complexa a ponto de sequer podermos representá-la, a hipótese de uma vida eterna lança o sujeito na dimensão do intolerável.

**Mas que narrativa, então, seria possível neste mundo tão apartado da capacidade de compartilhar a experiência?** Segundo Gagnebin (2004), o pensamento de Walter Benjamin traz mais do que o tema aparente de uma harmonia perdida. Para além do fim da tradição e da experiência compartilhada, o que se opõe à tarefa de retomada do passado é a realidade de um sofrimento tão grande que não pode ser comunicado, “que não pode dobrar-se à junção, à *sintaxe* de nossas proposições” (Gagnebin, 2004, p.63). Como bem lembra Lúcia Serrano Pereira (2005) o soldado do início do séc. XX, retratado por

---

<sup>59</sup> Este tema foi abordado com mais detalhes no capítulo III.

Benjamin (1933), que volta da guerra emudecido, mais pobre em experiências comunicáveis, é o mesmo que fará Freud retomar sua teoria do trauma, a compulsão à repetição e a pulsão de morte em *Além do princípio do prazer* (1920).

Ou seja, a denúncia benjaminiana do trágico fim da experiência compartilhável, remete a um caro tema para a psicanálise e que não necessariamente se deve ao fim da tradição oral, como argumenta o autor, mas ao fato de que há sempre uma parte da experiência que não é transmissível e que não cabe nas palavras (sejam elas contadas oralmente, escritas ou pronunciadas desde o divã). **Assim, se é verdade que o homem moderno é deixado no desamparo do individualismo e do desaparecimento das narrativas coletivas que o sustentavam, tendo que criar sua própria rede de sustentação, tal dificuldade só vem a somar-se com esta outra dificuldade, que diz respeito não às características da modernidade, mas à relação do homem com a linguagem. Ou seja, seu emudecimento diante de certas experiências diz de um real intransponível e de sua submissão às leis da linguagem, que lhe impõem um limite quanto ao que pode ser dito.**

Vale ainda marcar que há sim um solo comum para o homem individualista moderno, como lembra Maria Rita Kehl (2001a), qual seja, a própria vivência de solidão e exclusão. “A perda do sentido da vida, nas sociedades em que cada um deve inventar a própria vida, é justamente a experiência compartilhada por todos os sujeitos modernos”(p. 87). Já que não há caminho de volta, já que não acredita-se em soluções saudosistas que preguem o resgate de uma vida comunitária pré-moderna, voltemos, então, para a mesma pergunta: que narrativa é

possível neste contexto?

#### 4.9 Outra narrativa, outra posição subjetiva

Para Gagnebin (2004), apesar de não resolver a questão que encaminha, Benjamin mesmo assim trará a baila o desafio de pensar uma outra forma de narrativa:

Como descrever esta atividade narradora que salvaria o passado, mas saberia resistir à tentação de preencher suas faltas e de sufocar seus silêncios? Qual seria esta narração salvadora que preservaria, não obstante, a irredutibilidade do passado, que saberia deixá-lo inacabado, assim como, igualmente, saberia respeitar a imprevisibilidade do presente? (Gagnebin, 2004, p.63).

Não seria justamente neste sentido que poderíamos ler a passagem do romance ao conto sugerida por Lacan como o percurso de uma análise?

Antes de retomarmos esta idéia seria prudente fazer algumas ressalvas. Caberia perguntar, por exemplo, de que romance<sup>60</sup> e de que conto se fala, já que tais gêneros literários sofrem variações ao longo de diferentes épocas

---

<sup>60</sup> Maria Rita Kehl (2001a) refere-se ao romance oitocentista, relacionando-o com a tendência neurótica de tudo dizer. "A possibilidade do sujeito narrar-se sob a forma moderna do conto, ou talvez do poema, representa a conquista de uma elegância que o pesado romance oitocentista está longe de alcançar" (p.89). Hoje, no entanto, sob a classificação de romance, encontramos obras

históricas. Como já foi afirmado antes, se a narrativa é tradicionalmente compreendida como o contar de uma história com início, meio e fim, como uma estrutura que organiza os fatos em uma linha de tempo, a literatura (ou o cinema) também nos brinda com inúmeros casos nos quais esta estrutura é colocada em questão, onde o que se anuncia não é a linearidade do tempo, mas justamente a impossibilidade de fazer a vida caber dentro destes moldes e os limites de tal empreitada.

Assim, talvez a maior ou menor sensibilidade de determinada produção literária para tal questão dependa mais da habilidade e estilo de cada escritor, ou ainda melhor, **do quanto o autor se deixa permear pelo seu próprio inconsciente**, do que propriamente do gênero literário através do qual ele escolhe se expressar. Dito de outro modo, um conto pode apresentar-se de forma bastante linear, bem como um romance pode ser marcado por tempos descontínuos, deixando em evidência a impossibilidade de tudo dizer, de tudo abarcar. Neste sentido, se for mesmo para optar por algum gênero literário capaz de dizer algo sobre o processo analítico, talvez o mais apropriado seria comparar a análise à poesia, como também fez Lacan, mais especificamente, à poesia moderna. Neste gênero encontramos um desprendimento radical em relação a um comprometimento com a linearidade do tempo, com seqüências narrativas, com o contar de uma história estruturada e sem furos ou com a necessidade de “fazer sentido”. **Enfim, a linguagem poética, ao distanciar-se dos modelos impostos pela racionalidade, remete de forma mais aproximada ao funcionamento do inconsciente, enfatizando a importância de tudo que permanece como não**

**dito, das pausas como parte intrínseca da música, das alusões como tão importantes quanto o que é afirmado.**

Dito tudo isso, a metáfora proposta por Lacan, bem como os desdobramentos que Laurent (1992) e Kehl (2001a) fazem a partir dela, podem ser úteis para nos ajudar a pensar o que está em jogo no percurso de uma análise, os efeitos trazidos pela ressignificação e o tipo específico de temporalidade e narrativa encontrados ali. Ao falar da passagem do romance ao conto, estes autores buscam apontar quais mudanças subjetivas são possíveis em uma análise e como elas se refletem em uma determinada construção narrativa sobre si mesmo, uma questão que esta tese levanta e busca mapear a partir da idéia da ressignificação.

Como já foi dito antes, segundo Laurent (1992), a fala de Lacan referiria-se a uma *contração do tempo* que o conto permitiria, que produziria um *efeito de estilo*. Por sua vez, Kehl (2001a) dirá que tal passagem diz respeito a um certo desprendimento que o neurótico alcançaria em relação ao imperativo de tudo dizer, abrindo para ele a possibilidade de criar uma ficção mais imprecisa sobre si mesmo, mais capaz de sustentar os enigmas em vez de rapidamente decifrá-los. Parece que é justamente disso que Gagnebin (2004) está falando quando propõe que o pensamento de Benjamin encaminha questões que não resolve, como é o caso da busca de uma narrativa que possa dar conta do passado sem ter que *preencher suas faltas e sufocar seus silêncios*, podendo deixá-lo *inacabado*. **É também neste sentido que esta tese busca falar do papel da ressignificação da história de vida nos efeitos de uma análise, compreendendo-a a partir de uma concepção de tempo heterogênea, e como um processo contínuo de**

**desconstrução/construção que jamais se coloca de forma totalizante.**

Para Gagnebin (2004), este novo tipo de narrativa que o pensamento de Benjamin evoca, passaria pelo estabelecimento de uma outra relação com a morte e com o morrer. Não é disso que estamos falando quando afirmamos que um dos efeitos da análise é justamente um reposicionamento diante da castração? Isso de modo algum significa que a morte venha a ter alguma representação para o sujeito. Sabemos, desde Freud, o quanto isso fica no campo do impossível. Mas, **se há um contorno possível para este real que se impõe, talvez ele se coloque justamente pela possibilidade de saber-se finito, imperfeito, faltante, sem que isso paralise o sujeito diante daquilo que ele pode ser.** Afinal, é justamente sua condição de faltante, de sujeito barrado – ensina a psicanálise – o que o permite desejar. Como bem diz Martha, no caso que apresentamos no capítulo I, não adianta lamentar-se por tudo o que não se fez, *é preciso pegar o que restou e ver o que é possível fazer com isso.*

#### 4.10 A análise como experiência

Segundo Costa (2001), a impossibilidade de representar a morte remete justamente ao fato de que uma experiência, para ter este caráter, precisa necessariamente **passar pelo corpo**. Por mais que vivencie a morte de um outro e sinta a dor de sua perda, ela permanece para o sujeito no lugar de enigma, já que não lhe é dado passar pela morte enquanto experiência corporal. Assim, é somente a natureza extensa da experiência - isto é, sua passagem pelo corpo na sua relação com o outro e com o real - que produz um registro.

Um **registro**, afirma esta mesma autora, é o que a teoria lacaniana costuma chamar de saber, que, como vimos no capítulo II, diferencia-se do conhecimento ou da informação, já que **o saber é corporal e, portanto, inconsciente**. Este saber inconsciente, Lacan o chamou de um saber que não se sabe. Assim, o que se imprime ou transmite está do lado do saber e não do conhecimento, uma vez que este último pode permanecer como uma representação exterior à experiência. Como coloca Costa (2001), “o saber é uma apropriação da representação pela experiência (apropriação que sempre traz uma medida de criação).”(p.48). **Esta apropriação não diz respeito ao entendimento ou significação da representação, uma vez que o saber não é entendido como conteúdo ideativo, mas como produção, exercício, atividade, enfim, experiência.**

Como vimos a partir do caso de Clarissa, “estar lá” não garante ao sujeito que sua vivência adquira um caráter de experiência, que ela assuma um registro corporal. Algo pode se passar sem que nada fique para o sujeito. Para Clarissa vimos como isso se relacionava de alguma maneira a uma falta de intermediação pela palavra, algo que remetia à função materna. E o que aconteceria com os soldados emudecidos de Walter Benjamin? Padeceriam, como alega o autor, de um empobrecimento da experiência?

Como já foi dito antes, pode-se pensar que o que acontece com eles não se relaciona com não ter propriamente experimentado a guerra<sup>61</sup>, mas com uma incapacidade de transmitir tal experiência justamente por seu caráter excessivo, o excesso que caracteriza o que é da ordem do traumático, ou seja, uma experiência que vai para além das possibilidades que um sujeito tem de representá-la. De qualquer modo, nestes dois casos, cada um a sua maneira, encontra-se a evidência da articulação que se impõem entre experiência e narrativa, ou ainda, a indissociabilidade existente entre experiência e transmissão. A partir da modernidade, é justamente a legitimação da experiência que se torna mais difícil, com a perda da autoridade que a garantia. Como aponta Costa (2001), o deslocamento da função da autoridade que esta traz, cria um paradoxo: “como é possível transmitir algo único, que se produz de uma única vez, que para repeti-lo é necessário revivê-lo?” (p.68) **A psicanálise surge justamente nesta abertura, nesta brecha que se faz com o esvanecimento dos laços sociais tradicionais**

---

<sup>61</sup> Como ressalta Maria Rita Kehl (2001b), ao afirmar que o soldado que não pode dizer nada de sua vivência, de fato não a experienciou, Benjamin está propondo que a experiência não se constitui no momento vivido, mas no momento em que se transmite. Assim, para este autor, o vivido que permanece incomunicável, não poderia ser chamado de experiência.

**que facilitavam o compartilhamento da experiência<sup>62</sup>.**

Se a psicanálise tem algum papel neste resgate da transmissão da experiência, se a partir de seu dispositivo a experiência do sujeito pode de alguma maneira ser legitimada, em que medida podemos dizer que isso se dá por uma via que se aproxima do **testemunho**?

Há conotações diversas para a palavra testemunho. Temos desde um uso jurídico, no qual a figura da testemunha aparece como o representante vivo de que algo realmente aconteceu, foi “visto com os próprios olhos”, o que permite àquela pessoa comprovar, atestar uma verdade; até o testemunho dos membros dos grupos de auto-ajuda, inspirados no modelo dos Alcoólicos Anônimos (AA), mas hoje espalhados pelo mundo reunidos em torno de problemáticas cada vez mais específicas, onde cada membro é convocado a dar um depoimento, selado pela frase que condensa o propósito destes encontros: “thanks for sharing”. Em qualquer sentido, testemunhar remete a uma tentativa de compartilhamento de uma experiência, ou, como coloca Kehl (2001b), a um “modo de inclusão da experiência particular em uma representação compartilhada” (p. 19).

Testemunhar é para o ser humano uma grande necessidade.

---

<sup>62</sup> Já debatemos no capítulo III como a psicanálise pode ser compreendida como produto da modernidade e o quanto ela não faria sentido algum em uma sociedade pré-moderna. Contudo, isso não quer dizer que sua prática vise reestabelecer o contexto cultural das sociedades tradicionais, o que seria tão pretensioso quanto impossível de realizar, bem como, provavelmente, muito pouco efetivo. Mesmo assim, é verdade que parte do debate no próprio meio psicanalítico em torno da questão do declínio da função paterna muitas vezes soa bastante saudosista, como se a

Mesmo com toda a dificuldade que encontra para fazê-lo, deparando-se sempre com o impossível que é fazer caber a dimensão da experiência nas palavras, ainda assim ele insiste. E é assim que temos os relatos de viagem, as autobiografias, os relatos de experiências de análise, as escritas sobre a clínica, os estudos de caso.

**Isto aponta para o fato de que apesar de haver algo da experiência que é sempre intransponível, o homem não se furta ao trabalho de tentar contar.** Kehl (2001b), trazendo para o debate a questão do holocausto, ressalta o quanto às vezes o traumático não necessariamente produz o mutismo dos soldados benjaminianos, mas justamente o contrário, traz à tona uma necessidade muito grande de falar. Ela cita a definição que Shoshana Felman (2000) propõe para o testemunhar, a partir dos relatos de vítimas dos campos de concentração, “testemunhar é tentar produzir significação para uma catástrofe”. **A catástrofe da qual fala a autora, no entanto, não estaria circunscrita apenas a casos extremos como o do extermínio dos judeus, mas marcaria a vivência cotidiana do homem moderno em geral, traumatizado pela falta de discursos estáveis que lhe sirvam de referência.** “Para Felman, testemunhar é a resposta possível à *crise da verdade* que se instalou nas sociedades modernas, uma espécie de tentativa de cura, de saída da posição passiva na qual o sujeito é atirado no encontro com uma realidade que ele não dispõe de discurso para decifrar” (Kehl, 2001b, p.20). Kehl (2001b) se pergunta se não seria justamente sobre esta condição que o sujeito que busca uma análise vem testemunhar.

**Assim, quando esta tese fala de uma história de vida que é contada/recontada/ ressignificada em uma análise, ela fala da história da relação do sujeito com este Outro, da história de sua filiação e do percurso que um sujeito pode fazer para encontrar o que lhe é próprio, singular, para encontrar algo relativo a seu desejo e fazer alguma coisa disso. O que não significa chegar a um lugar de total autonomia, visto que das amarras da linguagem ele não pode se desprender e seguirá sempre, portanto, assujeitado. Dizer o que não pode ser dito, dizer o que não sabe, é o desafio cotidiano ao qual um analisando se lança.**

Difícil destacar exatamente o que gera qual efeito em uma análise, dado que, como vimos, seus movimentos são múltiplos. E, neste sentido, não há um único verbo que resuma o que acontece ali em relação à história do sujeito e termina-se sempre tendo que recorrer a vários: ali o sujeito conta, é contado, se conta, reconta, ressignifica sua história, mas também a constrói, reconstrói, desconstrói, funda, tece, é tecido por ela; bem como a retoma, resgata, revisa. Mas, se não é possível delimitar com exatidão que passos geram que efeitos ao longo de uma análise, sabe-se que a tentativa de bordear este impossível que é transformar o real em algo que pode ser dito, dar testemunho do vivido, traz em si seus efeitos, os efeitos de *tomar a palavra*, como coloca Rickes (2002):

(...) um testemunho não diz respeito somente ao que se constitui como produto de uma narração, seja ela oral ou escrita, mas também aos efeitos produzidos sobre o sujeito que toma a palavra. Esses efeitos se conjugam, no sentido de produzir um lugar psíquico

distinto, diferente daquele constituído antes do testemunho. É esse lugar o sítio que sustenta as possibilidades de significação de uma experiência, assim como de acolhimento para aquilo que o paciente endereça a seu analista. (p.178).

Mas é fato que também a experiência da própria análise precisa passar pelo corpo do sujeito que a ela se aventura, sob o risco de ele ir a todas as sessões, falar e nada acontecer, o que não é raro no cotidiano da clínica. **A análise pode ser um meio efetivo de legitimar a experiência sob a condição de se dar ela mesma como uma experiência**, uma vez que o fato de o par analítico fazer-se religiosamente presente aos encontros, que se fale, que se escute, que se interprete, que se faça uso de um divã, nada disso é garantia de que algo irá se passar ali, como apontam as análises que duram anos sem que nada aconteça. Pensar a análise como experiência é pensá-la como um percurso que marca o analisando, que o modifica, que o ressignifica, que faz diferença.

Como aponta Gagnebin (2004), a palavra alemã *Erfahrung* (experiência) vem do prefixo *fahr*, que quer dizer **percorrer, atravessar uma região durante uma viagem**<sup>63</sup>. É o viajante que vem de longe que tem para Benjamin uma experiência para transmitir. Os moribundos também teriam essa autoridade do viajante, pois, no limiar da morte, se aproximam deste desconhecido, deste outro mundo, e são aureolados “por uma suprema autoridade que a última viagem lhes confere” (Gagnebin, 2004, p. 58).

---

<sup>63</sup> Impossível não pensar no termo escolhido por Lacan para designar o que acontece no percurso da análise, quando fala em *travessia* do fantasma.

O verbo *Fahren* em alemão equivale no português a “viajar”. Ainda no espírito das metáforas que nos ajudam a pensar o que se passa no percurso de uma análise, talvez seja frutífero pensarmos o que ela tem em comum com uma viagem. Para fazê-lo, tomemos emprestadas as palavras de nosso bravo viajante brasileiro, Amyr Klink (1992), já no caminho de volta de sua jornada solitária à Antártica:

Um bem-estar profundo e sereno tomou conta da vida a bordo. O que antes me assustava ou preocupava agora fazia pensar. Pelas janelas de onde via apenas neblina e as velas cheias, fiz passar todas as imagens que desejei ver. E as toquei. Não há mais verdadeira e pura forma de sentir lugares do que tocá-los com a quilha de um barco. Ou com os dedos. A mais simples e universal maneira de expressar carinho. O toque.

Trazia o *Paratii* na ponta dos dedos e o sentia de maneira diferente também. No início, barulhos, choques, rangidos, o zunido do vento ou uma vela batendo causavam preocupação, nervosismo. Errando e aprendendo, batendo em gelo, ondas e pedras, fui descobrindo a origem dos sons e os limites da minha máquina vermelha. Se uma onda me pegasse de surpresa no convés, mesmo nos trópicos, antes eu gritaria e protestaria contra os elementos. Agora, com frio ou neve, se fosse surpreendido e ensopado, apenas tirava o cabelo pingando dos olhos com as costas das mãos e continuava assobiando. Talvez um certo embrutecimento, uma indiferença à dor e ao desconforto que o mar incute, como dizem pescadores do mar do Norte.

Não sei, talvez seja mais do que isso. Uma sensibilidade maior ao que de fato importa. (Klink, 1992, p. 211)

Se, depois de atravessar o oceano Atlântico de ponta à ponta, percebe-se diferente, é o **encontro com o mesmo**, a chegada ao lugar de partida - trazendo na bagagem pedrinhas recolhidas do Norte e do Sul, provas cabais da

concretude de seu ato – que dá para ele a dimensão do vivido, da experiência que faz marca em seu corpo, que aponta para ele que se não tivesse saído dali não haveria o retorno e que **não se retorna igual ao ponto de partida.**

De volta, *exatamente* ao mesmo pedaço de areia que deixei vinte e dois meses e vinte e sete mil milhas atrás, como se tivesse apenas ido buscar gelo na cidade. Como se o tempo não tivesse passado e, entre o gelo dos pólos e Jurumirim, não houvesse distância.

(...) Vinte e dois meses para alcançar a mesma areia da partida. Poderia nesse tempo ter vivido aqui entre as montanhas e o mar de Paraty, como já vivi antes. Feito, quem sabe, uma grande viagem à sombra dos coqueiros, sem ter de percorrer vinte e sete mil milhas ou tocar os gelos do sul e do norte.

De nada serviria. Não teria chegado a lugar nenhum. Não teria voltado. E não teria nunca descoberto que o mais alto dos sonhos é feito de um punhado de pedrinhas numa sacola azul (Klink, 1992, p. 220).

Para que a viagem se no final das contas o que nos espera é a mesma areia branca que deixamos no dia da partida? É o deslocamento do ponto onde se encontrava que permite **ver o mesmo com outros olhos. E não é essa a essência do que chamamos ressignificar?**

**Da viagem da análise não voltamos os mesmos, ela nos marca enquanto experiência, transformando-nos. Uma viagem convoca o viajante que volta ao lugar de origem a olhar o que antes era familiar com estranhamento. Aquele que conheceu outros lugares já não pode mais ver o**

**mesmo do mesmo jeito, coloca-se como estrangeiro diante da própria pátria. O analisando, por sua vez, é levado pela experiência da análise a um encontro com o estrangeiro que o habita, por vezes tão familiar, por vezes tão estranho, por vezes tão repetitivo e por vezes tão cheio de novas possibilidades.**

Embora nenhuma análise possa assegurar ou prometer nada para um sujeito, embora seus efeitos não possam ser antecipados ou garantidos, a aposta é sempre de que algum movimento se dê, de que desta viagem tão peculiar, um sujeito possa trazer na bagagem uma experiência, algo que lhe faça marca. O percurso feito, a travessia de seu fantasma, o deixar cair de certas idealizações, dos significantes mestres que o determinam, seu reposicionamento diante do Outro, seu encontro com sua castração e com a castração do Outro, conferem ao sujeito a possibilidade de ocupar novas posições subjetivas, de reposicionar-se diante de suas heranças, de lidar de outra maneira com seus limites.

Nesse caminho que traça ao longo da análise, o sujeito precisa deparar-se com vazios, com silêncios, com pontos que a palavra não pode alcançar, com elementos que não cabem em nenhuma narrativa, que resistem à apreensão. **E sua narrativa sobre si mesmo trará justamente a marca dessa impossibilidade, de que sua história não pode ser contada toda, que haverá sempre algo que lhe escapa. Um sujeito não termina uma análise - seja lá até que ponto ele tenha ido<sup>64</sup> - mais conhecedor de si mesmo, mais independente**

---

<sup>64</sup> Sejamó realistas, são poucas as análises que chegam a este fim descrito nos livros, no qual o sujeito passa pela assunção subjetiva, faz cair o sujeito-suposto-saber, pode ocupar o lugar do analista. Em geral nossos pacientes vão embora bem antes disso, o que não quer dizer, ao meu

de suas determinações. Pelo contrário, o final da análise é o momento em que o sujeito pode assumir que nada mais é do que uma falta, um buraco. Como coloca Leguil (1993), não se trata, em uma análise, de formar gente que pretende conhecer-se, mas “gente que saiba que jamais se conhecerá” (p.34).

Para terminar, fiquemos com as sábias palavras do poeta, que resume como ninguém o percurso que, por hora, encerramos aqui:

Viajar? Para viajar basta existir. Vou de dia para dia, como de estação para estação, no comboio do meu corpo, ou do meu destino, debruçado sobre as ruas e as praças, sobre os gestos e os rostos, sempre iguais e sempre diferentes como afinal as paisagens são.

(...)

‘Qualquer estrada, esta mesma estrada de Entepfuhl, te levará até o fim do mundo’. Mas o fim do mundo, desde que o mundo se consumou dando-lhe a volta, é o mesmo Entepfuhl de onde se partiu. Na realidade, o fim do mundo, como o princípio, é o nosso conceito de mundo. É em nós que as paisagens têm paisagem. Por isso, se as imagino, as crio, se as crio, são; se são vejo-as como às outras.

(...)

A vida é o que fazemos dela. As viagens são os viajantes. O que vemos, não é o que vemos, senão o que somos. (Fernando Pessoa – Livro do desassossego)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outro dia uma paciente me relatava sobre certas mudanças que observava em sua relação com sua mãe. Esta sempre se colocara como uma *amiga* e a filha achava-se privilegiada por ter uma relação *tão legal* com a mãe. Sempre se sentira muito identificada com ela. Gostavam das mesmas coisas, ela era uma *parceira* com a qual podia *dividir tudo*. Eis que, ultimamente, justamente esta postura da mãe, que antes justificava que essa relação fosse percebida por minha paciente como *ótima*, vinha lhe produzindo desconforto. Ela agora percebia, contava-me, que ter uma *mãe-amiga* não lhe servia nas circunstâncias que a vida neste momento lhe apresentava, que mais do que nunca precisava de uma *mãe-mãe*. Ao mesmo tempo, relata que sua percepção em relação ao pai também estava sofrendo mudanças. Sempre achara que ele era um pai ausente, não era bom pai porque não era um *pai-amigo*. Mas agora percebia que este era *um discurso da sua mãe!* Aos poucos vai se dando conta de que seu pai fez-se presente em sua vida de uma forma muito mais efetiva que a mãe, que ele tinha lhe *transmitido valores*, que ele estava sempre lá para ela, *não como amigo, mas como pai* e que isso era *muito mais importante do que ser amigo*.

Esta é apenas uma vinheta clínica que remete aos processos de resignificação que se instauram ao longo de uma análise. O cotidiano da clínica é cheio destes exemplos, momentos relatados pelos próprios pacientes de que algo está diferente, de que novos sentidos puderam se apresentar a eles, de que as coisas já não estão no mesmo lugar. **Quando decidi escrever sobre os**

**processos de ressignificação da história de vida na análise, eram estes momentos do cotidiano da clínica que se colocavam como questão.** Ecoavam em mim, as vozes de vários pacientes em momentos distintos de suas análises, que me falavam sobre a demarcação de um antes e um depois em relação ao modo como viam e vivenciavam questões de seu cotidiano, visões que tinham sobre si mesmos e sobre os outros, maneiras de reagir diante de certas situações. Queria entender melhor o que estava em jogo ali, o que possibilitava estas mudanças e como elas se entrelaçavam com os efeitos curativos de uma análise. **Não seriam justamente estes movimentos observados a cada sessão os responsáveis pelas mudanças fundamentais que uma análise pode proporcionar? Em que medida boa parte dos efeitos de uma análise não se deviam a possibilidade de ressignificar a própria história?**

Na tentativa de mapear o que está envolvido nos processos de ressignificação, inúmeros temas se impuseram. Obviamente foi preciso fazer escolhas e o caminho traçado aqui é apenas um dos caminhos possíveis para abordar este assunto.

O primeiro eixo do debate tratou da questão do **tempo**, com ênfase especial para a **temporalidade psicanalítica**. Vimos como a psicanálise propõe pensar um tempo heterogêneo, que caminha em múltiplas direções, contradizendo uma concepção de tempo linear, cronológica ou unidirecional. Assim, ela põe em questão o entendimento do tempo proposto pela racionalidade clássica, que busca uma **presença plena**, um perfeito agora, onde as coisas pudessem ser apreendidas em sua verdade mais estável, em sua essência, como “realmente são”,

independentemente da passagem do tempo. Se o que mais interessa para a psicanálise é situar o **sujeito** em relação ao tempo, então ela coloca-se justamente na direção oposta, dado que um sujeito está sempre em movimento, em construção, transformando-se com a passagem de um tempo que também não é apreensível em si, pois não pára jamais de passar, nem tampouco volta, ou seja, é irreversível. **O sujeito em questão, o sujeito moderno, é afetado de modo muito particular pela passagem do tempo, transformado por ela, e disso tenta dar conta produzindo narrativas sobre si mesmo que jamais podem apreendê-lo em sua totalidade.**

Dentre os vários pontos levantados em relação ao tempo, um deles é situado como de primordial importância para o encaminhamento desta tese, a noção freudiana de **Nachträglichkeit**. Vimos como ao longo da obra de Freud o uso do termo passa de algo mais pontual, vinculado às duas cenas envolvidas no trauma, para algo mais abrangente, que envolve uma reordenação da história de vida como um todo. **Esta noção permite pensar a temporalidade envolvida no ato de narrar-se, ato este que coloca o sujeito sempre deslocado temporalmente em relação àquilo que conta sobre si mesmo. É a partir da noção de Nachträglichkeit que pode-se pensar a história de vida do sujeito não como uma história dada, resumida em fatos, mas como algo que está em constante construção/desconstrução e é sempre passível de ser ressignificada.** Contudo, isso não é o mesmo que falar em pura criação, invenção de uma nova vida, uma vez que um sujeito está sempre remetido a certas determinações que lhe antecedem e precisa, ao longo da vida, posicionar-se diante deste **legado**, deste “**pacote**” que recebe ao nascer.

O capítulo II é dedicado a pensar sobre os **efeitos da temporalidade do Nachträglichkeit do lado do analista, cujo trabalho de escuta está sempre acompanhado por uma dimensão de não-saber, uma vez que não pode antecipar os efeitos de seu ato, aos quais só tem acesso em um momento a posteriori.** Isso tem implicações para a posição que ocupa na transferência, na qual um saber lhe é suposto, isto é, ele precisa sustentar esta suposição de saber para que a análise seja possível, mas sem de fato ocupar o lugar daquele que sabe. Tendo ele próprio passado por uma experiência de análise, esta lhe permite ocupar o **lugar de semblante**, o lugar de nada, para que possa surgir ali o sujeito da análise, o sujeito do desejo. No entanto, **seu lugar de analista não está garantido de uma vez por todas** pela sua própria análise ou pelo fato de que ele tem pacientes que lhe endereçam um pedido de análise, mas precisa ser refundado a cada novo ato, em um constante movimento de autorização. **Neste sentido, podemos dizer que não há autorização ao ato, mas que a autorização é simultânea ao ato**, o que, em outras palavras, é o mesmo que dizer que não há nunca um analista “formado”, pronto, autorizado.

Assim, temos de um lado um analista cujo saber é apenas suposto, ou seja, um analista que **não tem um conhecimento prévio sobre o inconsciente daquele que lhe pede uma análise.** De outro lado, temos um analisando que não sabe o que diz, que é justamente convocado a **falar sobre o que não sabe.** Ou seja, tanto o analista quanto o analisando estão alienados em relação ao desejo daquele que se apresenta à análise e descobrem juntos, ao longo do processo, algo sobre as determinações inconscientes que estão em jogo para aquele sujeito

singular, algo sobre sua posição frente ao Outro, sobre sua maneira de gozar e sofrer.

Que um sujeito esteja alienado em relação ao seu desejo, que ele não seja se não representado em seu próprio discurso, tem implicações no modo como narra sua história de vida, na maneira como se conta. A **crítica levantada em torno do “approach narrativo”**, movimento que busca uma aproximação entre o processo analítico e a construção de uma narrativa, gira justamente em torno da idéia, defendida por estes autores, de que uma análise possibilitaria a construção de uma história **mais apropriada e mais coerente** sobre si mesmo. Em diferentes momentos desta tese, levanta-se a questão de que **o neurótico tende a criar um enredo coerente a respeito da própria vida, um romance que tece para dar conta dos enigmas que lhe fundam e que o papel da análise seria muito mais o de desconstrução deste script do que propriamente da criação de uma história mais bem acabada para o sujeito, sem furos e incongruências.**

Privilegiar a **enunciação** em relação ao enunciado, o **significante** em relação ao significado, a **pontuação** em relação às interpretações explicativas, aponta para uma postura ética e uma técnica que visam evitar os **riscos de compreender demais**, perigo em relação ao qual Lacan não cansou de fazer advertências em seu ensino. Desta maneira, ele denunciava uma clínica que enfatiza o **eixo imaginário**, cujas intervenções não fazem mais que injetar sentido, **alimentando a tendência neurótica ao excesso de sentido**, ao invés de proporcionar ruptura. Embora o termo ressignificação remeta à possibilidade de aceder a **novos sentidos**, ao longo desta tese é marcada a importância de tomar a

análise como um lugar onde se aponte para a **polifonia do significante**, o que não é o mesmo que fazer intervenções que tendam ao fechamento em sentidos imaginários, ou que se coloquem como **a verdade** sobre aquele sujeito. Como vimos, este tipo de intervenção muitas vezes faz uso do próprio corpo teórico da psicanálise para **“colar” um saber à fala do analisando**, tendo a pretensão de decifrar o que está “verdadeiramente” “por trás” do que é dito. Contudo, ressalta-se que **o trabalho com o significante não precisa implicar uma desconsideração da importância dos enredos, dos mitos e das histórias que dão consistência imaginária a um sujeito** e conclui-se que mesmo para poder fazer a escuta do significante, tais histórias precisam ser levadas em conta pelo analista, como parte indispensável da estruturação de um sujeito. Ou seja, uma escuta não pode prescindir de escutar também o imaginário.

Salienta-se ainda que, submetido que está às leis da linguagem, **há sempre um resto que um sujeito não pode dizer**, que não cabe em palavras porque não chega na ordem simbólica, permanecendo como real. Desta maneira, embora afirme-se que o próprio movimento de ressignificação - que lida com um material que já estava no campo da representação - possa contribuir para que novos elementos do real venham a ser representados, há sempre algo que jamais entrará para o campo do sentido. Assim sendo, apesar da importância atribuída aos processos de ressignificação para os efeitos gerados por uma análise, há também que se reconhecer os **limites** em relação a tais processos. Tais limites dos efeitos da ressignificação em uma análise são encontrados tanto na idéia de que há sentidos que jamais são refeitos, quanto no fato de que restará sempre algo do real que nunca terá acesso ao simbólico. Isto significa que **ao falar sobre a**

**construção/desconstrução da história de vida em análise há que se considerar que o que se coloca como resto, como impossível de ser dito, como o real que insiste em não se inscrever se faz presente na história do sujeito tanto quanto as ressignificações que ele pode fazer ao longo do percurso de análise.**

Ao levar tudo isso em conta quando pergunta-se sobre que tipo de narrativa se constrói em uma análise, há um afastamento cada vez maior da idéia de que a análise traria mais coerência para o discurso do analisando sobre si mesmo. **A narrativa que se tece na análise não cabe nos moldes de uma narrativa tradicional com início, meio e fim.** Como visto no capítulo IV, o percurso traçado ao longo da análise se reflete em uma narrativa que se desprende da pretensão neurótica de tudo dizer, de tudo explicar. **A simbolização da castração que ali ocorre permitiria ao sujeito, como coloca Kehl (2001a) “criar uma ficção mais imprecisa, cheia de elipses, que suporte os enigmas em vez de tentar esclarecê-los todos”** (p.89). Ou ainda, com Leguil (1993) podemos dizer que a análise não produz um sujeito que se conhece melhor, mas um sujeito que sabe que jamais se conhecerá por completo. Dito de outro modo, **se a análise propicia uma experiência do inconsciente e se, segundo Lacan, o inconsciente se define como um saber que não se sabe, podemos dizer que, ao passar por essa experiência, um sujeito pode vir a contar-se, a narrar-se, levando em consideração a dimensão de não-saber na qual está imerso.**

Para além dos processos de ressignificação, muitas outras coisas acontecem ao longo da experiência analítica. Um reposicionamento do sujeito frente

às suas determinações, a travessia do fantasma, o deixar cair de certas idealizações, um reposicionamento diante do Outro, um encontro com sua castração e com a castração do Outro, tudo isso circunscrito pela relação tranferencial. **Estes inúmeros movimentos deflagrados pela análise tornam impossível a tarefa de dizer exatamente o que gera qual efeito.** Neste sentido, não há como delimitar com precisão o que é resultado dos processos de ressignificação e o que é resultado de outros movimentos. Mesmo que, para fins didáticos, uma reflexão sobre as diferenças entre, por exemplo, o **trabalho de luto**, a **elaboração psíquica** e a **ressignificação tenha sido feita, concluí-se que tais processos não são de todo separáveis, assim como também não se pode separar a ressignificação de todo o resto do dispositivo analítico.**

Como já foi afirmado, os processos de ressignificação não são privilégio da análise, mas acontecem cotidianamente com pessoas que nunca se submeteram a ela. Em parte isso também é verdade para outros movimentos deflagrados pela análise, que podem se dar com pessoas que jamais a experienciaram. Não é incomum que a fala de um amigo, uma experiência de perda ou mudanças em geral vivenciadas ao longo da vida - tais como o casamento, a chegada de um filho, uma separação ou uma doença grave - gerem momentos de crise que obrigam o sujeito envolvido a algum tipo de deslocamento do lugar subjetivo antes ocupado por ele. Ou seja, **também não é possível saber exatamente o que é efeito da análise e o que é desencadeado pela passagem do tempo, pelos acontecimentos da própria vida, com suas injunções, surpresas e impasses que exigem do sujeito um trabalho de reposicionamento subjetivo.** O que lança alguma luz sobre tal constatação é um

ponto levantado pelo próprio Freud, como vimos no capítulo I, que se refere a idéia de *trabalho psíquico*. Freud coloca que **o trabalho psíquico realizado em uma análise é, na verdade, análogo, ao trabalho espontâneo feito cotidianamente pelo aparelho psíquico.**

Tal constatação não almeja de maneira alguma dizer que tanto faz fazer ou não fazer análise. Esta tese procurou demonstrar justamente o contrário, ou seja, que **o processo de análise marca um sujeito, faz diferença, uma vez que suas condições intensificam este trabalho espontâneo do aparelho psíquico.** Assim, o percurso teórico-clínico aqui traçado permite afirmar que **a análise cria um espaço privilegiado para que processos de resignificação se dêem.** Ao ser convidado a falar sobre si dentro de uma relação transferencial e submetido à regra da associação livre, o analisando terá que se haver com sua própria história, encontrar-se com o que lhe determina, posicionar-se diante de um legado, abrir o “pacote” que lhe cabe e fazer algo com ele. **Ao contar-se/recontar-se no ir e vir de uma temporalidade multidirecional, ao construir/desconstruir sua história, ele invariavelmente a resignifica.** As resignificações, juntamente com os outros movimentos deflagrados pela análise, permitem ao sujeito ocupar outras posições subjetivas, ou seja, promovem mudanças estruturais que vão bem além da simples remoção dos sintomas.

Mas para que tais mudanças sejam possíveis **é necessário que a própria análise se coloque como uma experiência para o sujeito que a ela se aventura,** sob o risco de que tenhamos ali a instalação de um “setting”, que o par analítico compareça às sessões, sem que nada se passe. No capítulo IV, a análise

é colocada como um **espaço no qual a experiência de um sujeito pode ser legitimada**. Desprovido que está das redes sociais que o sustentavam nas sociedades tradicionais e que lhe indicavam um caminho referente a como deveria levar sua vida, **o sujeito moderno defronta-se com o imperativo de construir sozinho um sentido para a própria vida**, ficando para ele cada vez mais difícil poder compartilhar sua experiência, que se apresenta sempre como **única e individual**. Se por um lado a análise constitui-se em um espaço no qual o analisando pode dar **testemunho** desta experiência radical de isolamento que a condição de homem moderno lhe impõe, se ela se coloca justamente como uma **escuta respeitosa do que ali se apresenta como singular**, dando voz e lugar para tudo o que naquele sujeito poderia ficar como experiência marginal e não reconhecida, ao mesmo tempo, ela também convoca o analisando a **desprender-se de suas ilusões de autonomia**. Isto é, ela **remete o sujeito a sua condição de efeito da linguagem, da cultura, da matriz simbólica que o antecede**, ou ainda, ao fato de que ele não é o único autor de sua história, que parte dela já foi escrita antes dele nascer. Que um sujeito possa reconhecer uma dívida em relação a sua filiação traz efeitos para a história que tece sobre si mesmo, uma vez que pode incluir aí o reconhecimento de que ele é, ao mesmo tempo, tecido por ela. É por esta razão que, ao longo desta tese, o uso do termo **construção** aparece sempre acompanhado do termo **desconstrução**, uma vez que para construir sua história, um sujeito precisa invariavelmente engajar-se em um processo simultâneo de desconstrução.

Assim, a análise é uma aposta de que algo do real possa ser trazido para o simbólico, ou, **que algo que é da ordem de uma experiência, possa ser**

**transposto para a palavra.** Mas, esta legitimação da experiência só poderá ocorrer **sob a condição de que a própria análise possa se dar como uma experiência, ou seja, que ela possa passar pelo corpo do sujeito.** É preciso que haja um movimento, um exercício, uma atividade, um certo percorrer. A palavra alemã *Erfahrung* (experiência) vem do prefixo *fahr* que quer dizer **atravessar** uma região durante uma viagem (Gagnebin, 2004). **A análise é, então, tomada como uma viagem, na qual um caminho é percorrido e da qual um sujeito não sai igual. Depois dessa experiência, ele está fadado a ver o mesmo com outros olhos, o que estaria no cerne do que podemos entender por resignificação.**

A resignificação da história de vida, de acordo com o percurso traçado ao longo desta tese, poderia ser resumidamente compreendida como um **movimento constante de busca de novos sentidos** para a vida ou aspectos dela, movimento esse que aconteceria como **conseqüência de uma temporalidade multidirecional** e como **efeito de uma demanda da modernidade** que exige do sujeito a ininterrupta construção de uma narrativa original e criativa da própria vida. Estes processos de resignificação envolvem um constante **trabalho psíquico**, que pode acontecer espontaneamente, mas que é **intensificado no espaço analítico**, e que promove **mudança no lugar subjetivo ocupado por um sujeito**. Tais processos são parte importante dos efeitos gerados por uma análise, desde que possam ser registrados como experiência pelo sujeito que a ela se submete.

Quanto ao percurso realizado aqui e que agora chega ao seu fim, ele também coloca-se como uma **experiência** da qual não saímos os mesmos, ou como um **testemunho**, uma **tentativa de compartilhar algo da experiência**

**intransponível e solitária que é a clínica psicanalítica.** Tal como o sujeito da análise, um psicanalista está na constante busca de encontrar o que é seu, seu próprio estilo de trabalhar, sua própria concepção do que seria uma psicanálise e faz isso referido a uma herança que recebeu e recebe em seu infinito percurso de formação. Escrever uma tese é dar lugar para se pensar a própria clínica, que autores nos influenciam, com que tipo de prática nos identificamos e, mais ainda, como nos colocamos singularmente diante deste legado prático e teórico, como somos atravessados pelas leituras, pelos debates dos quais participamos, pelas experiências que temos como analistas, como analisandos, como supervisores, como supervisionandos, ou simplesmente como viventes. **A escrita sobre a clínica se coloca como um momento *a posteriori* no qual um analista pode pensar sobre seus atos, refletir sobre sua prática cotidiana e, é claro, constantemente, também, ressignificá-la.**

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO (397-8). *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1984.

BATAILLE, L. (1994). *O umbigo do sonho: por uma prática da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BECK, U. (1992) *Risk society: towards a new modernity*. London: SAGE Publications.

BENJAMIN, W. (1936). "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: BENJAMIN, W. (1996). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. "Experiência e pobreza". In: BENJAMIN, W. (1996). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.

BOTELLA, C & S. (2003). *La figurabilidad psiquica*. Buenos Aires. Amorrortu.

BROOKS, P. (1987) "The idea of a psychoanalytic literary criticism". In: RIMMON-KENAN, S. et al. *Discourses in psychoanalysis and literature*. London: Methuen.

\_\_\_\_\_. (1997) *Psychoanalysis and storytelling*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell.

CALLIGARIS, C. (1991) "O inconsciente em Lacan". In: AUFRANC, A.L. [et al.] *O Inconsciente: várias leituras*. São Paulo: Escuta.

CHEMAMA, R. (ORG) (1995). *Dicionário de psicanálise Larrousse*. Porto Alegre: Artes Médicas.

CONY, C. H. (1997) *Quase memória – quase romance*. São Paulo: Companhia das Letras.

CORSO, D. L. & CORSO, M. (2006). *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.

COSTA, A. (1998). *A ficção do si mesmo: interpretação e ato em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

\_\_\_\_\_. (2001). *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FELMAN, S. (1982) “To open up the question”. In: FELMAN, S. (editor) *Literature and psychoanalysis: the question of reading: otherwise*. Baltimore: John Hopkins.

\_\_\_\_\_. (2000) “Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar”. In: NESTROVSKI, A. & SELIGMANN-SILVA, M. (Org.) *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta.

FIGUEIREDO, L.C. (1998) “Temporalidad e narratividade en los procesos de sujeción de la clínica psicoanalítica”. In: ROVALETTI, M.R. (ed.) *Temporalidad: el problema del tiempo en el pensamiento actual*. Buenos Aires: Lugar Editorial. ps. 271-282.

\_\_\_\_\_. (2002) “O tempo na pesquisa dos processos de singularização”. In: *Psicologia clínica: linguagem e subjetividade*. Rio de Janeiro. Vol. 14, N2, ps.15-33, 2002.

FINK, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FREEMAN, M. (1993) *Rewriting the self: history, memory, narrative*. London: Routledge.

FREUD, S. (1950 [1895]) *Projeto para uma psicologia científica*. In Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

\_\_\_\_\_. (1895) *Estudos sobre histeria*. (1918 [1914]). In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1896) *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1899) *Lembranças encobridoras*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1901) *A psicopatologia da vida cotidiana*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1905) *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1907[1906]) *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1908[1907]) *Escritores criativos e devaneio*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1908) *Sobre as teorias sexuais das crianças*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1909[1908]). *Romances Familiares*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1909) *Notas sobre um caso de neurose obsessiva*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1912) *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1913) *Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1915 [1914]) *Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III)*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1915) *O inconsciente*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1918) *História de uma neurose infantil*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1926) *A questão da análise leiga*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1930[1929]). *O mal-estar na civilização*. In op.cit.

\_\_\_\_\_. (1937) *Construções em análise*. In op.cit.

GAGNEBIN, J. M. (2004). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva.

GIDDENS, A. (1990) *Consequences of modernity*. Cambridge: Polity.

\_\_\_\_\_. (1991) *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity.

GOLSE, B. (2003). *Sobre a psicoterapia pais-bebê: narratividade, filiação e transmissão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

GONDAR, J. (1996) *Os tempos de Freud*. Coleção Freudiana. Rio de Janeiro: Revinter.

GREEN, A. (2002) *Time in psychoanalysis: some contradictory aspects*. London and New York: Free Association Books.

GUELLER, A. S. (2001) *Sobre a (a)temporalidade: os paradoxos do tempo no pensamento freudiano e sua incidência nos processos de constituição psíquica*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (tese de doutorado).

GUSDORF, G. (1956) "Conditions and limits of autobiography". In: OLNEY, J. (editor) (1980). *Autobiography: essays theoretical and critical*. New Jersey: Princeton.

HANLY, M. F. (1996) 'Narrative', *now and then: a critical realist approach*. *International Journal of Psychoanalysis*, 77, 445.

JOHN, D. (2000) *When our fictions are our truth: construction and reconstruction of life history in analysis and autobiography*. Tavistock Clinic, Londres. Dissertação de mestrado.(inédito).

KAFKA, F. (1992) *Carta ao pai*. São Paulo: Brasiliense.

KEHL, M. R. (2000) "O sexo, a morte, a mãe e o mal". In: NESTROVSKI, A. & SELIGMANN-SILVA, M. (Org.) *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta.

\_\_\_\_\_. (2001a). "Minha vida daria um romance". In: BARTUCCI, G. (org.). *Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago.

\_\_\_\_\_. (2001b). "Prefácio". In: COSTA, A. *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

\_\_\_\_\_. (2006). "A criança e seus narradores" (prefácio). In: CORSO, D. L. & CORSO, M. (2006). *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.

KLINK, A. (1992). *Paratii: entre dois pólos*. São Paulo: Companhia das Letras.

LACAN, J.(1953/54). O seminário. Livro 1: *Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

\_\_\_\_\_. (1954/55) O seminário. Livro 2: *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. (1964) O seminário. Livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. (1967/1968). O seminário. Livro 15. *O ato analítico*. (inédito).

\_\_\_\_\_. (1972/73) O seminário. Livro 20: *Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

\_\_\_\_\_. (1967) “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. (1967/68) “O ato psicanalítico”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. (1953) *O mito individual do neurótico*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1987.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. (1992). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (1999a) “Interpretation between determinism and hermeneutics: a restatement of the problem”. In: LAPLANCHE, J. (1999) *Essays on otherness*. London: Routledge. Edited by John Fletcher.

\_\_\_\_\_. (1999b) "Notes on afterwardness". In: LAPLANCHE, J. (1999) *Essays on otherness*. London: Routledge. Edited by John Fletcher.

LAURENT, E. (1993) "Quatro observações sobre a preocupação científica de Lacan". In: GIROUD, F. et al. (org.). *Lacan, você conhece?* São Paulo: Cultura Editores Associados.

LECLAIRE, S. (1986). *Psicanalisar*. São Paulo: Perspectiva.

LEGUIL, F. (1993). *A entrada em análise e sua articulação com a saída*. Seminário. Escola Brasileira de Psicanálise: Bahia.

LEARY, K. (1989) *Psychoanalytic process and narrative process: a critical consideration of Schafer's `narrative project`*. *Int. Rev. Psychoanal.*, 16: 179-190.

MORRIES, H. (1993). *Narrative representation, narrative enactment, and the psychoanalytic construction of history*. *Inte. J. Psycho-Anal.*, 74: 33-54.

MASSON, J. M. (1986) *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.

NABOKOV, V. (1967) *Speak, memory: an autobiography revisited*. London: Penguin Books.

NASIO, J. D. (1994). *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

OLNEY, J. (1980) "Autobiography and the cultural moment: a thematic, historical, and bibliographical introduction". In: OLNEY, J. (editor) (1980). *Autobiography: essays theoretical and critical*. New Jersey: Princeton.

PEREIRA, R. F. (1998) "Traços para uma composição ou como dos detalhes se reescreve uma história". In: *Psicanálise e Literatura*. Revista da Associação

Psicanálítica de Porto Alegre. Ano VIII – Número 15 – Novembro de 1998. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

PEREIRA, L. S. (2005) “Notas de leitura – o narrador – de W. Benjamin. Por que isso interessa a um psicanalista?” In: Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). *Narrativa e experiência*. Número 140 – Ano XII. Outubro de 2005.

POMMIER, G. (1992) *O desenlace de uma análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PORGE, E. (1993). “Tempo”. In: KAUFMANN, P. (1993). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (1998) *Psicanálise e tempo: o tempo lógico de Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

QUINET, A. (1991) *As 4+1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

RIBEIRO, E. M. (1995). *Individualismo e verdade em Descartes: o processo de estruturação do sujeito moderno*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

RICKES, S. M. (2002). *No operar das fronteiras, a emergência da função autor*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. (Tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. (2005). “Analistas...escribas”. In: Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). “*Inventar-se em análise*”. Número 133 – Ano XII. Março de 2005.

ROUDINESCO, E. & PLON, M. (1997) *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

RUDELIC-FERNANDEZ, D. (1993). “Psicanálise & relato: narração e transmodalização”. In: KAUFMANN, P. (1993). *Dicionário enciclopédico de psicanálise – o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

RUSTIN, M. (2000) "A biographical turn in social science?" In: CHAMBERLAYNE, P. et al. (2000) *The turn to biographical methods in social science: comparative issues and examples*. London: Routledge.

SALOMÃO, W. (1996) *Algaravias*. Rio de Janeiro: Editora 34.

SCHAFER, R. (1976) *A new language for psychoanalysis*. New Haven, CT: Yale Univ. Press.

SCHOLES, R. (1981). "Language, narrative, and antinarrative". In: Mitchell, W. T. J. (ed.).

*On narrative*. Chicago: Univ. Chicago Press. pp.200-208.

SOUZA, O. (sem data). "Sobre o "autorizar-se" e seu reconhecimento". In: Revirão: revista da prática freudiana 2. *Brasil: o momento de concluir*. Rio de Janeiro: Aoutra.

SPENCE, D. (1982). *Narrative truth and historical truth: meaning and interpretation in psychoanalysis*. New York: Norton.

THOMA, H. and CHESHIRE, N. (1991). *Freud's Nachträglichkeit and Strachey's "deferred action": trauma, constructions and the direction of causality*". *International Review of Psychoanalysis*, 18, pp. 407-27.

WAJNBERG, D. (1994). "A verdade tem estrutura de ficção". In: CESAROTTO, O. (Org.) (1995). *Idéias de Lacan*. São Paulo: Iluminuras.

WHITE, H. (1981) "The value of narrativity in the representation of reality". In: Mitchell, W. T. J. (ed.). *On narrative*. Chicago: Univ. Chicago Press. pp.200-208.